



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RAFAEL DAVID ABRUNHOSA

**FUNDAMENTOS POLITICO-PEDAGOGICOS A PARTIR DO
PENSAMENTO DE MIKHAIL BAKUNIN**

FORTALEZA-CE

2015

RAFAEL DAVID ABRUNHOSA

**FUNDAMENTOS POLITICO-PEDAGOGICOS A PARTIR DO
PENSAMENTO DE MIKHAIL BAKUNIN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do Grau Mestre em Educação. Na linha de Pesquisa: Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.

**FORTALEZA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

A149f Abrunhosa, Rafael David.

Fundamentos político-pedagógicos a partir do pensamento de Mikhail Bakunin. / Rafael David Abrunhosa. – 2015.

98 f. p&b., enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: Filosofia da Educação. Orientação: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.

1. Educação – Aspectos políticos. 2. Bakunin, Mikhail Aleksandrovich, 1814-1876. 3. Ideologia – Educação. 4. Ciência política – História. 5. Educação – Filosofia. I. Título. II. Autor. III. Chagas, Eduardo Ferreira, orientador. IV. Universidade Federal do Ceará. V. Programa de Pós-graduação em Educação.

CDD 370.1

RAFAEL DAVID ABRUNHOSA

**FUNDAMENTOS POLITICO-PEDAGOGICOS A PARTIR DO
PENSAMENTO DE MIKHAIL BAKUNIN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do Grau Mestre em Educação. Na linha de Pesquisa: Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação.

Área de Concentração: Filosofia da Educação

Aprovada em: 20/08/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Emiliano Fortaleza de Aquino
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Aos que me ensinaram...

À FUNCAP pelo incentivo a pesquisa por meio da bolsa, sem a qual não teria sido possível realizar este trabalho. E me ensinou, ainda que seja atrasando a bolsa, de que sem boas condições materiais de existência não se faz pesquisa.

Aos membros da Banca por aceitarem o convite para a qualificação e para a defesa, Professor Dr. Emiliano Aquino e Professor Dr. Justino de Sousa Junior que ensinaram como é difícil defender Bakunin em uma banca marxista.

Agradeço ao Professor Dr. Eduardo Ferreira Chagas do qual aprendi muito nesses últimos anos, mas não exime de dizer que vivemos uma relação de amor e ódio nesse período, as vezes mais de ódio do que amor. Mas que ensinou a ler Hegel e Feuerbach e a respeitar a tradição filosófica subjacente a cada autor.

Aos meus pais Norma David e Hernani Abrunhosa por me aturarem e isto já é um grande exemplo de luta em suas vidas! Mas que ensinaram que não se pode pensar na construção de outras sociedades sem pensar na maneira de como levo a vida cotidianamente.

Ao Colegas que compoem o GEM que é um dos grupos de pesquisa de excelência na UFC.

A minha companheira Thaina Fávero por me dar todo a ajuda e suporte na reta final da dissertação.

Aos meus colegas do curso de Pedagogia Age Guerra, Iara Saraiva, Samara Benicio, Nicole Colares, Falcão Junior, DeJane Santos, a FACED não será a mesma. E a todas as mulheres estudantes-trabalhadoras da Faculdade que ensinaram não apenas a combater o patriarcalismo mas a compreender o machismo dentro de mim e tentar supera-lo diariamente.

Ao seu Messias vigilante, e a Marcos Aurélio Livreiro, ao Marcelo da Xerox, a Jackson Capilé servidor e todos aqueles que fazem o dia-a-dia dessa Faculdade, e ainda acreditar em outra FACED. E ver que em muitos trabalhadores terceirizados com pouca escolaridade vi mais sabedoria do que muito doutor, e isso me fez refletir sobre a própria episteme do conhecimento e questionar a função da Universidade e do conhecimento acadêmico.

Aos meus irmãos de grupos de estudos da vida Israel Diogo/Carlos; Cris Martins; Luizim Costa; Marcela Ferreira, Nagila Florêncio, Pri Amaral; que me ensinaram a viver sem temer porque quem está errado um dia vai pagar.

Agradecimento especial aqueles que ajudaram na construção desse trabalho que como diria Bakunin todo e qualquer ato é fruto da força coletiva, ainda que assumo interinamente todos os erros/defeitos, muitos me ajudaram nessa empreitada debatendo

conceitos e estrutura do texto tais como Moises Silva, Raphael Cruz, Joana Moroni, Luciana Brito, Sarah Gois, Camile de Miranda Dino.

Por último dizer que foi aprovado um artigo meu no encontro Modernidade/Colonialidade na Universidade de São Marcos no Peru e o PPEB não vai custear nada em ajuda porque alega falta de recursos, por isso a greve é justa e só a luta a vida.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é apresentar a estrutura da teoria política e pedagógica de pensador russo Mikhail Bakunin. Para tanto empreendemos uma análise exegética e interpretativa de suas principais obras tais como Federalismo, socialismo e antiteologismo (1988) e Estatismo e Anarquia (2003). Bakunin descreveu de modo articulado a interdependência dos principais elementos da modernidade ascendente na Europa do século XIX, a relação entre Estado-Nação, modo de produção capitalista e ideologia cientificista e império são elementos fundamentais em sua obra, bem como o processo de resistência coletiva desenvolvida pelos trabalhadores em defesa da emancipação do trabalho sobre o capital. A perspectiva da totalidade permeia a estrutura desse trabalho posto que no pensamento de Bakunin o desenvolvimento do sistema inter-estatal capitalista com as suas formas epistemológicas de dominação devem ser superadas por formas igualmente integrais de emancipação, por meio do controle dos trabalhadores da vida econômica, política e educacional da sociedade. A partir desse estudo também apresentamos uma proposta Pedagógica a partir do seu pensamento, denominamos esse complexo educativo, que se baseia sobretudo na compreensão do conhecimento como um constructo do trabalho e resistência coletiva, de Pedagogia sociopolítica.

Palavras-Chave: Educação. Bakunin. Ideologia. Pedagogia Sociopolítica.

ABSTRACT

The goal of this work is to present the structure of the political and pedagogical theory of the Russian thinker Mikhail Bakunin. In order to do so, we undertake an exegetical and interpretative analysis of his main works, such as federalism, socialism and anti-theologism (1988) and *Statism and Anarchy* (2003). Bakunin articulately described the interdependence of main elements in the nineteenth century in Europe, the relationship between nation-state, capitalist mode of production, scientificist ideology and empire are fundamental elements in his work, even as the process of collective resistance developed by workers in defense of the emancipation of labor over capital. The perspective of the totality permeates the structure of this work, because in the thought of Bakunin, the development of the capitalist inter-state system with its epistemological forms of domination must be overcome by equally integral ways of emancipation, through workers' control of economic, political and educational society.

Keywords: Education. Bakunin. Ideology. Sociopolitical Pedagogy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A POLÍTICA EM MIKHAIL BAKUNIN	18
2.1 Crítica À Política Burguesa	18
2.1.1 Crítica Aos Fundamentos Políticos Da Burguesia Na Modernidade Emergente ..	18
2.1.2 Naturalização Do Estado X Ontologia Da Sociedade.....	24
2.2 Estatismo, Sistema Interestatal E Império.....	29
2.2.1 Estatismo	29
2.2.1 Sistema Interestatal Capitalista.....	31
2.2.3 Império	35
2.3 A Política Integral.....	40
2.3.1 Poder político x Luta econômica	40
2.3.2 Luta política x Luta de massas	49
3 CRÍTICA A EDUCAÇÃO BURGUESA.....	53
3.1 Ideologia Pedagógica Do Sistema Interestatal Capitalista	53
3.1.1 Ideologia Civilizatória Imperialista	53
3.1.2 Crítica A Ideologia Cientificista Do Estado Moderno	57
3.2 Crítica À Educação Escolar Na Sociedade De Classes.....	65
3.3 Crítica Às Concepções Inatistas E Idealistas De Cognição E Consciência	66
3.3.1 Concepção materialista x concepção metafísica de cognição	66
3.3.2 Unidade Consciência – Experiência – Existência	72
4 FUNDAMENTOS DA INSTRUÇÃO INTEGRAL	80
4.1 Reflexões Pedagógicas De Mikhail Bakunin	80

4.1.1 A Instrução Integral: Formação Intelectual E Trabalho Manual Integrado.....	80
4.1.2 Fundamentos da Pedagogia Sociopolítica de Mikhail Bakunin	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS..	99

1 INTRODUÇÃO

Nosso trabalho foi conduzido pela necessidade que encontramos de sistematizar a obra intelectual de Bakunin e de apresentar suas contribuições para um projeto de sociedade, bem como de elaborar, a partir do seu pensamento, proposições a respeito especificamente sobre educação para o momento presente.

Essa necessidade se apresenta sob diversos ângulos, tais como 1) a negação/rejeição da teoria de Bakunin nos meios acadêmicos e também nos meios intelectuais socialistas, motivada não apenas pela falta de acesso a sua obra mas também pelo sectarismo intelectual predominante; 2) pela contribuição teórico-metodológica em si mesma de Bakunin, que se apresenta enquanto alternativa epistemológica para a atual crise metodológica das ciências humanas que encontrou no irracionalismo liberal da pós-modernidade o caminho de crítica ao marxismo.

A presente dissertação, contudo, tem um recorte cirúrgico dentro da complexa obra intelectual de Bakunin. Optamos por trabalhar os temas da Política e da Educação por serem dois complexos que possibilitam não apenas demonstrar um projeto de sociedade de Bakunin, bem como sua contribuição teórico-epistemológica para pensarmos o papel das ciências e do conhecimento hoje.

A escolha dos temas também reflete, em nossa compreensão, a necessidade de apresentarmos uma teoria da Educação em Bakunin e também a partir dele no contexto das distorções/revisões teórico-políticas exercidas pelo revisionismo anarquista, em especial pelos intelectuais da assim chamada Pedagogia Libertária que, por exemplo, aplicam o conceito de Instrução Integral de Bakunin, em uma linha política-teórica educacionista totalmente oposta à teoria do pensador russo.

Sobre a polêmica com a Pedagogia Libertária, da qual não iremos travar na presente dissertação, concordamos com BRITO, e achamos que a pesquisadora em questão sintetizou esse debate:

O procedimento teórico assumido por Silvio Gallo, iniciado por Piotr Kropotkin e assumido por diversos continuadores como Elisée Reclus e Errico Malatesta, é reflexo de uma ruptura histórica com as teses de Bakunin no seio da crise de organização política que se abate sobre o movimento de massas pós o fim da Associação Internacional dos Trabalhadores. Trata-se de uma revisão da teoria e prática política anarquista e um rompimento com os postulados teóricos fundamentais do anarquismo materialista, condenando o chamado anarco-comunismo e as demais correntes revisionistas a um abstracionismo romântico e estéril. O idealismo é a origem da perspectiva educacionista assumida por essas

correntes, que tacitamente ignoram a situação objetiva da sociedade de classes ao preconizar que a humanidade tende inevitavelmente a organizar-se em torno de modelos cada vez mais harmônicos de colaboração social, portanto as massas são capazes de se mobilizar sem necessidade de articulação e organização, nesse sentido, o papel dos anarquistas seria somente o de contribuir para o desenvolvimento da consciência das massas, educando-as para acelerar a superação fatal da desigualdade. (BRITO, 2014, p.5)

Esses dilemas/polêmicas, suscitados pelo revisionismo teórico do anarquismo, que negam a teoria de Bakunin, em especial o materialismo filosófico do autor, bem como a própria necessidade de exposição de sua obra, nos incetivaram a, inicialmente, formular nosso projeto monográfico, que se mostrou limitado, e ainda que essa dissertação também não esgote o tema da Educação na obra do autor, ao menos verticaliza esse debate que é costumeiramente tratado de modo rápido, propiciando as distorções e más formulações de sua obra.

A escolha de abordar a Política em Bakunin, simultaneamente a crítica a política burguesa e as suas formulações sobre organização política, se deu tanto para 1) demonstrar o papel eminentemente articulado entre seu projeto político socialista e sua teoria/projeto de educação; 2) como para apresentar sua contribuição em temas que são caros hoje como a relação dialética Capital-Estado.

Nesse sentido, indo na esteira das próprias elaborações de Bakunin, que sempre articulavam os elementos da realidade, mesmo que por conta das necessidades da escrita acadêmica tenhamos trabalhado dois temas de sua obra, ainda assim trabalhamos esses de modo articulado com sua filosofia materialista e dialética. Ou seja, mesmo que não trabalhássemos diretamente aspectos essencialmente/especificamente filosóficos de sua teoria esses nunca se perderam de vista durante nossa produção acadêmica.

Acreditamos, inclusive, que o erro comum nos estudos da obra de Bakunin seja justamente o recorte que renega a apreensão da totalidade do seu pensamento, que secundariza os aspectos sociológicos de sua obra e centram-se apenas nos aspectos panfletários dos seus discursos, o que acaba por fortalecer a crítica padrão de que Bakunin seria apenas um “homem de ação”.

Esse trabalho tácito na imersão da filosofia de Bakunin nos foi guia na própria construção dos capítulos e tópicos dessa dissertação, pois Bakunin desenvolveu com Proudhon uma dialética de tipo serial, uma dialética difásica, que compreende os elementos do real divididos em pares antinômicos que sempre disputam a hegemonia,

assim a própria escolha da maior parte dos tópicos se deu a partir dessa compreensão filosófica de Bakunin.

Bakunin foi um organizador-político, mas sua organização baseia-se sobretudo em uma filosofia materialista da realidade que conjuga uma dialética específica (serial) e uma interpretação do mundo do trabalho e produtivo (teoria das forças coletivas) ainda que não trabalhem diretamente esses conceitos, estes estão pressupostos no nosso trabalho.

A ação e a reação incessante do todo sobre cada ponto e de cada ponto sobre o todo constituem, como já dissemos, a vida, a lei genérica e suprema e a totalidade dos mundos (BAKUNIN,p15,1988)

Essa dissertação assim, ainda que seja um trabalho pontual e limitado, se articula em conjunto com a 1) recém publicação das obras de Bakunin a partir dos manuscritos originais na Holanda com 2) as pesquisas recentes sobre a teoria deste no Brasil (Cordeiro; Brito; Nascimento) e no mundo (Abufom; Angaut; McLaughlin) e com o 3) próprio desenvolvimento do anarquismo enquanto corrente socialista do séc XXI; propiciam uma nova matriz teórico-epistemológica de viés classista e materialista como ferramenta de análise da realidade.

Ainda que a escrita de Bakunin seja demasiada ensaística e poucas vezes sistemática, com excessão de obras como *Considerações Filosóficas* (1871/2014) e *Federalismo, Socialismo e Antiteologismo* (1867/1988). Bakunin, contudo, foi um grande pensador/agitador do seu tempo. Ele não apenas participou e apoiou os maiores eventos do século XIX como a Primavera dos Povos (1848) e a Comuna de Paris (1871) mas refletiu sobre esses acontecimentos, sobre a Modernidade que emergia de modo violento expondo uma proposta social da burguesia e do conflitos de classes que se agudizava mediante o processo de industrialização e fim do feudalismo.

A estrutura de sua política baseia-se sobretudo na luta de classes que se agudizava de modo distinto na Europa ocidental, já em violento processo de industrialização e migração campo-cidade. A Rússia de Bakunin ainda estava marcada por autocracias e relações de produção predominantemente camponesas, enquanto que na Europa ocidental, Bakunin migrou ocorria inúmeras revoltas burguesas, como na primavera dos povos de 1848. Assim, deve-se considerar que a política desenvolvida por Bakunin é marcada por um período histórico de desenvolvimento incipiente do

Estado moderno e do sistema capitalista e como esse processo implicava de modo distinto a depender das particularidades regionais.

A obra do pensador russo versa sobre temas vários de modo contundente, a partir de um encadeamento de ideias, portanto sua filosofia, sociologia e seu programa político devem ser entendidos em conjunto. Em nossa monografia, ABRUNHOSA (2013), trabalhamos o recorte dos conceitos de “Ciência, Trabalho e Educação” expondo, ainda de modo exegético um pouco da relação desses conceitos com sua filosofia e portanto do seu método materialista de análise da realidade com base em FERREIRA (2009) denominamos de Materialismo Sociológico.

Historicamente, dentre do anarquismo, a negação de uma coesão entre os elementos teóricos e estratégicos e a afirmação do anarquismo como princípios abstratos serviram à transformação dessa corrente no liberalismo. A tentativa de retomar essa ideia de totalidade articulando política e educação, é um dos propósitos desse trabalho.

Ao conduzirmos nosso estudo ao longo dos anos da obra de Bakunin percebemos a ambição de sua parca obra e encontramos como contraposto muitos comentadores limitados, que não compreenderam a articulação dialética dos postulados do autor. Poucos comentadores merecem destaque, esses são mais recentes devido a pesquisa ser subsidiada pelas obras completas de 2000.

Ao iniciar nosso trabalho dissertativo, tínhamos como ambição alongar nossa pesquisa monográfica, que se referia à pesquisa exegética da obra de Bakunin, contudo após o desenvolvimento da pesquisa e do apoio da banca orientadora de qualificação fomos compreendendo a dimensão da obra de Bakunin enquanto articulação dos elementos específicos na concatenação geral.

Bakunin foi um fecundo crítico de sua época, da ebulição do Estado-Nação proveniente de revoluções burguesas e desenvolvimento técnico científico a esses processos soube olhar com ceticismo e examinar o que cabia a nova classe que surgia, o proletariado, e que seria refutável.

Bakunin inicia sua vida política na juventude, superando a polêmica entre eslavófilos e ocidentalistas¹, a qual poderíamos resumir como uma disputa entre

1 Para se ter uma compreensão maior da relevância desse debate/embate e suas consequências políticas, ver artigo “O conflito de Modernidades alternativas: Marx/Engels e os Narodniks Russos (ABRUNHOSA, 2014).

concepções de cultura, luta nacional e importação de valores estrangeiros. A posição de Bakunin, que irá dar início à corrente narodnik na Rússia, é de que a luta nacional não exclui a luta internacional, que valores nacionais podem se agregar a valores produzidos no estrangeiro e que a luta em defesa de princípios políticos locais só pode vencer se unificada a uma perspectiva internacionalista.

As disputas com a social-democracia alemã, no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (2014), remetiam a muitas das questões que explicitaram a teoria socialista de Bakunin, como a questão se a AIT se deveria apoiar e disputar a construção dos Estado-nações que emergiam na Europa ou se deveriam desenvolver modelos organizativos anti-estatistas baseados na tradição, como as organizações de tipo eslava (mir) etc.

De modo geral, o pensamento filosófico de Bakunin guia-se por uma compreensão de modernidade em disputa no qual racionalidade, progresso técnico e desenvolvimento industrial, secularização da política não deve apenas destruir o poder da tradição, nem negar a capacidade política dos iletrados e dos saberes ligados a esfera dos costumes. Nossa dissertação, seguindo a esteira do pensamento de Bakunin, vai de encontro a essa simbiose entre modernidade x tradição que Bakunin armou como trincheira no século XIX.

É uma trincheira sem romantismo. Bakunin não é um entusiasta da tradição enquanto manutenção dos direitos nobiliárquicos, mas tampouco valida o suposto carácter revolucionário da burguesia, como veremos, entre a burguesia e aristocracia, para Bakunin, há mais uma relação de continuidade do que de ruptura. Essa concepção, na verdade é mais profunda, é até mesmo uma maneira distinta de pensar a modernidade, algo que por espaço não discutiremos aqui.

Em nossa opinião parte das distorções ou incompreensões nos estudos acerca do pensamento de Bakunin procedem tanto do 1) número reduzido de bibliografias do Bakunin em língua portuguesa (o que está modificando como já apontamos) mas 2) também porque o estilo ensaístico e por vezes panfletário de Bakunin mascara um grande diálogo com a Filosofia Moderna, a partir dos conceitos de diferentes autores.

A teoria de Bakunin é marcado pela influência da filosofia positivista de Comte, pela filosofia especulativa alemã, pelas teorias socialistas francesas assim como pela teoria do valor trabalho inglesa (FERREIRA, 2015). Essa relação de diálogo com seus

interlocutores contudo nesse sempre se apresenta explicitamente, por meio de conceitos e ideias Bakunin demonstra sua herança e filiação teórica.

Na construção da dissertação estabelecemos uma relação de interdependência antinômica entre duas ideias centrais que a dirigem e que se relaciona a uma concepção mais total de Bakunin sobre a tendência de expansão do sistema inter-estatal capitalista e a resistência popular dos povos. Bakunin analisou o desenvolvimento da organização política dos trabalhadores, principalmente apoiado na concepção organizativa do sindicalismo revolucionário em contraposição ao desenvolvimento do sistema interestatal capitalista.

Um dos pares antinômicos que guiam nosso trabalho é o imperialismo (e com ele o imperialismo ideológico e a política civilizatória dos povos colonizadores) e a política de resistência dos povos dominados que articulando consciência-existência, vontade popular e organização política configuram um arsenal político-pedagógico de resistência no qual sedimenta a nossa proposta de Pedagogia Sociopolítica.

A estrutura adotada no primeiro capítulo discute a concepção geral de Bakunin sobre o Estado (filosófica e politicamente) e o capital, e sua relação de expansão no sistema interestatal-capitalista. Mas também ainda no primeiro capítulo, apresentamos a proposta político-organizativa de Bakunin, na sua organização-partido, a Aliança, e na sua organização de tipo-tendência AIT, e a construção do sindicalismo revolucionário, bem como a inter-relação entre política e economia, tanto na análise social como na sua proposta de intervenção política.

A política em Bakunin, é sempre desenvolvida por sujeitos históricos concretos, por sujeitos e instituições dotadas de ideologia que no embate entre concepções distintas de mundo impõem sua cosmovisão como parte do processo internacional de dominação e expansão de um modelo político-social pré-concebido. Dessa forma, mesmo que existam tendências e leis que possam nortear os rumos da sociedade, a história e a política sempre é desenvolvida por povos, indivíduos e instituições políticas concretas.

Dessa forma, concordamos com esta observação metodológica de Ferreira sobre a localização do sujeito em Bakunin:

Na concepção anarquista-materialista de Bakunin, as categorias principais são as de ação, luta e combinação; a mudança no mundo social e natural está associada ao papel que a ação recíproca (as forças agentes e produtivas) desencadeiam pela sua combinação particular. A mudança e a transformação não têm uma direção pré-definida, mas são relativamente caóticas, indeterminadas; elas não se

apresentam como um pré-concebido, mas como parte de funcionamento do mundo material. (FERREIRA, 2007, p.47)

O desenvolvimento do sistema interestatal capitalista é regido não apenas por leis imanentes do sistema, mas por sujeitos concretos que pensam e executam política a seu tempo, por atores políticos, a noção de forças agentes corrobora com o substrato que percebe que para Bakunin o Império é a força agente principal do sistema interestatal capitalista, pois precisa manter sua hegemonia na disputa geopolítica internacional.

O método de Bakunin consiste, sobretudo, na compreensão do sistema interestatal capitalista como um sistema uno, um complexo político-econômico-ideológico uno que mesmo marcado por particularidades congrega leis imanentes de concentração/monopólio político-econômico-cultural. A perspectiva da totalidade é o elemento central na construção da obra teórica bakuninista.

É na totalidade da obra de Bakunin que se faz possível observar os elementos em particular, ora se o sistema se faz uno, em suas múltiplas dimensões da vida humana, posto que é multideterminado, a resistência também deve ser total, ou nas palavras de Bakunin, integral.

Apenas concebendo a totalidade como instrumento metodológico de Bakunin é que se pode compreender efetivamente sua teoria, posto que, por exemplo o modo como o autor concebe a ciência burguesa não pode ser dissociado da utilização da mesma como instrumento de coerção e poder dos Estados modernos emergentes que a utilizavam como parte de uma engrenagem ideológica-econômica-política de perpetuação e expansão da burguesia como classe internacional.

No segundo capítulo estudamos a crítica de Bakunin a educação burguesa, tanto ao processo de imposição ideológico do Império como também ao papel de aparelho ideológico do Estado que as escolas de maneira geral reproduzem no sistema interestatal capitalista e assim entendemos a estrutura ideológica do capitalismo, através de seu principal agente, o império, que se utiliza da ciência nas instituições universidades/escolas como forma de impor uma cosmovisão de mundo e assim ao mesmo/simultaneamente negar uma forma de conhecimento distinta da científica.

A ideologia do sistema interestatal capitalista, imposta pelo seu principal agente, o império, é parte de uma totalidade orgânica do processo de expansão e dominação

política do sistema interestatal capitalista, por sua vez as escolas/universidades atuam como instrumentos do processo de dominação e supremacia da burguesia. A crítica de Bakunin a política e a educação parte sempre da interdependência dos elementos na expansão ideológica, política e econômica do capitalismo.

No último capítulo apresentamos o desenvolvimento de nossa monografia e do estudo da obra de Bakunin os fundamentos de sua proposta de educação, a instrução integral, desdobraremos a partir das fontes recém-traduzidas de Bakunin seus fundamentos acerca da educação na sociedade socialista, e por fim apresentaremos uma proposta pedagógica desenvolvida pelo Núcleo de Estudos do Poder (NEP), do qual fazemos parte, a partir dos fundamentos teóricos de Bakunin.

Para desenvolvermos tal pesquisa apoiamos-nos centralmente no livro lançado em 2014 pela Editora Alternativa: “*De Baixo para Cima e da Periferia para o Centro: textos políticos, sociológicos e filosóficos de Mikhail Bakunin*” (2014) que baseado na tradução das obras completas (2000) diretamente do francês nos trouxe um todo um novo cabedal de possibilidades de um estudo mais sistemático desse autor vendido como “anti-teórico”. Esse livro compila com exceção de Estatismo e Anarquia (1873/2003) e “*Federalismo, Socialismo e Anti-teologismo*” (1867/1988) os principais textos de maturidade de Bakunin, tais como: “Império Knuto-Germânico e a Revolução-social” e “*Considerações Filosóficas*”, os dois da década de 1870, bem como textos organizativos-conspirativos que Bakunin produziu na década de 1860.

Apoiamo-nos também em outras obras secundárias, em importantes comentadores recentes como Ferreira e em importantes manifestos e textos jornalísticos desenvolvidos pelo autor. A monumental obra de Venturi sobre populismo russo bem como demais comentadores sobre esse tema como Fernandes e Carr, bem como o biógrafo de Bakunin (Leier) nos forneceram importantes elementos para formular nossa dissertação.

Ainda assim a obra lançada em 2014 pelo Núcleo de Estudos do Poder pela Editora Alternativa, representa um novo marco para o estudo de Bakunin e consequentemente para o Bakuninismo no Brasil ,ao compilar importantes textos seus de diferentes períodos, a partir das obras completas e originais e que torna essa obra peça capital para nosso trabalho.

2 A POLÍTICA EM MIKHAIL BAKUNIN

2.1 Crítica À Política Burguesa

2.1.1 Crítica aos fundamentos políticos da burguesia na modernidade emergente

A burguesia emergiu em defesa de novos ideais que marcaram o início de uma nova era - igualdade, liberdade e fraternidade - seus fundamentos políticos - guiaram os revolucionários do século XVIII que, de modo homérico, negavam as leis baseadas na religião para, em troca, defender ideais e bandeiras de justiça social.

A burguesia consegue, pois, estabelecer, ainda que formalmente, os fundamentos de uma nova sociabilidade humana, baseada na liberdade e na igualdade. Contudo, não se propôs a por em prática suas bandeiras, desvinculando-se do materialismo e sustentando-se na abstração idealista da ciência jurídica para negar o real.

O que ficou conhecido como modernidade marcou o início da ascensão da burguesia ao poder político. Por meio de uma revolução com participação popular, a aristocracia foi destituída juntamente aos dogmas subjacentes que a legitimavam, como a lei dos direitos divinos dos reis, que assegurava a base da classe nobiliária e do feudalismo.

Em contrário a essa lei, de base religiosa, Bakunin, contudo, desmistifica as bandeiras apregoadas pela burguesia e refuta a tese de vinculação universal com justiça social, visto que para o pensador russo, a burguesia, apesar de ter feito uma revolução com o povo, logo após a tomada do poder, se coloca contra este último, e os direitos sociais defendidos por essa nova classe que se impunha para destituir a aristocracia só existiam, como Bakunin bem frisou, conceitualmente.

Desse modo, o objetivo deste subcapítulo é explicitar a crítica aos fundamentos políticos da sociedade burguesa desenvolvidas por Bakunin e, para tanto, demonstraremos o correlato entre a sociedade feudal e a nova sociedade estatal-capitalista, pois Bakunin desmistifica a ideia de ruptura entre essas duas sociedades, visto que apesar das importantes diferenças marcadas por essa transição, observa-se mais linhas de continuísmo do que de ruptura.

Para Bakunin, existe uma similaridade entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado, entre a religião e a ciência moderna, nos privilégios políticos e econômicos da aristocracia e da classe burguesa. Foi mantida, ainda que de modo diferente, a centralização política e as mudanças, como veremos, se deram muito mais no âmbito da racionalização da produção e na organização política da sociedade do que com relação a possíveis liberdades democráticas que o proletariado poderia ter. Quando a burguesia assume o poder político em detrimento da aristocracia ocorre, para o proletariado do campo e da cidade, apenas uma mudança de ordem senhorial, posto que as promessas de democracia e de liberdade insufladas pela burguesia durante a revolução francesa não se cumpriram.

Para que a liberdade e a democracia possam existir de fato é necessário a igualdade das condições materiais de existência, sendo esse o fundamento da crítica de Bakunin, nesse primeiro momento, aos fundamentos políticos da sociedade burguesa.

Em contraposição à crítica da sociedade burguesa, fundamental perceber no conjunto de citações que se segue de Bakunin, que a crítica da negação da liberdade, igualdade e da fraternidade estrutura-se sobretudo na negação das condições materiais de existência, na concretização da propriedade privada da terra e na exploração do trabalho.

Dessa forma, Bakunin demonstra como os ideais de igualdade da burguesia, por não se basearem nas condições materiais de existência, mas apenas em ideias abstratas ou em conceitos genéricos, não encontram paralelo com a prática política concreta, são discursos, cartas de boas intenções que não têm vínculo com o real, pois não é possível estabelecer a liberdade com a manutenção da propriedade privada.²

O ideal de liberdade, base da revolução francesa, compreende uma liberdade que só existe em termos jurídicos e não como condição concreta, pois a realidade de fome e miséria da classe trabalhadora não possibilita a liberdade de escolha do emprego/profissão que deseja.

Sim, a pobreza é a escravidão, é a necessidade de vender seu trabalho, e com seu trabalho sua pessoa, ao capitalista que vos dá o meio de não morrer de fome. É preciso ter realmente o espírito interessado na mentira dos senhores burgueses para ousar falar da liberdade política das massas operárias! Bela

liberdade essa que os escraviza aos caprichos do capital e os acorrenta à vontade do capitalista, pela fome (BAKUNIN, 2008, p.72).

A venda de trabalho do proletariado para a burguesia é, para Bakunin, a própria negação da liberdade, posto que o trabalhador não escolhe livremente vender sua força de trabalho a um preço baixo para o capitalista, sendo assim obrigado pela iniquidade e pela negação das condições básicas de existência a se sujeitar a essa imposição econômica.

A precondição da liberdade, na teoria de Bakunin, em oposição à liberdade do liberalismo burguês, é a equivalência das condições materiais de existência. Assim, essa liberdade não seria, para Bakunin, meramente um direito, mas um direito que só se efetiva a partir de condições materiais de existência que possibilitem seu exercício. Trata-se então de uma liberdade que possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas.

O direito à liberdade, sem os meios de realizá-la, é apenas uma quimera. E amamos muito a liberdade, para nos contentarmos com sua fantasia, não é verdade? Nós desejamos sua realidade. Mas o que constitui o fundamento real e a condição positiva da liberdade? É o desenvolvimento integral e a plena fruição de todas as faculdades corporais, intelectuais e morais para todos (Idem, p.73).

Destarte, para Bakunin, a liberdade não é um direito a nível formal, mas sim o desenvolvimento integral do homem em todas suas capacidades, e o desenvolvimento das capacidades humanas em todas as suas dimensões não pode ser obra do esforço individual, tampouco do direito à liberdade, mas da capacidade humana de usufruir dos meios concretos que assegurem o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões.

A condição para se alcançar a liberdade, defendida pelos socialistas na modernidade, é a efetivação das condições materiais de existência e, considerando que o acesso ao conhecimento e às artes, desenvolvidos historicamente pela humanidade no decorrer do domínio do trabalho pelo capital não se pode efetivar de modo universal, conclui-se que a liberdade abstrata dos burgueses é falsa.

A condição negativa da liberdade é a seguinte: nenhum homem deve obediência a outro; ele só é livre sob a condição de que todos seus atos sejam determinados,

não pela vontade de outros homens, mas por suas próprias vontades e convicções. Mas um homem a quem a fome obriga a vender seu trabalho, e, com seu trabalho, sua pessoa, pelo mais baixo valor possível, ao capitalista que consente em explorá-lo, um homem que sua própria brutalidade e sua ignorância abandonam à mercê de seus sábios exploradores, será, necessariamente e sempre, um escravo. (Idem,p.74)

Bakunin demonstra como é impossível no contexto do capitalismo a liberdade propagada e defendida pela burguesia, pois se a liberdade é a condição da autonomia da livre-vontade do homem, a venda de trabalho do proletariado para a burguesia, orientada pela falta de condições materiais de existência, fome e miséria, representa a negação dessa liberdade. Diante disso, Bakunin denominará esse proletariado de escravo e afirmará a inexistência de liberdade no capitalismo.

Apesar de Bakunin admitir a diferença entre o servo e o escravo do período anterior e o operário da modernidade, essa não é tida como tão profunda, por manifestar-se muito mais no campo do direito formal do que nas condições concretas de existência. “O povo não se chama escravo nem servo; ele é proclamado nascido livre em direito, mas de fato sua escravidão e miséria permanecem as mesmas” (2008, p.44), visto que semelhante ao servo e ao escravo, o operário também terá uma vida de pauperização e subordinação a um senhor.

A igualdade política, mesmo nos Estados mais democráticos, é uma mentira. O mesmo acontece com a igualdade jurídica, a igualdade diante da lei. A lei é feita pelos burgueses, para os burgueses, e é exercida pelos burgueses contra o povo. O Estado e a lei que o exprime só existem para eternizar a escravidão do povo em proveito dos burgueses.(BAKUNIN, 2008, p.84).

A jurisprudência, as leis e códigos de conduta social na modernidade se arvoram em princípios universais, em discurso, e defendem princípios que superam as diferenças de classe. A teoria de Bakunin rejeita essa igualdade jurídica e política formulada pela burguesia na defesa exclusiva de sua classe, por compreender que ao longo da existência das classes sociais, esta igualdade existirá apenas como farsa.

De igual modo, a igualdade não pode ser, como defende a jurisprudência liberal burguesa, circunscrita na esfera do direito político. Bakunin reconhece que entre a igualdade jurídica, o direito à igualdade, e a igualdade real, ou seja, a igualdade concreta

entre os homens, existe um abismo profundo - a própria materialidade, as condições sociais de existência.

Enquanto não houver igualdade econômica e social, enquanto uma minoria qualquer puder tornar-se rica, proprietária, capitalista, não pelo próprio trabalho individual, mas pela herança, a igualdade política será uma mentira. Sabeis qual é a verdadeira definição de propriedade hereditária? É a faculdade hereditária de explorar o trabalho coletivo. (BAKUNIN, 2014, p.50)

A herança é o direito à propriedade sem o menor esforço do indivíduo, é o direito de deter os meios de produção que lhe assegura a exploração dos trabalhadores. É impossível para Bakunin estabelecer uma condição de igualdade com a permanência do direito de herança posto que esse é a negação da equidade econômica sem a qual se é impossível estabelecer qualquer outro tipo de igualdade.

Eis a prova cabal de que a igualdade burguesa, a igualdade no capitalismo, é desigual, de que essa suposta igualdade é baseada na apropriação do trabalho coletivo e na negação da igualdade social. A igualdade burguesa é um discurso que não se sustenta na prática. Bakunin recorre assim ao real para derrubar os fundamentos retóricos da nova classe social.

A fraternidade, o último dos fundamentos da revolução burguesa, foi propalada pela burguesia com o claro intuito de evitar o conflito de classes, fora uma bandeira evocada na clara intenção de sufocar o ímpeto revolucionário das massas. Evidentemente, Bakunin aniquila, a nível teórico, a possibilidade de uma fraternidade entre as classes, entre a burguesia e o proletariado, ou seja, entre exploradores e explorados, pois essa fraternidade interclasses pressupõe a indiferença frente ao conflito que marca a modernidade, capital *versus* trabalho.

Eles acreditaram mascarar essa contradição colocando como terceiro termo de sua fórmula revolucionária a Fraternidade. Foi mais uma mentira! Pergunto-vos; é possível a fraternidade entre os exploradores e os explorados, entre os opressores e os oprimidos? De que forma? Eu vos farei suar e sofrer durante todo o dia, à noite, quando eu tiver recolhido o fruto de vosso sofrimento e de vosso suor, deixando-vos apenas uma ínfima parte a fim de que possais viver, quer dizer, novamente suar e sofrer em meu proveito ainda amanhã – à noite, eu vos direi: abracemo-nos, somos irmãos! Tal é a fraternidade da revolução burguesa.

O fato da burguesia emergir sob os ombros do trabalho do proletariado europeu torna para Bakunin um contraponto fundamental para a-não realização da Fraternidade propalada por esta classe. A contradição de classes assentada sobretudo no debate acerca do trabalho e da propriedade da terras e dos meios de produção são o centro da crítica de Bakunin. Fica evidente que em Bakunin todo o debate sobre liber

Bakunin, por sua vez, defende os mesmos princípios erguidos pela burguesia na contemporaneidade, contudo a marca da ruptura entre suas posições socialistas e a defesa liberal é justamente a contradição entre as determinações jurídicas e as determinações reais e materiais de existência.

Meus caros amigos, nós também desejamos a nobre Liberdade, a salutar igualdade e a santa fraternidade. Mas desejamos que essas belas, essas grandes coisas, cessem de ser ficções, mentiras, tornem-se uma verdade e constituam a realidade! Tal é o sentido e objetivo do que denominamos revolução social.

Ou seja, a igualdade, a liberdade e a fraternidade só podem existir enquanto conceitos a partir da existência real (material), pois a própria coisa-conceito só existe em sua existência concreta, do contrário, se restringe a mero simulacro discursivo e, portanto, negação de si mesmo. A burguesia, portanto, funda os alicerces teóricos da justiça social, mas não é consequente com suas bandeiras, de tal forma que o capitalismo, ao contrário do cinismo nobiliário, é hipócrita, por negar, no âmbito do real, os direitos que se propõe a estabelecer.

Bakunin analisa que na modernidade duas classes constituem a nova época histórica, duas classes inconciliáveis emergiram com a destruição do poder aristocrático. e a burguesia se emponderava no controle da terra e das fábricas e na consequente exploração do trabalho da massa proletária.

Foi em nome da igualdade que a burguesia derrubou e massacrou a nobreza. É em nome da igualdade que exigimos hoje a morte violenta ou o suicídio voluntário da burguesia, com a diferença de que, menos sanguinário do que foram os burgueses, nós queremos massacrar, não os homens, mas as posições e as coisas.”(BAKUNIN, 1979 p.17)

Bakunin, ao contrário de muitos socialistas contemporâneos seus, não acreditava que a burguesia fosse uma classe revolucionária, posto que ascendeu com o apoio do

proletariado, mas com reivindicações meramente discursivas, provou sua falência e não poderia aplicar o seu programa de igualdade e liberdade ao menos que ela mesma se extinguisse.

Bakunin, que participou e foi preso nas revoluções burguesas de 1848 (primavera dos povos – em mais de um país), não se deixou iludir com o papel dessa classe que para ele, como vimos, representou mais um continuismo com a aristocracia do que uma ruptura. Como Bakunin afirma que a pobreza é a escravidão, a liberdade exige a igualdade econômica.

Para Bakunin, assim 1) seria impossível uma liberdade e uma igualdade completa em uma sociedade de classes 2) bem como os interesses das duas classes sendo profundamente antagônicos, seria um equívoco uma colaboração de classes a fim de atender aos interesses do proletariado.

Com interesses diametralmente opostos ao proletariado, a burguesia ao contrário de ser revolucionária como muito dos contemporâneos de Bakunin achavam, na verdade é, para Bakunin, uma classe conservadora, que manteve a estrutura de privilégios da classe nobiliárquica ancorada agora nessa nova retórica.

2.1.2 Naturalização do Estado x Ontologia da sociedade

Os fundamentos deste segundo tópico consistem em demonstrar como o discurso da necessidade e/ou naturalidade histórica do Estado é, na visão de Bakunin, equivocado, pois a humanidade é ontologicamente social, não necessitando desenvolver uma instituição social baseada na centralização política e na coerção para poder se organizar, visto que o Estado nada mais é do que o substrato histórico da pilhagem de um seletor setor da sociedade em detrimento dos demais.

O Estado é consequência de um processo histórico de domínio de um seletor grupo da sociedade em detrimento de um determinado povo. O Estado não se trata de uma instituição que funda a sociabilidade harmônica dos homens, pois o discurso de Bakunin é de que a humanidade é ontologicamente social, que suas relações sociais são características dos homo sapiens e o Estado uma instituição que nasce, determinada historicamente como consequência da concentração do poder político.

Os homens são ontologicamente sociais e a sociedade por sua vez têm por fundamento histórico distintos tipos de organizações políticas com padrões

normatizadores direfenciados , quando afirmamos ancorados em Bakunin que o Estado é histórico, expressamos que esse é mais uma das diversas formas de organização/gestão da sociedade.

Assim, a humanidade em sua vasta riqueza, ao longo de sua trajetória produziu diversas formas de se organizar e estabelecer acordos entre si. A humanidade enquanto gênero só existe enquanto forma social, o Estado é apenas mais uma forma de manifestação. Que não é inata ao homem, como o é a sua organização social. Desse modo, a sociedade é que é ontológica ao passo que o Estado é histórico.

Bakunin, ao analisar a organização política da sociedade moderna, percebe que o Estado Moderno, enquanto concentração do poder político-burocrático, é o contrapeso político do modo de produção capitalista, pois ao manipular os mecanismos decisórios da sociedade, e assim, restringir grande parte do povo da participação ativa na vida política, este manteria as condições sociais de privilégio que marca a ascensão da burguesia ao poder.

O Estado, na compreensão de Bakunin, não é nem divino, nem natural e menos ainda fruto de um acordo tácito da sociedade. Ao contrário, trata-se de um instrumento historicamente determinado, utilizado por uma camada privilegiada política e socialmente para manter opressão e a iniquidade.

Para tanto, a sociedade burguesa formulou teorias acerca do nascimento e da suposta necessidade histórica do Estado, a fim de justificar suas vilanias. Dentre os principais teóricos figuram Rousseau e Hobbes – fundadores de distintas correntes de formulação da teoria estatal, respectivamente o contratualismo e o jurisnaturalismo. Bakunin, com base numa teoria materialista e socialista, concebe o Estado como fruto histórico da rapina, bem diferente daqueles que arvoram o Estado como baluarte da democracia, descrevendo-o como a negação mais flagrante da humanidade:

Interiormente federado ou não, cada Estado, sob pena de perecer, deve, portanto, procurar se tornar o mais poderoso. Deve devorar para não ser devorado, conquistar para não ser conquistado, subjugar para não ser subjugado, pois duas potências similares e ao mesmo tempo estranhas uma a outra, não poderiam coexistir sem se destruírem mutuamente. O Estado é dessa forma a negação mais flagrante, mais cínica e mais completa da humanidade. Ele rompe a solidariedade universal de todos os homens sobre a terra e associa todo o resto. (BAKUNIN, 1988, p. 96).

O Estado moderno, para Bakunin, é a concentração de poder político na sociedade e, para manter sua existência, cada Estado deve conquistar e concentrar o

máximo de poder político internamente em seu território e anexar/subjugar o máximo de territórios externos ao seu domínio. Assim sendo, a condição de existência de cada Estado é guerra, o domínio constante. Essa configuração do Estado representa a negação da humanidade, pois a condição humana, para o pensador russo, reside na efetivação da equidade de direitos políticos e econômicos/materiais.

Para Bakunin, assim como a economia determina a política e a política condiciona a economia, o capital - entendido como monopólio econômico organizado - é um fator determinante na organização do monopólio do poder político, o Estado. Por sua vez, o Estado - enquanto concentração do poder político organizado - determinaria a organização e gestão do capital a partir de seus aparelhos burocráticos de controle e centralização política.

A esse modelo Bakunin contrapõe sua tese de uma sociedade federalizada, na qual o poder da sociedade partiria de baixo para cima e da periferia para o centro e não o inverso, de cima para baixo, como é a lógica estatal.

O monopólio do poder possibilita a usura de uma minoria que exerce efetivamente a política e, dialeticamente, impede a liberdade política de uma maioria em seu detrimento. O Estado atomiza os sujeitos impedindo que a participação na vida política de sua comunidade.

Com o objetivo de contrapor as diversas teorias que sustentam o Estado Moderno (contratualismo/jurisnaturalismo/direito divino dos reis), Bakunin formula uma teoria acerca da relação homem-natureza-sociedade, a fim de provar a condição ontológica da sociedade, ou seja, a sociedade como parte fundante da natureza humana.

A teoria do livre contrato é igualmente falsa do ponto de vista da natureza. O homem não cria voluntariamente a sociedade: ele nasce involuntariamente nela. Ele é por excelência um animal social. Só pode se tornar um Homem, isto é, um animal pensante, falante, amando e desejando, sociedade (BAKUNIN, 2008, p75).

Bakunin defende, dessa forma, o homem como ser social e a espécie humana como sendo naturalmente social e, por isso, determinada por essa condição natural. Assim, a sociedade não pode ter sido fundada a partir de um acordo entre as partes individuais livremente consentidas, porque a sociabilidade é uma condição primeira, uma determinação a priori a qualquer acordo, ainda que tácito. A sociedade não veio assim de um acordo de indivíduos isolados.

Na aferição de Bakunin, as distintas correntes de pensamento do Estado Moderno têm como pressuposto as individualidades que se encontram e normatizam suas relações, ao invés de estabelecer a própria sociedade como ponto de partida a partir do qual qualquer conflito ou acordo emerge, condicionado por essa determinação.

O Estado não possui somente a missão de garantir a segurança de seus membros contra todos os ataques vindo do exterior, deve ainda interiormente defendê-los, uns dos outros e *cada um de si mesmo*. Isto porque todo Estado — e esta é sua marca característica e fundamental —, assim como toda teologia, supõe o homem essencialmente perverso e medíocre. Neste que examinamos agora, o *bem*, como já vimos, só começa com a conclusão do contrato social e não é outra coisa, por consequência, senão o produto deste contrato, seu próprio conteúdo. (Id, p.102).

Bakunin argumenta que todos os animais, inclusive os homens, possuem dois instintos: a) de autopreservação e de b) sobrevivência da espécie. O instinto de sobrevivência da espécie é, na visão de Bakunin, uma determinação da natureza sobre a sociedade e que explica a existência de “uma lei da sociabilidade humana, que está acima das vontades humanas.” (BAKUNIN, 1988). Essa lei de determinação natural condiciona a ação humana para a sociabilidade e implica que a condição de sobrevivência da espécie humana é a própria sociabilidade.

Ao se referir ao conceito de forças coletivas de Proudhon³ do qual Bakunin se apropria Ferreira situa como esse conceito se relaciona a uma ideia de sociedade como um corpo mais orgânico maior do que a mera soma de indivíduos, algo é em si mesma e que marca a espécie humana, a noção/conceito de forças coletivas dá a ideia de sociedade um estatuto ontológico.

Este conceito de sociedade, que não é nem uma coleção de indivíduos, nem um ser dotado de coerência material como um super-indivíduo está intimamente associado ao conceito de força coletiva. A diferença entre a superposição dos indivíduos e a uma força coletiva está na forma e finalidade pela qual os indivíduos estão associados, e que constitui a realidade *per se* da sociedade. (FERREIRA, 2015, p.10)

3 A maioria dos filósofos e dos filólogos vêem na sociedade apenas um ente da razão ou, melhor dizendo, um nome abstrato servindo para designar uma coleção de homens. É um preconceito que recebemos desde a infância, com as primeiras noções de gramática, segundo as quais os substantivos coletivos e os que indicam gênero ou espécie, não designam realidade alguma. Haveria muito a dizer sobre este ponto, mas eu limitar-me-ei ao meu assunto *Proudhon, 2003, p. 163-164 apud Ferreira*)

A argumentação de Bakunin é que a solidariedade entre os homens em sociedade é condição de sua manutenção e reprodução da espécie e assim refuta teses essencialistas de que o homem é naturalmente “mau” ou de que a sociedade existe sob a condição de um contrato que assegure algum tipo de concentração de poder político. Assim, quando nosso autor afirma que “foi um grande erro da parte de Rousseau ter pensado que a sociedade primitiva tivesse sido estabelecida por um contrato livre (1988, p89)”, está desdobrando a partir dos elementos apresentados acima que a suposta gênese do contrato social (que segundo Rousseau existia desde os povos primitivos) é falsa, posto que a teoria da ontologia da sociedade refuta essa tese e dá outra dimensão para os povos primitivos e modernos, ao inverter a relação de condicionado-condicionante da teoria contratualista, entre indivíduo-sociedade para sociedade-indivíduo.

Bakunin reconhece Maquiavel como um dos primeiros a compreender o Estado enquanto monopólio do poder político, enquanto concentrador de poder de um grupo sobre a maior parte do povo e determinado historicamente por um poder imposto:

O grande filósofo político italiano, Maquiavel, foi o primeiro que pronunciou esta palavra, ou que pelo menos lhe deu seu verdadeiro sentido e a imensa popularidade do qual goza ainda hoje no mundo de nossos governantes. Pensador realista e positivo, ele teve a primazia de compreender que os grandes e poderosos Estados só poderiam ser fundados e mantidos pelo crime, por grandes crimes e por um desprezo radical por tudo que se chama honestidade!(BAKUNIN, 1988, p99).

A construção política realista de Maquiavel do início do Estado moderno italiano, que ainda principiava uma unificação, forneceu a Bakunin os elementos para combater diversas formas de metafísica e idealismos sobre o início do Estado Moderno. Ancorado no famoso filósofo italiano, Bakunin enfatiza como o Estado é produto do crime organizado/da pilhagem, da manutenção coercitiva do poder de uma pequena parcela da sociedade em detrimento do povo.

Estado, é, pois, para Bakunin, uma instituição histórica, determinada pela contínua e organizada imposição de uma força coercitiva de um estrato social em busca de privilégios sobre a grande massa de despossuídos econômicos e de direitos políticos concretos. Essa designação materialista, que historiciza o surgimento das grandes potências estatais modernas, opõe-se objetivamente a elucubrações a-históricas e

subjetivistas acerca da origem do Estado moderno, pois encara sua gênese como parte de um processo histórico marcado por conflitos e disputas de poder.

Bakunin atribui a Maquiavel o crédito de ter primeiro compreendido a natureza do incipiente Estado moderno, que se erguera sobre a base da usura e da coerção, pois o Estado, sendo mais que o privilégio do direito político de uma pequena casta, este não poderia se erigir senão pela utilização da força de uma minoria. O realismo de Maquiavel acerca da natureza histórica coercitiva do Estado moderno serve de subsídio para Bakunin repelir as noções contratualistas e jurisnaturalistas que conferem a um acordo, ainda que tácito entre os homens (contratualismo) ou a uma instituição ontológica fundada (jurisnaturalismo) a responsabilidade de impedir a barbárie entre os homens. Para Bakunin, a sociedade é natural à humanidade posto que é ontológica já o Estado é fruto de um processo histórico de crimes com vistas à concentração de poder político.

Referenciado em Maquiavel, Bakunin reconhece o Estado moderno opera por meio do crime e da fraude e dessa forma o povo ignora o funcionamento das estruturas que decidem a vida política da sociedade e assim não apenas não sabe como funciona a estrutura da política deliberativa da sociedade moderna bem como não se reconhece como parte da estrutura administrativa do Estado.

Mas por que o povo não envia para as assembleias legislativas e para o governo seus homens, homens do povo? – Antes de mais nada, porque os homens do povo, tendo de viver do trabalho de seus braços, não tem tempo para se dedicarem exclusivamente à política; e, não podendo fazê-lo, sendo na maioria das vezes, ignorantes quanto a questões políticas e econômicas tratadas nessas altas esferas, eles serão quase sempre trouxas dos advogados e dos políticos burgueses. (BAKUNIN, 2008, p.83).

Há aqui nessa citação uma crítica subjacente aos ideólogos do Estado moderno que preconizam o Estado como um universal em que cada indivíduo particular e cada comunidade singular participaria ativamente da vida política da sociedade. Para Bakunin a estrutura político-econômica do sistema interestatal capitalista impede a participação do povo na grande política deslegitimando essa lógica argumentativa.

Bakunin problematiza o tempo condicionado ao trabalho como impeditivo de participação na estrutura política moderna, fica explícito por sua vez nesse debate, desde o primeiro ponto, como na modernidade o discurso de ampliação de direitos, aqui o

direito político, não encontra respaldo na realidade concreta, nas condições concretas da existência das massas.

A negação da participação política dentro do Estado moderno reside, dentre outros fatores supracitados, na consequência da concepção de Estado enquanto fruto da violência histórico-coercitiva de um pequeno grupo. Sendo assim, o conjunto dos membros da sociedade não se veem como pertencentes a este, posto que o povo não sendo instruído nem convidado a participar, nem possuindo tempo para participar da política institucional sequer sabe como funciona os espaços políticos no qual se formula e delibera a política estatal como a estrutura deliberativa parlamentar ou os mecanismos políticos da justiça burguesa, a crítica de Bakunin situa-se entre essa ruptura da institucionalidade (que se reivindica universal) e o conjunto do povo trabalhador e ignorante.

Sobre esta ficção da pseudo-representação do povo e sobre o fato bem real do governo das massas populares por um punhado de privilegiados eleitos e até mesmo não eleitos, por multidões votando sob a coação e ignorando por que votam – sobre esta expressão abstrata e fictícia do que é representado como pensamento e a vontade populares, dos quais o povo real e vivo não possui sequer a mínima idéia -, estão fundadas, em igual medida, a teoria do Estado e a teoria da ditadura revolucionária. (BAKUNIN, 2003, p.109).

Essa reflexão sobre a indiferença/ignorância do povo acerca da política burguesa nos impele, do ponto de vista teórico, a caracterizar que, para nosso autor, a relação entre indivíduo e Estado moderno se dá através de um *estranhamento político*, posto que o indivíduo não se aliena de sua particularidade para se tornar um universal no Estado, tal qual consideravam grandes intelectuais da teoria estadista, já que, para Bakunin, ocorre uma fissura entre o indivíduo e a estrutura jurídico-político que rege a sociedade.

Esse elemento do estranhamento político construção nossa a partir do pensamento do autor, baseia-se sobretudo na negação material nas esferas políticas decisórias pelo conjunto da grande massa popular, trabalhadora e que ignora os meandros da legislação burguesa.

Para o proletariado a efetividade política prometida pela burguesia durante sua ascensão não ocorreu, a destruição das estruturas políticas do período feudal não

possibilitou uma efetiva participação do proletariado na política. Segundo Bakunin, como salientado na citação a pauperização do proletariado com extensas jornadas de trabalho não o possibilitaram participar da vida política.

Dessa forma a crítica de Bakunin a estrutura ultra-centralizada do Estado que manipula a política de toda uma sociedade marcada pela exploração do trabalho e a miséria nos fornece os elementos para se compreender que em sua teoria ocorre uma fissura, um não reconhecimento do povo com seu Estado, *um estranhamento político* que para ele pode existir até mesmo em um assim chamado Estado Revolucionário, posto que manteria a separação entre povo e política.

2.2 ESTATISMO, SISTEMA INTERESTATAL E IMPÉRIO.

2.2.1 Estatismo

O Estado é, segundo Bakunin, a concentração do poder político - monopólio do poder institucional e burocrático - e, portanto, um correlato do capital, enquanto monopólio econômico. O Estado está, para o autor, necessariamente imbricado ao capital, já que a burguesia controla o poder político e econômico. Há, dessa forma, uma determinação recíproca entre as esferas econômicas e políticas, entre a concentração política e econômica, o que evidencia a presença, em seu pensamento, de uma dialética entre Estado e capital.

A configuração histórica que Bakunin confere ao Estado moderno nos possibilita demonstrar uma teoria do império elaborada pelo pensador russo. Pois Bakunin não apenas formulou o conceito de Estado em si, ou seja, não parte apenas da concepção de Estado enquanto tal, mas também fundamentou sua teoria na disputa entre os Estados no plano geopolítico internacional e em como se orquestrava internacionalmente a concentração política que já existia em escala nacional.

Como vimos no primeiro tópico deste capítulo, Bakunin historiciza a noção de Estado e, negando sua suposta condição natural, afirma que este é fruto das modificações profundas que marcam o início da modernidade. A historicização do Estado e dos fenômenos da política nos serve de guia metodológico na análise das teorias da política do Estado e/ou do Império - ou quaisquer outras - na perspectiva bakuninista.

Dois fatos históricos, duas revoluções memoráveis haviam constituído o que denominamos mundo moderno, o mundo da civilização burguesa. Uma, conhecida sob o nome Reforma, no começo do século XVI havia destruído a pedra angular do edifício feudal, a onipotência da igreja; ao destruir essa força, ela preparou a ruína do poder independente e quase absoluto dos senhores feudais, que abençoados e protegidos pela igreja, como os reis, e frequentemente mesmo contra os reis, faziam proceder seus direitos diretamente da graça divina; e por isso mesmo ela proporcionou um novo desenvolvimento à emancipação da classe burguesa, lentamente preparada, por sua vez, durante os dois séculos que haviam precedido essa revolução religiosa, pelo desenvolvimento sucessivo das liberdades comunais, e pelo desenvolvimento do comércio e da indústria que haviam sido ao mesmo sua condição e sua consequência necessárias.

Dessa revolução surgiu uma nova potência, não ainda a da burguesia, mas a do Estado, monárquico, constitucional e aristocrático na Inglaterra, monárquico, absoluto, nobiliárquico, militar e burocrático em todo o continente da Europa, com exceção de duas pequenas repúblicas, a Suíça e a Holanda. (BAKUNIN, 2008, p.60)

Assim, o contexto geopolítico que possibilita a unificação dos grandes Estados nacionais na Europa ocidental é fruto de uma dupla revolução que construiu suas novas bases: 1) A Reforma Protestante, ao questionar e enfraquecer a onipotência das igrejas aliançada com reis e senhores feudais, os arrefeceu e abriu caminho para a racionalização da política e 2) A Revolução Francesa, ao possibilitar que a burguesia assumisse o controle político da sociedade – que, por sua vez, estava intimamente relacionada ao que ficou conhecido como Revolução Industrial, que modificou a estrutura técnica-produtiva da sociedade e assim estabeleceu as bases do capitalismo.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, por sua vez, somente foi possível com esse conjunto de revoluções e reformas que deram origem ao Estado moderno. Se do ponto visto histórico podemos afirmar que a unificação dos grandes Estados ocorreu ainda em um período de transição do modo de produção feudal para o capitalista e de forma tal que a centralização política foi condição para a consolidação desse modo de produção universalista, por sua vez os Estados se desenvolveram vertiginosamente com a expansão do modo de produção capitalista, sendo que a consolidação da modernidade baseia-se sobretudo na interdependência e desenvolvimento mútuo dos Estados-nações como forças agentes do desenvolvimento capitalista.

Um novo sistema interestatal emergirá como fruto dessa interdependência e será marcado, segundo Bakunin, pelo desenvolvimento da secularização da política

moderna por meio da cientificação/racionalização político-burocrático e militar do Estado alemão e sua nova organicidade utilitarista.

O Chanceler Bismarck e o Estado prussiano são os símbolos de uma nova potência imperialista, contemporânea de Bakunin, condensam as principais características dos Estados modernos, esta grande potência representa o uso da ciência na fundamentação teórica política de um novo tipo e será um espelho para toda a Europa.

Sim, desde o surgimento, na História, a partir da primeira metade do século XVI, de um novo tipo de sistema estatal, a Alemanha, inclusive o Império da Áustria, pelo fato de ser Alemão, nunca, no fundo, deixou de ser, na Europa, o centro de todos os movimentos reacionários (...). Como homem de Estado Inteligente o discípulo de Maquiavel, Senhor Bismarck, incentivava contra todo mundo: contra Deus e contra os Homens, sem exceção, é evidente, seus correspondentes enciclopedistas, e só acreditava em sua “razão de Estado”, apoiando-se como sempre na “força divina dos grandes batalhões”, (“Deus está sempre ao lado dos grandes batalhões” gostava de dizer) tanto quanto numa organização econômica e numa administração interna a mais perfeita possível, sem dúvida mecânica e despótica.

O Estado prussiano é símbolo da formulação burocrática-política da modernidade emergente - a ultracentralização política, a militarização do Estado, a racionalização da sociedade, o secularismo social e o desenvolvimento da ideia de cultura nacional são, articuladamente, características da nova organização social da hegemonia da classe burguesa.

No processo de disputa dos Estados, sistema interestatal, o Estado prussiano consolidou-se como hegemônico não apenas por desenvolver e centralizar a estrutura político-burocrática-militar, mas também por manter sua hegemonia nesse jogo de disputas internacionais serviu de modelo aos demais Estados nesse novo processo organizativo, exportando uma forma de organização social.

2.2.2 Sistema Interestatal Capitalista

O desenvolvimento do estatismo surgido no século XVI, determinava uma nova organização política interna, que tem por característica a supressão das ideias divinas/religiosas e a racionalização/secularização da organização interna dos Estados modernos, que são baseados na cientificação e centralização política, administrativa-

burocrática, militar e econômica. A consequência direta é a conformação de uma nova estrutura política e econômica internacional a que denominamos, baseados em Bakunin, de sistema interestatal capitalista.

A lógica da manutenção do sistema interestatal burguês - que mantém a estrutura político-burocrática da sociedade capitalista - é, como bem adverte Bakunin, conquistar para não ser conquistado, ou seja, o sistema necessita, como condição de sobrevivência, da luta ininterrupta pela conquista político-territorial.

Essa condição histórica de permanente conflito interestatal, marca da ascensão dos grandes Estados modernos, tem como consequência a concentração progressiva do monopólio do poder político por um restrito grupo que gere as grandes potências.

Essa reação nada mais é senão a realização acabada do conceito anti-popular do Estado moderno, o qual tem por único objetivo a organização, na mais vasta escala, da exploração do trabalho, em proveito do capital concentrado em pouquíssimas mãos; o que significa o reinado triunfante da judiaria e dos grandes bancos sob a poderosa proteção das autoridades fiscais, administrativas e policiais, que se apóiam, sobretudo, na força militar, despóticas, por conseguinte, em sua essência, mas que se abrigam, ao mesmo tempo atrás do jogo parlamentar de um pseudo-regime constitucional.

A indústria capitalista e a especulação bancária moderna necessitam, para se desenvolverem-se em toda amplitude desejada, destas grandes centralizações estatais, que sozinhas, são capazes de submeter à sua exploração os milhões e milhões de proletárias da massa popular. (BAKUNIN, 2003, p.35)

A capacidade de organização interna das burocracias, o apoio do monopólio da violência, a expansão territorial, o apoio fiscal do Estado para internacionalização do sistema bancário propiciado por esse novo sistema interestatal utilitarista foram, para Bakunin, o condicionante da expansão do capitalismo monopolista no final do século XIX.

Do ponto de vista histórico, segundo Bakunin, o Estado por meio da concentração política, da ultra-organização militar e da introdução da administração científica nas esferas administrativas possibilitou a consolidação do modo de produção capitalista. Por sua vez, o modo de produção capitalista criou também as condições para a expansão mundial do modelo organizativo constitucionalista burguês.

Bakunin, como observamos, rejeita as teses metafísicas e/ou mecanicistas acerca do Estado, como as que defendem que o mesmo seja determinado unilateralmente pela economia. A compreensão dinâmica e materialista acerca do Estado reside na

observação histórica do mesmo, a partir da qual Bakunin demonstra que, sem as novas características citadas, não seria possível nas novas potências a expansão do capital e sua reprodução.

O grande capital, por lei que lhe é inerente, é fatalmente levado a invadir tudo. Começou naturalmente explorando os setores do comércio e da indústria que lhe prometeram as maiores vantagens, aqueles cuja exploração era a mais fácil, e acabará, necessariamente, depois de tê-los explorado o suficiente, e pela concorrência que faz a si mesmo nessa exploração, voltando-se em breve para os setores que até aquele momento não havia tocado. Já não se fazem paletós, botas, rendas a máquina? Acreditai, cedo ou tarde, e mais cedo do que tarde, far-se-ão também relógios à máquina. As molas, os escapos, as caixas, a placa metálica, o polimento, o guilhoche, a gravação, se farão máquinas. Os produtos não serão perfeitos quanto aqueles que saem de vossa hábeis mãos, mas custarão muito menos, serão vendidos em muito maior quantidade do que vossos produtos mais perfeitos, que eles acabarão por excluir do mercado. (BAKUNIN, p.104, 2003).

As duas características acima comentadas estão amparadas em outras duas tendências - a do desenvolvimento industrial em detrimento da técnica artesanal e a da concentração de capitais, o monopólio. O monopólio precisa dos grandes Estados para se desenvolver, o que determina que potência estatal e monopólio de capitais caminham juntos rumo à centralização econômica e política.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista tem como uma das suas tendências inexoráveis o ingresso no mercado de capitais da produção de caráter doméstico, bem como a incorporação do trabalho assalariado ao que era o antigo trabalho artesanal.

Assim como a indústria capitalista e a especulação bancária – a qual sempre acaba por absorver a primeira, ambas sendo obrigadas, sob a ameaça da falência, a ampliar sem cessar seu campo de atividade em detrimento da pequena especulação e da pequena indústria, condenadas a serem devoradas por elas – devem se esforçar para ser únicas e universais, do mesmo modo, o Estado moderno, militar por necessidade, traz em si a irresistível aspiração a tornar-se um Estado universal; (BAKUNIN, 2003, p.36)

A tendência do Estado moderno, tal e qual as indústrias capitalistas, que tendem a se monopolizar, destruindo a concorrência e expandindo sua atuação internacional, é de se tornar universal na disputa dentro do sistema interestatal. As tendências do capital e do sistema político predominante convergem para absorção/destruição da pequena propriedade e dos pequenos Estados nações.

A racionalização das técnicas administrativas-burocráticas no processo de centralização e organização política do Estado moderno possibilitou, ao mesmo tempo, a expansão dos Estados-nações, desenvolvendo o processo de quebra de fronteiras nacionais em prol dos impérios e a reprodução ampliada do capital com tendências monopolísticas.

Compreendido que o Estado moderno é essa máquina centralizadora de poderes políticos, administrativos e militares, que serve a uma casta burocrática minoritária da população e que a expansão anexionista externa depende de uma coesão da política administrativa interna, podemos aferir que, para Bakunin, a necessidade da expansão anexionista está fundamentada, dentre outros motivos, na necessidade de garantir cargos burocráticos externos aos aliados internos a fim de garantir a manutenção da máquina política interna na política externa.

O sistema interestatal capitalista tem como característica de seu desenvolvimento: 1) o crescente da miséria/pauperização simultaneamente e 2) a concentração de poder político e de capitais, os monopólios. Podemos aferir então que, para Bakunin, o sistema interestatal capitalista desenvolve a miséria, ou desenvolve o subdesenvolvimento, paralelamente ao desenvolvimento do capital.

No processo de acumulação capitalista, o grande capital desenvolve-se atrelado aos grandes Estados-nações em um único processo combinado de universalização do sistema interestatal capitalista.⁴ Bakunin compreende o processo de organização do capital a partir da sua tendência a se monopolizar e a se universalizar a partir de associações/fusões, mas também discorre sobre como esse capital, apesar de internacional, tende a se unificar com o seu Estado nação de origem e representar uma força concentrada ainda maior.

Dissemos e demonstramos, antes, que a sociedade só pode constituir e permanecer um Estado se ela se transforma em Estado conquistador. A mesma concorrência que, no plano econômico, esmaga e devora os pequenos, e até mesmo os médios capitais, estabelecimento industriais, propriedades fundiárias e casas de comércio, esmaga e médios Estados, em proveito dos impérios.

4 Apesar de o capitalismo ter passado do século XIX ao XXI por uma série de mutações (e o sistema estatal também) é notório que as grandes corporações capitalistas têm como sede e aliados as grandes potências imperialistas da contemporaneidade.

Doravante, todo Estado que não se contentar em existir no papel e pela graça de seus vizinhos, pelo tempo que estes quiserem tolerar, mas desejar ser um Estado real, soberano, independente, deve ser necessariamente um Estado conquistador. (BAKUNIN, 2003, p.66) .

Para Bakunin, o capitalismo e o Estado moderno, como já observamos, não apenas determinam-se mutuamente, mas também percorrem o mesmo objetivo, pois tanto a indústria capitalista como o Estado moderno disputam cada um em suas esferas a universalização como condição de sobrevivência. De um lado, a acumulação de capital precisa tornar-se mais capital na tendência monopolística apresentada por Bakunin, por outro lado, os Estados precisam se expandir como condição de sobrevivência no sistema interestatal moderno.

O sistema interestatal, tal qual foi preconizado por Bakunin, é um sistema baseado na conquista e na busca pelo monopólio do poder político que, se por um lado é determinado pelo modo de produção capitalista, por outro lado também determina esse modo de produção ao sedimentar suas políticas-organizativas. Desse modo, com base na explicação sociológica e integral no sentido da totalidade dialética política-economia, denominamos de sistema interestatal capitalista.

Essa apreensão do desenvolvimento do estatismo e da acumulação de capital em um único movimento integral traz à luz uma nova maneira de encarar o processo de hegemonia da burguesia na sociedade atual, bem como lança elementos para uma nova perspectiva de superação dessa mesma sociedade e aponta, ainda que de modo primário, a reconstrução de uma teoria do imperialismo total/integral.

2.2.3 Império

O império é uma categoria central na elaboração teórica de Bakunin porque esta surge como principal mecanismo de desenvolvimento da centralização política-militar e econômica da sociedade de classes. Isso significa que o desenvolvimento do sistema interestatal capitalista para Bakunin não é decorrência de supostas leis históricas mecanicistas ou qualquer outra força metafísica que determinaria os rumos da História, mas sujeitos/instituições concretas determinam os rumos da História.

Conforme apontado na introdução utilizamos apoiados em Ferreira (2007) o conceito de Forças agentes como instrumento de compreensão da sociedade como em

disputa permanente na teoria de Bakunin, no presente caso o império é a principal força agente de expansão do sistema interestatal capitalista.

Bakunin, como bem veremos não descarta leis econômicas e políticas como tendências da sociedade moderna, ele até se utiliza desses termos de lei como tendência, mas baseado no materialismo ele percebe que o desenvolvimento desse sistema é conduzido por uma força política concreta, por agentes políticos reais, que no palco sóciopolítico implementam uma política econômica para o mundo em detrimento de outra, o império é exatamente o maior agente de expansão do sistema interestatal capitalista.

Menos de um ano antes da Guerra Franco-prussiana, pelo qual o império de Bismarck se consolidaria como potência europeia, Bakunin fala da necessidade da Prússia subjugar a França para estabelecer seu conflito regional na Europa, demonstrando as duas características centrais dos Estados modernos: 1) a centralização política e 2) a disputa por hegemonia no conflito interestatal internacional

Porque a imprensa alemã está unânime nesse ponto e tem mil vezes razão: que a Alemanha não pode fazer a cada dois anos sacrifícios inauditos para manter sua independência. É, pois, absolutamente necessário para a nação alemã que pretende ocupar hoje a posição dominante da França na Europa, reduzir a França precisamente ao Estado em que está potência tem mantido até aqui a Itália, fazer-lhe tributária, um vice-reinado da Alemanha, do grande Império alemão. (BAKUNIN, 1938, p.70, tradução nossa).

A guerra franco-prussiana de 1871 que teve como objetivo a disputa pelos territórios da Alsácia e da Lorena, mas que também provocou a Comuna de Paris, provocou a hegemonia prussiana na Europa, tornando claro algo que Bakunin prognosticara tempos antes, manter em toda Europa a subjugação da mesma pela Prússia e todos os demais Estados meros tributários da nação alemã.

A guerra Franco-Prussiana, na teoria política do império de Bakunin, não é pois mera casualidade. Na verdade esta é sintomática, pois representa a disputa incessante por hegemonia no conflito interestatal, a disputa por hegemonia política estatal na Europa (bélica ou não), desmonta as teses republicanas de democracia representativa, de direito internacional, baseadas sobretudo na ideia de paz entre as nações. Na teoria de Bakunin a guerra/conflito possui caráter imanente ao sistema estatal, condição de manutenção do império, a inexistência de guerras/conflito significa apenas a manutenção da subjugação internacional e a ultra-centralização política.

Dessa forma, o desenvolvimento do sistema interestatal capitalista, para Bakunin, não se dá de forma mecânica e anárquica, mas sim pela ação consciente de sujeitos concretos que atuam em um grande Estado potência e que exportam um modelo político-social para o resto do mundo.

Como já observamos o sistema interestatal é em-si mesmo conflituoso, contudo esse conflito não é simétrico, mas profundamente assimétrico dado a hegemonia de uma (ou mais) potência Estatal no plano internacional. O império é, grosso modo, a ação assimétrica (de capital, poder político burocrático-militar, conhecimento) de uma (ou mais) potência com as demais.

É tão verdadeiro como há hoje, nas grandes capitais, uma tendência ostensiva a se associarem para constituírem capitais monstruosamente formidáveis. A exploração do comércio e da indústria por sociedades anônimas começa a substituir nos países mais industrializados, Inglaterra, Bélgica e França, a exploração dos grandes capitalistas isolados. E, à medida que a civilização e a riqueza nacional dos países mais avançados crescem, a riqueza dos grandes capitalistas aumenta, embora o número dos capitalistas diminua. Uma certa massa de burgueses médios vê-se empurrada para a pequena burguesia, e uma multidão ainda maior de pequenos burgueses se vê inexoravelmente conduzida para o proletariado, para a miséria. (BAKUNIN, 2008, p101)

O império na teoria bakuninista seria, portanto, a força/instrumento potência organizada que: 1) universaria a acumulação de capital, buscando novos territórios para subsidiar seu crescimento, seja através de matérias-primas/trabalho precarizado ou novos mercados e 2) desenvolveria a tendência anexionista territorial-política dos Estados nacionais no sistema interestatal, que precisa expandir-se externamente, criando assim novos cargos burocráticos no exterior para seus aliados, para manter a coesão política interna do seu bloco burocrático-administrativo.

A teoria do império de Bakunin nos apresenta duas tendências complementares - a tendência monopolística do capitalismo, dado que a característica da gênese do capitalismo é de que o capital precisa tornar-se mais capital, como vimos na citação, e a tendência anexionista dos Estados modernos, dada a necessidade de expansão/dominação de novos territórios.

Essa análise de Bakunin nos faz refletir sobre o sistema que vivemos desde o final do século XVIII e a encarar o capitalismo não apenas como um modo de produção, mas como um sistema complexo que precisa a todo instante se reproduzir no campo econômico, político e territorial, como condição de sua sobrevivência.

Os Estados Modernos, para Bakunin, necessitam não apenas concentrar progressivamente seu poder político interno a fim de garantir sua supremacia, mas também precisam dominar povos e anexar regiões no plano internacional, a fim de se sustentarem e, por sua vez, não serem subjugado por algum outro Estado com maior poder político/bélico.

O Estado moderno, por sua essência e pelos objetivos que se fixa, é por força um Estado militar, e um Estado militar está condenado, não menos obrigatoriamente, a se tornar um Estado conquistador; se ele próprio não se lançar a conquista, será conquistado, pela simples razão de que por toda parte onde a força existe, é preciso que ela se mostre ou aja. (BAKUNIN, 2003, p36).

A natureza dos Estados modernos, do ponto de vista histórico, é conquistadora/anexionista e o novo sistema interestatal erigido na modernidade impõe uma centralização interna forte e uma política externa agressiva como condição de sobrevivência. Essa tendência anexionista do sistema interestatal demonstra do ponto de vista filosófico a natureza conquistadora das grandes potências estatais.

Essa elaboração teórica nos impele a crer que, na teoria bakuninista, os Estados coexistem no sistema interestatal coagidos/dependentes de grandes potências imperialistas, forçados a aceitar sua lógica dominadora por conta da supremacia bélica e administrativa das potências imperialistas.

O Estado nação potência, o império, seria, portanto, o motor principal do processo de acumulação capitalista a nível internacional e, dessa forma, o imperialismo não seria uma mera fase do sistema capitalista, mas intrínseco ao próprio capital que, desde o seu nascimento, busca se universalizar como único modo de produção e ao Estado, que busca se universalizar como único modo de organização social.

2.3 A Política Integral

2.3.1 Poder político x Luta econômica

Nesse ponto, apresentamos a relação programática estabelecida por Bakunin entre as reivindicações de caráter econômico e as lutas de caráter político. A crítica à emancipação estritamente política será nosso fio condutor e veremos como, para

Bakunin, as reivindicações programáticas devem assumir um caráter integral (luta econômica e política) ou tenderão a se degenerar.

As formulações políticas de Bakunin, em sua maior parte, foram decorrentes da sua militância no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1873), a elaboração e maior definição de sua política revolucionária deu-se tanto por conta da sua luta teórica contra os fundamentos da burguesia quanto por definir-se na disputa de tendências teóricopolíticas distintas no interior da própria AIT⁵ como o tradeunionismo, marxismo, mazzianismo e o proudhonismo de direita. Para desenvolver esse ponto utilizamos as formulações de Bakunin sobre a política da AIT, seus os textos jornalísticos (compilados em diferentes textos no Brasil), e conjuntamente o *Império Knuto-Germânico e a Revolução Social*.

A primavera dos povos, de 1848, foi uma extensão europeia da revolução francesa, uma tentativa de vários países europeus de derrubarem as monarquias e instituíram governos democráticos (socialistas ou burgueses).

Em seu manuscrito *Confissões ao Czar* Bakunin relata sua participação ativa e conspirativa desses processos insurrecionais em diversos países (Polônia, Alemanha) principalmente entre grupos legais e clandestinos de exilados eslavos no exterior. Mais do que um livro de experiência, as confissões representa uma epopeia de uma Europa convulsionada, por grupos revolucionários clandestinos, narrada por um importante animador desses eventos em que em cada capital se erguia grandes barricadas contra a classe nobiliárquica.

A participação ativa nesses eventos que resultaram na sua prisão de uma década e sua deportação propiciaram-lhe efetuar um importante balanço das revoluções que tinham caráter exclusivamente política e perceber a ineficácia social que as mesmas resultam.

A partir dos conflitos no interior da AIT, da negativa de outras teorias e da defesa da teoria integral é que Bakunin afirma sua teoria revolucionária. Não é intuito do presente estudo historicizar as questões gerais relativas a AIT e embates entre as variadas correntes que a habitavam, pois existem diversos estudos relevantes sobre o mesmo.

Contudo, nos é primordial estudar a política estratégica de Bakunin no interior da Associação, principalmente no debate sobre emancipação integral/social x

5 Para acompanhar os debates da AIT ver (MUSTO, 2014) e (GUILLAUME, 2009).

emancipação política, visto que essa representa um tema central da sua teoria. Assim, o objetivo do presente ponto é compreender como Bakunin traduzia programaticamente sua luta política integral, em especial na AIT, de forma correlacionada, evidente, a uma análise total do sistema interestatal capitalista.

Assim, é uma Escola perfeitamente respeitável; apesar disto, não deixa de manifestar um caráter bastante ruim, às vezes, e, mais importante do que isto, tomou, enquanto base de suas teorias, um princípio que é profundamente verdadeiro quando o consideramos em seu aspecto verdadeiro, ou seja, de um ponto de vista relativo, mas que, encarado e colocado de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a fonte primária de todos os outros princípios, como esta escola faz, torna-se completamente falso. Este princípio, que constitui, aliás, o fundamento essencial do socialismo positivo, foi cientificamente formulado e desenvolvido pela primeira vez pelo senhor Karl Marx, o chefe principal da Escola dos comunistas alemães. Ele forma o pensamento dominante do célebre *Manifesto dos comunistas* que um Comitê internacional de comunistas franceses, ingleses, belgas e alemães, reunidos em Londres, tinha lançado em 1848, com o seguinte título: *Proletários de todos os países, uni-vos!* Este manifesto, redigido, como sabemos, pelos senhores Marx e Engels, tornou-se a base de todos os trabalhos científicos ulteriores da Escola, e da agitação popular levantada, mais tarde, por Ferdinand Lassalle, na Alemanha.

Este princípio é o oposto absoluto do princípio reconhecido pelos idealistas de todas as escolas. Enquanto estes últimos fazem todos os fatos da história, inclusive o desenvolvimento dos interesses materiais e das diferentes fases da organização econômica da sociedade, derivar do desenvolvimento das ideias, os comunistas alemães, ao contrário, não querem ver, em toda a história humana, nas manifestações mais ideais da vida, tanto coletiva quanto individual, da humanidade, em todos os desenvolvimentos intelectuais e morais, religiosos, metafísicos, científicos, artísticos, políticos, jurídicos e sociais, que se produziram no passado e que continuam a se produzir no presente, nada além de reflexos ou desdobramentos necessários do desenvolvimento dos fatos econômicos. (BAKUNIN, 2014, p.256).

Como já observamos, ao estudar a teoria do Imperialismo em Bakunin, percebemos que o Estado, enquanto concentração do poder político, é parte de um todo no qual o monopólio da economia, a acumulação de capital, é a outra parte. A sociedade capitalista é um todo de múltiplas contradições no qual o Estado/política e o capital/economia se influenciam mutuamente. Desse modo, a estratégia de luta contra o Estado e o capital deveria ser determinada pela análise dialética entre economia e política.

Bakunin reconhece o materialismo desenvolvido por Marx na sua crítica à economia política que trabalhando a economia, não de modo abstrato das condições sociais em que os homens vivem dissecou as relações nas quais os privilégios são

exercidos na sociedade moderna. Porém, na construção teórica de Bakunin a política não seria mero epifenômeno da economia, como nosso autor supõe ser defendido pela escola alemã de Marx, tampouco determinante desta política e economia determinam-se mutuamente

Para Bakunin, a política não é sobredeterminada unilateralmente por algum aspecto, a mas sim determinada pela economia e por outros elementos do real, mas essa determinação é recíproca e dialética. Ou seja, ela é parte de um todo, ao mesmo que é condicionada e condicionante da sociedade de classes. Em Bakunin, dessa forma, percebemos que há, do ponto de vista metodológico, uma dialética entre política e economia, na qual as duas esferas da materialidade concreta determinam-se mutuamente, conformando partes de um mesmo todo da realidade social.

A metodologia dialético-materialista de Bakunin a respeito da relação entre emancipação econômica - que seria a capacidade dos trabalhadores de gerir a produção e distribuição dos produtos necessários à humanidade assim como a emancipação política pelo qual o povo tem acesso aos mecanismos decisórios da estrutura política da sociedade-, foi o que possibilitou ao revolucionário russo articular uma teoria global/integral para superação do capitalismo com um programa reivindicativo coerente com sua proposta do seio da AIT.

Da mesma forma, essa sua compreensão integral acerca da estratégia de superação do sistema vigente o fez refutar teorias particularistas e/ou etapistas no interior da Associação, teorias estas que, grosso modo, defendiam a superação de determinado aspecto da sociedade de classes ou que condicionavam a luta de determinado aspecto, como a emancipação econômica, após a conquista pelo proletariado de outro determinado aspecto, como do aparelho político. A própria estrutura da AIT, seu caráter reivindicativo-econômico ou de disputa política parlamentar-burguesa marcará a diferença de linhas e de concepção estratégica no coração da Aliança, como afirma Berthier:

Enquanto Marx queria transformar as federações da AIT em partidos nacionais para conduzir uma política eleitoral, introduzindo assim os germes de cisões na organização, Bakunin entendia conservar para essas federações o caráter unitário de organizações de luta econômica. Em um manuscrito citado por Max Nettlau e reproduzido na coletânea *Bakounine et la Liberté*, Bakunin expõe que a Internacional “prepara os elementos da organização revolucionária, mas ela não a realiza”. Ela organiza a luta pública e legal dos trabalhadores, faz a “propaganda teórica das idéias socialistas”, mas não vai além

disso. A Internacional é um meio necessário e favorável a essa organização, “mas ela ainda não é essa organização”. BERTHIER, 2015, p.5)

Segundo Bertihier o conflito entre Marx e Bakunin no interior da AIT não foi de ordem pessoal ou de egos como parte da historiografia reduz esse debate hoje, o conflito foi da ordem do papel que a AIT deveria assumir na luta de classes, Bakunin apostava na unidade por meio das reivindicações econômicas enquanto Marx defendia uma atuação unificada no parlamento político, mais do que uma disputa de linha momentâneas, essas diferentes posições significaram concepções de estratégia de luta política distintas que marcará a cisão das duas maiores correntes do socialismo em todo século XX.

O projeto de organização por meio das reivindicações econômicas que Bakunin irá defender dentro da AIT e que marca a diferença estratégica com o marxismo, será por sua vez a base para a construção do conceito de greve geral e do sindicalismo revolucionário, posto que a tática da greve geral consiste sobretudo na ideia de unificação das lutas econômicas de distintos setores em um único movimento de solidariedade unificado, o sindicalismo revolucionário por sua vez é a ideia de que estes setores em lutas econômicas podem gerir a vida política da sociedade sem precisarem para tanto de atravessadores político-institucionais, ou seja, é a ideia de que as associações de trabalhadores podem gerir a sociedade, por isso Bakunin é tipo por vários autores como (LEVAL, 2007) como fundador do sindicalismo revolucionário.

Para Bakunin, seria equivocado ter como centro a disputa política institucional sem atrelar a essa luta a emancipação econômica, isso tanto pelo que representa o Estado burguês (como monopólio do poder político, o que o tornaria indisputável, visto que ele é um órgão essencialmente autoritário) quanto porque os trabalhadores, enquanto submetidos ao sistema capitalista no qual vendem por longas horas sua força de trabalho, sequer teriam tempo de exercer um papel político diretivo na sociedade, como verificamos no ponto sobre estranhamento da política no sistema estatal.

Está claro que todo movimento político que não tem absolutamente por objeto imediato e direto a emancipação econômica, definitiva e completa dos

trabalhadores, e que não inscreveu em sua bandeira, de maneira bem determinada e bem clara, o princípio da igualdade econômica, o que quer dizer a restituição integral do capital ao trabalho, ou então a liquidação social – que todo movimento político semelhante é burguês, e como tal, deve ser excluído da Internacional. (BAKUNIN, 2008, p.62).

Reside nesta concepção uma confiança na capacidade política da classe trabalhadora, de que as mudanças sociais não podem ocorrer por meio da luta política institucional, Bakunin como vimos fez um balanço crítico das revoluções burguesas e via na luta política um engodo, era necessário agora que as reivindicações econômicas da classe, sem qualquer forma de substitutismo parlamentar, pudessem modificar a estrutura política da sociedade.

A emancipação política seria apenas um engodo através do qual políticos profissionais iludiriam as massas trabalhadoras, o argumento dos socialdemocratas de que poder-se-ia mudar a sociedade modificando apenas a estrutura política ou de que isso representava um primeiro passo nas mudanças sociais e que modificando os dirigentes das esferas político-decisórias do Estado, desde que fosse mantida sua estrutura centralizadora, poder-se-ia modificar as relações de produção e todo o universo do trabalho foi refutado por Bakunin.

O pensamento político do socialista russo consiste em que na crítica de que as mudanças na sociedade, apesar de serem conduzidas por um movimento político (não-institucional) deve-se sempre almejar rupturas econômicas sociais senão apenas deslocarão as estruturas de privilégios da sociedade de classes, posto que modificariam o detentor dos chicotes mas não as chicotadas.

A estratégia política da revolução integral, ou revolução social, de Bakunin consiste, pois na concepção de que a construção de uma sociedade igualitária passa simultaneamente pela descentralização da política deliberativa e pelo controle dos trabalhadores sobre a produção e distribuição de víveres. Podemos perceber dessa forma que Bakunin, ao formular um programa de emancipação integral do proletariado, desenvolve uma concepção de política integral, que compreende a política e a economia como partes integrantes de um sistema de múltiplas determinações e que a estratégia de superação dessa sociedade somente poderia ser conduzida por uma linha total, ou seja, por uma política integral.

A luta no interior da AIT, longe de ser uma disputa de egos, representou no sentido mais programático as diferenças acerca de leitura de mundo, acerca do método de compreensão da realidade, em especial da sociedade capitalista e o papel do proletariado em resistência.

Contudo, para Bakunin, não é porque a luta econômica-política deveria ser encarada de modo integral e porque a luta/revolução exclusivamente política seria uma farsa que as lutas/bandeiras e reformas pontuais de natureza econômicas seriam de menor importância.

Qual é a política que a Internacional deve seguir durante esse período mais ou menos longo que nos separa da revolução sócia que todos presenciam hoje? Fazendo abstração, como lhe prescrevem seus estatutos, de toda política nacional e local, ela dará à agitação operária em todos os países um caráter essencialmente econômico, colocando como objetivo a diminuição da jornada de trabalho e o aumento dos salários; como meios, a associação das massas operárias e a formação de caixas de resistência (BAKUNIN, 2008, p68).

A superação da sociedade capitalista seria dada de modo gradual, com o desenvolvimento da capacidade de organização do proletariado, por via da intensificação das lutas de caráter reivindicativo-econômico. Para Bakunin, a consequência do desenvolvimento das lutas econômicas não é desaguar no reformismo imediatista, mas convergir, de modo orgânico e total, diferentes bandeiras/reivindicações de distintos setores de ofício dos trabalhadores em um único movimento.

Destarte, é o desenvolvimento das contradições econômicas, por meio da solidariedade construída na greve geral, que faz emergir uma capacidade política-organizativa na classe trabalhadora, e não o contrário, posto que as lutas políticas isoladas das reivindicações sociais só desenvolve o espírito de tutela, da submissão ideológica a um agente externo à classe.

Para Bakunin, a construção de uma ampla organização por meio da solidariedade econômica desenvolveria o espírito e a consciência de classe na Europa, posto que como veremos, apoiado em Proudhon, a consciência de classe é consequência de um processo de resistência econômica coletiva e não por meio de um suposto empoderamento político.

Mas as greves não se sucedem tão rapidamente fazendo temer que o cataclisma chegue antes da organização suficiente do proletariado? Não o cremos, pois, antes de tudo, as greves já indicam uma certa força coletiva, um certo entendimento entre os operários. Em seguida cada greve torna-se um ponto de partida de novos agrupamentos. As necessidades da luta levam os trabalhadores a apoiarem-se, de um país a outro, e de uma profissão a outra; assim, quanto mais ativa torna-se a luta, mais essa federação de proletários deve ampliar-se e reforçar-se. (BAKUNIN *apud* LEVAL, 2007 ,p58).

A greve geral não é apenas um modelo de mobilização, é um conceito de estratégia política que se baseia em duas premissas da teoria de Bakunin: 1) que o que leva a mobilização dos trabalhadores é a reivindicação de caráter econômico e 2) é o desenvolvimento da estratégia de reivindicação da classe que eleva a consciência do proletariado⁶.

A estratégia da greve geral visa assim ao desenvolvimento da solidariedade dos trabalhadores que unificando suas pautas econômicas num único movimento combinado, resulta em uma estratégia política.

O desenvolvimento dessa estratégia política que consiste sobretudo no entendimento que cada mobilização econômica de cada categoria pode se tornar um exercício revolucionário (ou ginástica como Malatesta irá afirmar no século XX) , posto que cada luta particular, se articulada pode ter um efeito cascata no capitalismo, construiu as bases de um sindicalismo de base revolucionária, por isso Gaston Leval atribui a Bakunin como o fundador do sindicalismo revolucionário (2007).

As lutas reivindicativas são centrais, pois as contradições com a burguesia são inconciliáveis no capitalismo. As formas de organização para a resistência e a solidariedade de classe resultantes delas permitem o acirramento do conflito entre as classes. As greves expressam esse acirramento. (NASCIMENTO, 2015, P.19)

A ideia da greve geral/sindicalismo revolucionário consiste sobretudo na possibilidade de autonomia dos trabalhadores, posto que se baseia na capacidade dos trabalhadores organizados resolverem suas demandas sem necessitarem de um agente externo a classe (como o parlamento) ou de uma luta de ordem meramente política

6 Veremos no último capítulo a questão da consciência em Bakunin. Esse ponto é fundamental e demonstra 1) a interdependência entre os elementos em sua obra já que a questão da consciência não se separa do debate de organização política e 2) da atualidade de sua obra já que esse ponto sobre consciência não foi resolvido pelos esquemas mecanicistas do marxismo.

(como a luta da burguesia contra a aristocracia). A mudança efetiva da classe se dá ordem dos fatores sociais e não meramente político. A luta econômica da classe é assim, para Bakunin, uma luta política e social.

Bakunin ficou conhecido na posterioridade como crítico ao autoritarismo político, por decorrência da deturpação de sua crítica, supostamente limitada e concentrada na esfera política. Contudo, sua estratégia de organização/mobilização de massas centrava-se, antes de tudo, nas reivindicações de caráter econômico-social, pois apenas essas pautas, quando concatenadas, possuíam caráter antissistêmico. A partir dessa perspectiva, a greve geral, longe de ser uma tática romântica e/ou ultimata, figura-se, na concepção bakuninista, como um encadeamento das pautas econômicas específicas de cada setor/ramo de produção em um padrão de articulação social superior, que concatena as pautas imediatas em um único movimento geral reivindicativo.

Quando as greves se alargam, se interpenetram, é porque está próximo o momento da greve geral; e uma greve geral, com as ideias de liberdade que reinam hoje no proletariado, só pode conduzir a um grande cataclisma que dará uma nova estrutura à sociedade. (BAKUNIN, 1979: 11).

Esse processo de organizar diferentes frações da classe trabalhadora em um único movimento que congregue pautas reivindicativas-econômicas específicas com pautas gerais, também de caráter econômico é o que se denomina greve geral – tática de mobilização que tem até hoje Bakunin como seu principal teórico.

A greve geral seria uma luta congregada e intensificada de bandeiras de caráter econômico. Como se observa, as lutas econômicas tem, além de uma capacidade organizativa, um papel político, pois as reivindicações econômicas são ao mesmo tempo uma luta política, visto que economia é política. Somente através das lutas econômicas é que os trabalhadores conseguiriam se empoderar politicamente.

Assim, na proposta de greve geral de Bakunin não se precisaria desenvolver pautas políticas externas a economia, posto que as próprias lutas econômicas em conjunto e levadas a sua máxima potência representam uma proposta de modificação

político-estrutural da sociedade ⁷ e preparam o terreno para a construção da revolução social, que seria revolução política e econômica.

A tática da greve geral mantém, portanto, a luta reivindicativa de cada categoria, estabelece-se as pautas de cada ramo de produção, mas movimenta-se em conjunto como uma maneira de, ao mesmo tempo, 1) efetivar as pautas com maior vigor e 2) desenvolver a solidariedade organizativa da classe trabalhadora, pois como veremos, a ação organizativa da classe é portadora de um projeto de consciência de si mesma.

2.3.2 Luta Política x Luta De Massas

Neste tópico estudaremos como para Bakunin a luta de classes não é algo espontâneo e/ou natural e como a luta dos trabalhadores é fruto da sua organização política. A organização política segundo o socialista russo é, por sua vez, dividida em duas - a organização política em si (o partido) e a organização de massas, a Aliança da Democracia Socialista e a Associação Internacional dos Trabalhadores.

Já vimos no tópico anterior como Bakunin articulava a estratégia de luta integral entre política e economia, em especial dentro de embates na AIT, e como também desconsiderava as revoluções meramente políticas, por serem um embuste e não trazerem consigo as determinações das condições materiais de existência.

Temos agora como objeto o estudo de como Bakunin relacionava a luta popular de massas, seu papel protagonista e seus limites, e o papel da organização política e operacional, ou ainda, do partido político frente à luta de massas, e como se dá a delimitação da ação de cada um dos setores, que se influenciam mutuamente, correlacionada a uma teoria política integral desenvolvida por Mikhail Bakunin.

Fundamental compreender que para Bakunin a revolução tem como protagonista as massas e não um motim secreto de pequenos lutadores. Em carta a Netchaev, Bakunin, em oposição ao método do primeiro, deixa claro quem é o sujeito da revolução social.

7 A crítica desenvolvida por Lênin na posterioridade acerca dos limites do economismo é o oposto da teoria de Bakunin, enquanto a teoria de Rosa sobre Greve de massas teve uma influência direta de Bakunin, como Guérin apontou.

A Centralização e a civilização, as estradas de ferro, o telégrafo, as novas armas e a nova organização do exército, na ciência administrativa, ou seja, a ciência da subordinação e da exploração sistemática das massas, a ciência da domesticação todos os tipos de revoltas populares, é tão cuidadosamente elaborada, verificada por meio de experiência e aperfeiçoado ao longo dos últimos 75 anos da história contemporânea, somado ao fato de que o Estado e suas armas hoje representa uma força tão grande, que todas as tentativas artificiais, tramas secretas fora do povo, ataques e assaltos de surpresa viriam a abater essa força, que só pode ser conquistado e destruído pela revolução espontânea, popular e social(BAKUNIN,p.20,2014)

Como veremos, a organização política revolucionária, o partido, é fundamental para a revolução, contudo, o sujeito dessa revolução é o próprio povo, pois com o desenvolvimento da capacidade burocrática-militar do Estado moderno não seria possível a sua derrubada por um pequeno motim de homens sagazes, mas apenas com o intenso poder das massas, com a força coletiva do povo.

A atividade política de Bakunin consistiu, como sabemos⁸, na participação em insurreições populares, em movimentos de massa como a AIT e a Liga da Paz e da Liberdade e em grupos políticos organizativos, sendo o mais importante deles a Aliança. Havia, portanto, em Bakunin uma delimitação clara do papel que cada um dos setores (de massas e político) deveria desempenhar.

Pensamos que os fundadores da Associação Internacional agiram com grande sabedoria ao eliminar inicialmente do programa dessa associação todas as questões políticas e religiosas. Sem dúvida, não lhes faltaram em absoluto nem opiniões políticas, nem opiniões anti-religiosas bem definidas; mas eles abstiveram-se de emití-las nesse programa porque seu objetivo principal era unir acima de tudo as massas operárias do mundo civilizado numa ação comum. Tiveram necessariamente de buscar uma base comum, uma série de simples princípios sobre os quais os operários, quaisquer que sejam, por sinal suas aberrações políticas e religiosas, por pouco que sejam operários sérios, isto é, homens duramente explorados e sofredores, estão e devem estar de acordo. (BAKUNIN, 2008, p.43)

Para Bakunin estava claro que as organizações de massa que organizavam os trabalhadores por ramo de produção, chamada na época de seções de ofício, no caso a AIT, deveria organizar os trabalhadores por reivindicações econômicas de modo a poder incluir o máximo de trabalhadores possíveis no seio dessa associação, em uma tática fundamental para a expansão do movimento classista internacional.

8 Biografia de Bakunin de Mark Leier (2006) e Confissões ao Czar (1976)

Essa tática consistia sobretudo na não-ideologização do programa da AIT. Isso não significava que os trabalhadores não pudessem ser socialistas, mas a ideologia socialista em suas variadas ramificações não deveria ser um precedente para o ingresso na AIT, posto que isso limitaria a expansão e organização da mesma, a ideologia de membro competia a esses mesmos, a tática de luta comum seria a partir da luta econômica.

Bakunin tinha clareza do papel e dos limites de uma organização política revolucionária. Influenciado por grupos secretos que agitavam a Europa na primeira metade do século XIX como a maçonaria, a carbonária e o dezembrismo, Bakunin formula os estatutos de um grupo que deveria ser a vanguarda da revolução proletária internacional. Diferentes dos antigos grupos conspirativos, que tinham em sua maioria a única função de preparar golpes e insurreições violentas contra o regime de governo, o papel da Aliança consistia em, além de preparar essa ação violenta, também agitar a organização dos trabalhadores.

Assim, a única finalidade da sociedade secreta não deve ser a constituir uma força artificial fora do povo, mas despertar, agrupar e organizar as forças populares espontâneas. Sob essas condições, o exército da revolução, o único capaz e real, não é fora do povo, é o mesmo povo. Não se despertará com meios artificiais. As revoluções populares são engendradas pela força mesmo das coisas ou por essa corrente histórica, invisível, subterrânea, incessante e na maioria das vezes lenta, que corre entre as classes populares, abarcando-as cada vez mais, penetrando gota a gota, desde baixo até fora de sua selvagem corrente, até que quebre todos os obstáculos, que encontra ao passar. (BAKUNIN, 2014 p.20)

Esse elemento organizativo é importante porque demarca o contexto histórico de proletarização dos campos e das cidades, que caracterizará a Aliança como um dos primeiros grupos conspirativos socialistas, defensora dos interesses da classe trabalhadora.

Na estratégia política de Bakunin há uma relação de interdependência entre a Aliança e a AIT, cada uma cumprindo uma função específica, porém complementar, para o desenvolvimento da luta do proletariado europeu. A particularidade da função de cada setor, ou seja, a delimitação clara de cada uma das partes que constroem a luta social na Europa caracteriza bem a linha política estratégica de Bakunin.

Assim, a Aliança cabia reunir a vanguarda do proletariado europeu, que Bakunin denominou de “minoría ativa”, e pensar estrategicamente a ruptura violenta com o Estado moderno e com o capital internacional. Essa vanguarda se operacionalizaria por

meio do estímulo de seu programa dentro do movimento de massas, como a AIT. Para Bakunin, era necessário que a organização se constituísse por um pequeno número de quadros bem formados, unidos ideologicamente, baseados em um programa rígido, posto que o debate sobre a estratégia revolucionária, por uma questão organizativa e de segurança, não poderia ser feito publicamente.

A AIT, na proposta organizativa de nosso autor, cabia organizar o proletariado europeu pelas questões mais imediatas de ordem econômica, pois na concepção de Bakunin a AIT não deveria ter nenhum recorte de ordem ideológica e deveria, para agrupar o maior número de membros, se organizar a partir de bandeiras como a diminuição da jornada de trabalho, terra e melhores salários, atraindo assim o maior número de ativistas. O que deveria ser estimulado dentro da AIT seria a unidade a partir da defesa específica das lutas materiais, através da solidariedade de classe entre diferentes segmentos da classe trabalhadora, posto que a consciência de classe estava relacionada diretamente ao desenvolvimento da luta conjunta dos diferentes segmentos da classe.

Como veremos, para Bakunin, foram as diferentes interpretações sobre o papel da AIT o marco de sua cisão - se ela deveria ter como fundamento, como ele advogava, a solidariedade de classe, a partir do apoio de variados segmentos às lutas econômicas específicas de cada setor ou se deveria ter como fundamento, como o Conselho Geral defendia, a unidade ideológica-eleitoral, que a partir de um programa único internacional se pudesse disputar as eleições burguesas. Bakunin defendia que a organização da AIT estava, portanto, baseada na defesa das condições materiais de existência dos trabalhadores de distintos ramos de produção enquanto que para o Conselho Geral, dever-se-ia organizar o proletariado a partir de ideias previamente concebidas.

Acerca desse debate, a polêmica central, que culminou com o fim da maior experiência de organização dos trabalhadores da história, consistia na posição de Bakunin acerca do caráter puramente classista, e não ideológico, da AIT, ou seja, que a mesma deveria ser organizada pelo critério da solidariedade de classe. Enquanto que a posição da social-democracia alemã consistia em defender, no último período da AIT, a organização a partir da unidade ideológico-eleitoral, contra o que Bakunin protestou com veemência, provocando sua expulsão pelo Comitê Central da mesma, vejamos:

Com semelhantes disposições realmente existentes nas massas, como esperar que se possa atraí-las com um programa político qualquer? E suponhamos, como é, com efeito, o caso hoje, que elas se deixem levar na Internacional por uma outra isca, como esperar que o proletariado de todos os países, encontrando-se em condições tão diferentes de temperamento, de cultura e de desenvolvimento económico, se possa atrelar ao jugo de um programa político uniforme? Não se poderia imaginá-lo, segundo parece, sem demência. Pois bem, o Sr. Marx não se divertiu apenas em imaginá-lo, quis executá-lo. Rasgando, com um golpe despótico, o pacto da Internacional, ele quis, pretende ainda hoje, impor um programa político uniforme, *seu próprio programa*, a todas as Federações da Internacional, isto é, ao proletariado de todos os países! (BAKUNIN, 2014, p 47).

Como Bakunin apontou, as diferenças programáticas entre ele e Marx⁹ no interior da AIT se referiam ao papel das seções de ofício e à própria organização da Associação. Para Marx, era necessário que as seções se legalizassem e desenvolvessem um programa único para disputa das eleições burguesas, enquanto que para Bakunin o papel precípua da AIT era organizar os trabalhadores para a emancipação econômica, pois a Associação deveria ter um pluralismo ideológico e a obrigatoriedade eleitoral encerrava essa perspectiva, que unia trabalhadores de diferentes matrizes teóricas de toda a Europa.

A forma de organização defendida por Bakunin para as massas trabalhadoras se dava pela unidade organizativa-material, por meio da solidariedade de classe entre as diferentes frações do proletariado e de ideologias que se organizam na Europa. Para Marx, a unidade da AIT deveria ser dada a partir da unidade ideológica-eleitoral-programática.

A política integral de Mikhail Bakunin consistiu, pois, em uma linha programática geral de intervenção na luta de classes baseada na análise da totalidade dos pares antinômicos Estado-capital e política-economia, conformando assim uma política sistêmica de superação do sistema interestatal capitalista.

3 CRÍTICA À EDUCAÇÃO BURGUESA

3.1 Ideologia Pedagógica Do Sistema Interestatal Capitalista

9 Para além da questão de método e teórica, que não é nossa proposta no presente trabalho, situamos as divergências apenas para evidenciar as peculiaridades da linha integral do programa político de Mikhail Bakunin. Para as diferenças teóricas ver (FERREIRA, 2010).

3.1.1 Ideologia Civilizatória Imperialista

Neste ponto iremos analisar como Bakunin incorpora os objetivos ideológicos do império como parte da estrutura de dominação do sistema interestatal capitalista, os objetivos ideológicos são expressos principalmente por meio da substituição da religião pela ciência e do ponto de vista institucional das Universidades em substituição das igrejas como portadores institucionais da verdade na Modernidade. Mas a própria exportação de um modelo político organizativo, o Estado, para alguns povos eslavos, representa uma tentativa de impor uma visão ideológica atrelada a um sistema econômico-político.

Para Bakunin a dominação exercida pelo império aos povos conquistados se operava em várias esferas, a imposição de um tipo de organização política ultra-centralizada exercida pela administração técnico-científica era uma maneira de exportar um tipo de visão de mundo, uma tentativa de inserir todos os povos na ideia de civilização/progresso, negando assim seus costumes anteriores em defesa de um tipo novo de ideologia submissa ao sistema interestatal capitalista.

No capítulo anterior analisamos como o processo do sistema interestatal capitalista precisa de um Estado supremo nesse sistema como motor primeiro do seu desenvolvimento. Nesse processo de subjugação econômico e político do mundo por essa potência ocorre também uma dominação Ideológica posto que o sistema age de modo integral (político-econômico-epistemológico) e a exportação de uma forma de conhecimento passa a ser um elemento fundamental no processo político do domínio imperial, o conhecimento adquire um *status* de poder/dominação na teoria de Bakunin.

Dada a dimensão de totalidade do sistema interestatal capitalista na compreensão de Bakunin, podemos perceber neste capítulo como as instituições políticas (Estado) e ideológicas como a Igreja e as Universidades/escolas cumprem um papel fundamental na expansão e manutenção desse sistema entendido com um complexo econômico-político-ideológico.

O Império como força política, dessa forma, na compreensão integral de Bakunin, não atua apenas por meio de uma troca desigual de capital-força de trabalho entre centro e periferia, mas também atua na importação/exportação de formas sociais organizativas (como a estrutura política do Estado moderno europeu) e também numa

visão epistemológica, uma forma de pensar e agir no mundo, uma estrutura de conhecimento, uma cosmovisão ligada à ideia de progresso/industrialismo/civilização desenvolvida nos grandes centros europeus e imposta às regiões colonizadas da periferia.

Bakunin, de início, expõe esses elementos de modo etnográfico, como bom conhecedor das sociedades eslavas, abrindo um debate antropológico sobre como esse povo não tinha em sua tradição organizativa tendência à centralização política, tal como os germânicos. Essa citação nos é fundamental, porque depois o pensador russo demonstra como o Império germânico/prussiano forçou a exportação do seu modelo organizativo (Estado) e demais instituições, bem como sua estrutura de classes e segmentações sociais para o resto do mundo.

Os eslavos eram um povo, por essência, pacífico e agrícola. O espírito militar, que animava os povos germânicos, era-lhes estranhos; e, por isto, eram fechados a tendências estatistas, que se manifestavam desde o início entre os germanos. Vivendo em separado e com toda a independência em suas comunidades, administradas, segundo o costume patriarcal, pelos idosos, designados sobre o princípio eletivo, e todos usufruindo com igualdade das terras da comunidade, não possuíam entre eles nem nobreza, por eles ignorada, nem padres formando uma casta a parte, eram iguais entre eles. (BAKUNIN, 2003, p.63)

A estrutura política dos eslavos e suas tradições organizativas e econômicas, assim como as de outros povos, tendia à extinção devido a tendência expansionista do Imperialismo, que queria não apenas exercer um controle político, militar e econômico sobre as regiões subjugadas, mas também exportar/impôr seu modelo político-organizativo como via de sua expansão. Para tanto, foi necessário um suporte ideológico – germanizador – como expressão desta política imperialista.

O Império tem por objetivo, assim, a subordinação política e material dos países periféricos pelo centro. Para esse fim, opera simultaneamente impondo uma cosmovisão e desqualificando as formas de pensamento e de organização política dos países subordinados e, nessa relação de saber como instrumento de coerção/poder, opera se afirmando como única forma de pensar legítima.

Os burgueses nunca tiveram outro [princípio] para provar sua missão de *governar*, ou, o que significa a mesma coisa, de explorar o mundo operário. De nação para nação, assim como de uma classe para outra, este princípio fatal e que não é outro que a autoridade, explica e dá um direito a todas as invasões e todas as conquistas. Os alemães não se serviram sempre dele para executar todos os seus atentados contra a liberdade e contra a independência dos povos eslavos, e para legitimar a germanização violenta e forçada? É, dizem eles, a conquista da

civilização sobre a barbárie. Tome cuidado; os alemães começam a perceber também que a civilização germânica, protestante, é bem superior à civilização católica, representada, em geral, por povos de raça latina em geral, e à civilização francesa em particular. Tome cuidado para que eles não imaginem, em breve, que tem a missão de civilizar e emancipar seus compatriotas, seus irmãos, os camponeses da França. Para mim, uma ou outra pretensão são igualmente odiosas, e eu lhe declaro que, tanto nas relações internacionais como nas relações entre uma classe e outra, estarei sempre do lado daqueles que se quer civilizar por este processo. Vou me revoltar com eles contra todos estes civilizadores arrogantes, que se chamem operários, ou alemães, e, revoltando-me contra eles, servirei a revolução contra a reação (BAKUNIN, p193, 2014).

A missão civilizatória do sistema interestatal capitalista, impulsionado pela potência imperialista - o império prussiano na época de Bakunin - é não apenas ingressar no mercado concorrente mundial, pois isso é apenas parte do processo, visto que a tendência geral desse sistema é destruir/desmantelar a autodeterminação dos povos a partir da imposição da lógica da concentração político-territorial.

Integrado a esse processo de domínio territorial e econômico o Imperialismo para consolidar a sua missão civilizatória necessita da institucionalização da ideologia cientificista de Estado¹⁰ por meio principalmente das escolas e Universidades. Essa institucionalização, agregada ao processo de subjugação política e mercadológica aniquila e/ou marginaliza os saberes tradicionais e, assim, determina uma maneira de pensar o mundo, uma cosmovisão desenvolvimentista baseada no progresso técnico-científico que se dá com a imposição de instituições dos grandes centros, que servem de parâmetro para a conformação da nova sociedade subjugada - as escolas as universidades, o próprio Estado-administrativo, a polícia e o exército – que cumprem um papel fundamental nessa missão civilizatória imperialista.

Observar-se-á até que ponto esta maldita civilização alemã, por essência burguesa e, por isto mesmo, profundamente estatista, conseguiu infiltrar-se na alma dos próprios patriotas eslavos. Nascidos numa sociedade burguesa germanizada, educados nas escolas e nas universidades alemãs, habituados a pensar, a sentir e a ver da mesma maneira que os alemães, querem e acreditam poder libertar os eslavos do jugo germânico. Não podendo conceber razão, de sua educação alemã, outro meio de obter sua libertação senão formando Estados eslavos ou um grande e único Estado eslavo., fixam-se nesse caso também um objetivo por excelência alemão, pois um Estado moderno, centralizado, burocrático, militar e policial, como, por exemplo o novo império alemão ou o império de todas as Rússias, é por essência germânica (Bakunin, 2003, p. 62).

10 A teoria da ideologia cientificista de Estado é tema do nosso próximo tópico.

Se subtraíssemos daí uma teoria do Imperialismo em Bakunin, a partir da noção de interdependência de modo de produção capitalista e sistema interestatal capitalista e do império enquanto força agente, poderíamos aferir que esta é conformada por um tripé orgânico: 1) a acumulação permanente de capital que 1.1) tende a incorporar a produção doméstica ao mercado mundial e 1.2) transmutar, ainda que tendencialmente e não absolutamente, o trabalho do processo artesanal ao trabalho assalariado; 2) a tendência dos grandes Estados-nações de se potencializarem em pequenos territórios e exportar sua força bélica e administrativa como mecanismo de manutenção de sua hegemonia a nível internacional, impedindo por consequência a autodeterminação dos povos e 3) a imposição da cosmovisão lógica-cultural-técnica-civilizatória das grandes potências, em detrimento dos saberes e tradições locais, como mecanismo de manutenção do Estado-império, porta voz da universalização do sistema interestatal capitalista. O Imperialismo seria, então, portanto, o principal instrumento da universalização do estatismo, da acumulação de capital e da ideologia cientificista do progresso.

Considerando a relação de multideterminação e interdependência entre política, economia e conhecimento nas relações desiguais do império no sistema interestatal podemos aferir que a imposição do conhecimento e da cosmovisão do império sobre os demais Estados é condição fundamental, segundo a teoria de Bakunin, da dominação do império.

3.1.2 Crítica à Ideologia Cientificista do Estado Moderno

Como vimos no último tópico o sistema interestatal capitalista por ser um sistema integral também exporta e impõe uma forma de conhecimento em todo o mundo através de sua dominação no sistema interestatal capitalista. Veremos agora mais acuidamente como esse conhecimento se expressa, ou seja, qual a ideologia do Estado moderno e como essa ideologia baseada na ciência se expressa politicamente principalmente por meio do Direito/Jurisprudência.

O início da Modernidade, como já explicitamos, representou, na visão de Bakunin, apesar das profundas mudanças, mais uma continuidade desse período com o anterior feudal do que necessariamente uma ruptura. Essa continuidade expressa-se em

Bakunin de diversas formas como na relação de subjugação do trabalho (escravista-assalariado), na manutenção do monopólio do poder por uma classe (aristocracia-burguesia) e pela manutenção de estatuto de verdade que migrou da igreja e da ideia de Deus para a ciência moderna e a ideia de razão, a racionalidade como construtora política.

Bakunin é um grande entusiasta do desenvolvimento e das descobertas científicas de seu tempo. As formulações do positivistas Comte e Spencer que aplicam estruturas das ciências naturais em experimentos sociológicos subsidiaram a construção do materialismo de tipo sociológico de Bakunin.

Para Bakunin a metodologia científica tem por início e por fim os fatos concretos. Nasce do concreto, da materialidade, do movimento do real, da observação do existente. Feito isto, os fenômenos do real são refletidos pelo pensamento, para em seguida voltarem à materialidade, já refletida, para assim serem novamente refletidos de maneira sucessiva. Partindo da materialidade e retornando a esta.

Como já apontamos Bakunin sofreu bastante influência da teoria positivista de August Comte, sendo essa teoria fundamental para que o filósofo russo desenvolve suas teses materialistas. O materialismo de Bakunin, influenciado por Feuerbach e pelos positivistas, propiciou a superação do hegelianismo e de toda teoria especulativa. Não iremos tomar como objeto do presente estudo a metodologia científica de Bakunin, a qual já foi tema de nosso estudo anterior¹¹, mas nos cabe demonstrar que, apesar de sua negativa ao papel da ciência, especialmente a positivista, como regente da sociedade, Bakunin considera a importância dessa, como vemos na citação a seguir:

É curioso observar que a ordem das ciências estabelecida por Auguste Comte é aproximadamente a mesma que a da *Enciclopédia* de Hegel, o maior metafísico dos tempos presentes e passados, que teve a felicidade e a glória de ter conduzido o desenvolvimento da filosofia especulativa a seu ponto culminante, o que fez com que, levada dali em diante por sua dialética própria, ela se autodestruísse. Mas há entre Auguste Comte e Hegel uma enorme diferença. Enquanto este último, como verdadeiro metafísico que era, havia espiritualizado a matéria e a natureza, fazendo-as procederem da lógica, isto é, do espírito, Auguste Comte, ao contrário, materializou o espírito, fundamentando-o unicamente sobre a matéria. É nisto que consiste sua imensa glória. (BAKUNIN, 1988, p.46).

11 Da Vontade à Liberdade: Ciência, Trabalho e Educação em Mikhail Bakunin (ABRUNHOSA, 2013)

Segundo Bakunin Hegel espiritualizou a matéria e a natureza invertendo a realidade para subsidiar a razão, Bakunin atribui a Comte, e, dessa forma, ao início da ciência enquanto sistematização do conhecimento, o mérito de devolver à natureza e a todo conjunto da materialidade o mérito de fundamento primeiro da realidade, pois o real, segundo Bakunin, não existe apenas enquanto matéria pensada, mas antes existe em si mesmo, cabendo ao pensamento por meio da ciência apenas desvelar as estruturas do real.

A ciência moderna emergiu com a ascensão da burguesia ao poder na Europa, estabeleceu-se por esta classe como única forma de verdade e, dessa forma, deslegitimou todas as outras formas de conhecimento dos povos que não tinham uma burguesia formada, seja o conhecimento escrito ou oral, cumprindo um papel fundamental para a imposição da ideologia burguesa nas sociedades ditas primitivas.

Contudo, Bakunin, apesar de reconhecer as contribuições dos positivistas para o método científico que lhe propiciou melhor compreender a realidade, refuta a tese de que o método científico por si mesmo pudesse de modo neutro e imparcial conduzir a sociedade, como acreditaram os positivistas. E é justamente por ter tido influencia direta da metodologia científica dos positivistas e assim ter assimilado bastante sua teoria que Bakunin tece críticas contundentes a essa corrente teórica, em especial a seu fundador, Augusto Comte. Para Bakunin, o positivismo, ao sistematizar um método científico mais claro, fincou os alicerces da sociedade burguesa que precisava se travestir de outras roupagens diferentes da teocracia feudal para assegurar seus privilégios.

A imensa maioria dos homens, afirma Auguste Comte, é incapaz de governar a si mesma. "Quase todos, diz ele, são impróprios ao trabalho intelectual", não porque sejam ignorantes e porque suas preocupações cotidianas os impediram de adquirir o hábito de pensar, mas porque a natureza assim os criou: na maioria dos indivíduos, a região posterior do cérebro, correspondente, segundo o sistema Gall, aos instintos mais universais, mas também mais grosseiros, da vida animal, é muito mais desenvolvida que a região frontal, que contém os órgãos propriamente intelectuais. Daí resulta, primeiro, que a "vil multidão" não é chamada a gozar da liberdade, devendo esta liberdade, necessariamente, acabar sempre numa deplorável anarquia espiritual, e, segundo, que ela sempre sente, o que é uma grande felicidade para a sociedade, a necessidade instintiva de ser comandada. Outra grande felicidade é que sempre há alguns homens que receberam da natureza a missão de comandá-la e submetê-la a uma disciplina salutar, tanto espiritual quanto profana. Antigamente, antes da necessária porém deplorável revolução que atormenta a sociedade humana há três séculos, este ofício de alto comando pertenceu ao sacerdócio clerical, à Igreja dos padres, pela qual Auguste Comte professa uma admiração cuja franqueza, pelo menos, parece-me muito honorável. Amanhã, depois desta mesma revolução, pertencerá

ao sacerdócio científico, à academia dos sábios, que estabelecerão uma nova disciplina, um poder muito forte, para o maior bem da humanidade. (BAKUNIN, p420, 2014)

Como Bakunin explicita, para Comte e os positivistas os cientistas deveriam governar a sociedade, já que a “vil multidão” seria incapaz de se governar, posto que a grande massa sem conhecimento letrado não teria capacidade de se auto-governar. Fica claro que a ciência é um instrumento extremamente importante segundo Bakunin para desenvolver a sociedade, só que esta não guarda uma relação direta com capacidade política-administrativa. Bakunin acredita sobretudo na capacidade organizativa do proletariado na capacidade de conhecimento sobre sua própria sociedade que extrapola a arquitetura do pensamento científico, mas se articula a outra forma de pensar.

Quando Bakunin acusa Comte de proferir admiração pela igreja e de que os positivistas tendem a se tornarem sacerdotes científicos, explicita que a ciência estava a cumprir um caminho de continuidade com a igreja e o dogma religioso, no que concerne ao autoritarismo de se proclamarem como detentores da verdade e assim os únicos aptos a administrarem a sociedade.

A crítica à estrutura da ciência como guia da política e a presunção/arrogância acadêmica que suporia que apenas os intelectuais podem governar a sociedade que Bakunin faz aos positivistas é estendida/ampliada aos marxistas.

Os termos “socialista científico”, “socialismo científico”, que estão sempre presentes nos escritos dos lassallianos e dos marxistas, provam por si só que o pseudo-Estado popular nada mais será do que o governo despótico das massas proletárias por uma nova e muito restrita aristocracia de verdadeiros e pretensos doutos. Não tendo o povo a ciência, ele será de todo libertado de preocupações governamentais e integrado por inteiro no rebanho dos governados. Bela libertação! (BAKUNIN, 2003, p2013)

Bakunin compreende que a defesa dos marxistas pela capacidade, ainda que transitória, de um Estado político centralizador antes do auto-governo dos trabalhadores, reside sobretudo na aceção que as massas são incapazes de se auto-governar e que justamente devem ser os doutos a dirigirem a sociedade nesse período de transição, posto que a ciência na percepção que Bakunin faz dos marxistas é condicionante da

regulamentação política.

Não está em questão nesse debate a validade ou não da ciência enquanto método de compreensão da realidade, mas o centro dessa polêmica reside na capacidade política da classe trabalhadora e suas experiências político-econômicas de auto-suficiência *versus* a cientifização da política ou a necessidade da ciência gerir a política, como afirma Nascimento, acerca de Bakunin:

Bakunin reconheceu a importância de Auguste Comte ao propôr uma ciência da sociedade, a sociologia, entretanto, condenou o cientificismo positivista, pois este transforma a ciência num instrumento autoritário. O bakuninismo não considera a ciência como portadora de “dogmas absolutos” e elabora uma crítica não só epistemológica ao positivismo, mas também uma crítica política do positivismo que transforma a ciência em teologia, ou seja, os positivistas entendem que a ciência tem um fim em si mesmo como se fosse uma divindade.(NASCIMENTO, 2014, p.8)

O conhecimento e a metodologia científica, para Bakunin, servem como ferramenta para conhecer melhor a realidade concreta, de difícil assimilação. Contudo, como afirma Nascimento o saber científico não possui, para Bakunin, estatuto ou certificado de poder/ou divindade, posto que o saber, que é uma relação de poder, sempre é determinado pela ideologia concreta dos sujeitos que manipulam o conhecimento. Nisso reside a crítica de Bakunin a ciência como a nova religião da modernidade e ao positivismo e ao marxismo como animadores da relação ciência e capacidade política.

A crítica de Bakunin consiste em afirmar que a justiça e a ciência são determinadas pela ideologia burguesa, pois estas, baseadas no positivismo, defendem apenas o direito abstrato e não o direito real, baseado nas condições materiais de existência.

Mesmo Bakunin defendendo a difusão da ciência e aplicando um método científico de análise da realidade, seu pensamento guardava uma avaliação contraditória sobre o papel da ciência na modernidade capitalista. Não nutria ilusões sobre o papel da ciência na sociedade de classes, papel esse de manter/estabelecer e aprofundar o *status quo*, de naturalizar a divisão social do trabalho no capitalismo.

O domínio sobre o conhecimento científico é para Bakunin importante para se compreender a realidade material. Entretanto, esse domínio sobre a ciência não conferia

ao homem instruído uma capacidade ou poder para dirigir/governar a sociedade. Bakunin assim não certificava à ciência o poder de governar o povo.

A teoria de Bakunin teve influência direta de Proudhon no que concerne à análise da sociedade capitalista como uma continuidade da sociedade feudal, de modo que a primeira teria a religião como centro da política da sociedade e a segunda teria a ciência. Além disso a primeira serviria ao clero e à nobreza, ao passo que a segunda serviria à burguesia. Essa influencia lhe conferiu uma crítica feroz à suposta imparcialidade do método científico e a caracterização do Estado, supostamente baseado na razão, como isento de ideologia.

Poderá parecer estranho a muitas pessoas que, em um escrito político e socialista, tratemos das questões de metafísica e de teologia. Mas é que, segundo nossa mais íntima convicção, estas questões não se deixam mais separar daquelas do socialismo e da política. O mundo reacionário, levado por uma lógica invencível, torna-se cada vez mais religioso. Ele sustenta o papa em Roma, persegue as ciências naturais na Rússia, põe em todos os países suas iniquidades militares e civis, políticas e sociais sob a proteção do bom Deus, que ele protege poderosamente, nas igrejas e nas escolas, com a ajuda de uma ciência hipocritamente religiosa, servil, indulgente, pesadamente doutrinária e por todos os meios do qual o Estado dispõe. O reino de Deus no céu, traduzindo-se pelo reino declarado ou mascarado do cnute e pela exploração em regra do trabalho das massas escravizadas sobre a terra, tal é, hoje, o ideal religioso, social, político e absolutamente lógico do partido da reação na Europa (BAKUNIN, 1988, p56).

Bakunin ao afirmar que não se pode falar de socialismo sem falar de teologia, ele explicita as relações entre modo de produção, política social e ideologia dominante como um todo articulado, a ciência como instrumento doutrinário da burguesia e que desacredita do auto-governo dos trabalhadores e credita de modo doutrinário a única capaz de legislar as normas da sociedade tornou-se o seu contrário, a ciência manteve assim, para Bakunin, as bases despóticas que sustentaram a igreja católica durante séculos.

A ciência assume assim a ideologia do Estado moderno, que se credita neutro porque supõe que as bases científicas seriam objetivas e imparciais e assim estariam isentas de caráter de classe, defendendo dessa forma estruturas de ordem universal baseadas na razão e na neutralidade científica, que possam atender aos anseios de todo o povo acima das questões materiais. O argumento de Bakunin é de que as leis, formulações jurídicas, não encontram relação com o real e que seus formuladores, os

jurisconsultos e autoridades do Estado, são determinados ideologicamente pela sua origem de classe.

Para Bakunin, a base teórica/conceitual das teorias do Estado absolutista (lei do direito divino dos reis) e moderno (contratualismo, jurisnaturalismo) partia de uma mesma lógica teológica, pois do mesmo modo que a teologia concebe o homem apartado das suas condições materiais, a jurisprudência e as demais ciências estatais/oficiais julgam o homem desconsiderando todas as condições materiais que guiam suas ações até seu julgamento. A negação do materialismo nas ciências jurídicas é, desse modo, um fundamento de manutenção da estrutura burguesa.

Essa digressão da influência Feuerbachiana é importante para se compreender que quando Bakunin fala de Antiteologismo não se trata de um anticlericalismo torpe como é casualmente retratado, mas de uma posição filosófica materialista e complexa que congrega uma visão que supõe, como fora dito, que as bases político-filosóficas da teologia, da metafísica e da ciência moderna são semelhantes na ruptura analítica do homem com suas condições sociais concretas.

O pensador russo considera os pressupostos materialistas formulados por Feuerbach¹² a partir de sua ideologia socialista e analisa também as bases da sociedade burguesa em seus aparelhos jurídicos e políticos e percebe que estas reproduziam os fundamentos do teologismo/idealismo, ao negarem o homem e a natureza em suas determinações.

Os aparelhos jurídicos e políticos, ao julgarem os homens desconsiderando as mesmas condições de existência, julgando os atos separados das condições materiais que os levaram a cometer tal ação fariam com que a jurisprudência fosse a própria reedição do teologismo, no que concerne à dominação do homem e a negação das bases materiais:

A dignidade humana e a liberdade individual, tais como concebem os teólogos, os metafísicos e os juristas, dignidade e liberdade fundadas na negação em aparência tão altiva da natureza e de toda dependência natural, nos levam lógica e diretamente ao estabelecimento de um despotismo divino, pai de todos os despotismos humanos; a ficção teológica, metafísica e jurídica da humana dignidade e da humana liberdade possui por consequência fatal a escravidão e o rebaixamento reais dos homens na Terra. Enquanto que os materialistas, ao tomar como ponto de partida da dependência fatal dos homens frente à natureza e suas leis e, conseqüentemente, sua irresponsabilidade natural, culminam,

12 Filósofo materialista alemão e um dos grandes hegelianos da escola “hegeliana de esquerda”

necessariamente, na derrubada de toda autoridade divina, de toda tutela humana e, conseqüentemente, no estabelecimento de uma real e completa liberdade para cada um e para todos. Esta é também a razão pela qual todos os reacionários, dos soberanos mais despóticos até os republicanos burgueses em aparência mais revolucionários, se mostram hoje partidários tão ardentes do idealismo teológico, metafísico e jurídico, e pela qual os socialistas revolucionários conscientes e sinceros levantaram a bandeira do materialismo (BAKUNIN, 2014, p. 24).

A ficção e o despotismo teológico ao negaram a natureza enquanto determinante do ser e as condições materiais enquanto determinantes da sociedade estabelecem fundamentos que a ciência burguesa apesar de toda estética revolucionária não foi capaz de destruir, o que houve para Bakunin foi uma mudança do controle despótico das mãos da igreja para as mãos da ciência, as duas com o objetivo de manter por meio ideológico a submissão das classes laboriosas.

A base da crítica aos teólogos, aos metafísicos e aos juristas (ciência que regula a política da sociedade burguesa) é a mesma, a negação do homem integral, negação de um conceito de homem determinado por sua natureza material reconhecem e falam de um homem apartado de suas condições, julgam os fatos desconsiderando as condições e os meios os quais esses se efetivaram.

Decorre disto, para Bakunin, uma profunda relação entre a teologia cristã e a estrutura científica-política da sociedade burguesa, a primeira tal e qual Feuerbach asseverava em sua obra máxima *A Essência do Cristianismo* (2007), que o cristianismo negou o homem e conferiu suas melhores qualidades ao um ser ilusório (Deus).

Por essa razão Feuerbach argumenta que Deus é o homem em suas máximas qualidades e que o homem ao construir Deus negou a si mesmo, a segunda assertiva é uma derivação social da primeira, posto que o aparato jurídico expõe um homem, segundo Bakunin, indeterminado, de um homem apartado da natureza, dissociado do seu meio ou seja sem relação com suas condições materiais de existência, tal homem, assim como na teologia, não existe, posto que todo homem é fruto do seu meio.

O aparelho jurídico-político é a base ideológica da sociedade burguesa, reproduzem para Bakunin os fundamentos teológicos, pois estes julgam os homens em separado das determinações materiais, negando as condições de existência em seus julgamentos e mantendo os fundamentos do idealismo.

Constatamos pois que Bakunin desenvolveu a crítica feuerbachiana antiteológica, estendendo-a às bases da sociedade capitalista, pois a ciência burguesa,

que na modernidade ocupou o posto antes comandado pela igreja, reproduziu as bases teológicas da antiga sociedade feudal ao negar o homem e a natureza em suas determinações concretas, em manter uma concepção teológica-idealista de homem.

A ciência, através da jurisprudência, será a nova religião da burguesia. As universidades serão as novas igrejas da modernidade e as leis, baseadas nos preceitos da objetividade científica, serão os novos pergaminhos sagrados bíblicos. Dessa forma, se no medievo a religião era a base ideológica da sociedade, a ciência será a base ideológica da nova sociedade.

3.2 Crítica À Educação Escolar Na Sociedade De Classes

A ciência e o conhecimento racional serve de base para a tomada de poder da burguesia sobre a aristocracia. Entretanto o conhecimento científico longe de significar emancipação serve a burguesia como corolário da exploração sob o proletariado, veremos agora como Bakunin concebe a educação sistematizada, escola-universidade, como mecanismo reprodutor/mantedor do status quo.

Por falta mesmo de qualquer outro bem, esta educação burguesa, com a ajuda da solidariedade que religa todos os membros do mundo burguês , assegura a quem quer que a receba um privilégio enorme na remuneração de seu trabalho dos burgueses mais medíocres recebendo quase sempre três, quatro vezes mais do que o operário mais inteligente. (BAKUNIN, 1988, p.16).

A educação institucional na sociedade de classes serve para manutenção da burguesia enquanto classe detentora dos meios de produção e do poder político monolítico, o Estado. Sua estrutura tem por função social garantir, como Bakunin bem expõe acima, a unidade da burguesia enquanto classe social e a manutenção de seus privilégios.

A educação na sociedade de classes, para Mikhail Bakunin, constituiu-se como forte elemento de dominação e manutenção da burguesia sobre o conjunto do proletariado. Ao passo que divide a sociedade entre aqueles que se apropriam do

conhecimento e executam funções de direção na sociedade, e aqueles que, ou têm a educação negada ou apenas aprendem o suficiente para venderem sua força de trabalho.

A ciência na sociedade burguesa substituiu na Modernidade a teologia que atuava como teoria base do Estado feudal e da verdade universal. A ciência, com a revolução burguesa, passa a ocupar esse papel de verdade universal, e a educação escolar cumpre a função de consolidar a ciência burguesa como detentora da verdade universal.

É também em vão que alguém se esforçaria em se persuadir que este abismo poderia ser preenchido pela simples difusão das luzes nas massas populares. É muito interessante fundar escolas para o povo; mas é preciso se perguntar se o homem do povo, vivendo o dia-a-dia e alimentando sua família com o trabalho de seus braços, ele próprio privado de instrução e de lazer, e forçado a se deixar abater e embrutecer pelo trabalho, para assegurar aos seus o pão do dia seguinte, é preciso se perguntar se existe pelo menos o pensamento, o desejo e mesmo a possibilidade de enviar suas crianças à escola e de sustentá-las durante todo o tempo de sua instrução. Ele não necessitará da ajuda dos fracos braços de seus filhos, de seu trabalho infantil para satisfazer todas as necessidades de sua família? Já será muito se ele fizer o sacrifício de fazê-los estudar, um ou dois anos, deixando-lhes apenas o tempo necessário para aprender a ler, a escrever, a contar e a deixar envenenar a inteligência e o coração pelo catecismo cristão, que é distribuído voluntariamente e com uma tão ampla profusão nas escolas populares oficiais de todos os países. Esta pouca instrução estaria em condição de elevar as massas operárias ao nível da inteligência burguesa? O abismo seria preenchido? (BAKUNIN, p.35, 1988)

Mesmo Bakunin reconhecendo a importância do conhecimento livresco/propedêutico/científico este não é a condição da emancipação da classe trabalhadora. Essa crítica desenvolvida aos educacionistas é fundamental posto que o conhecimento desenvolvido na escola não é por si a estrutura que possibilita a libertação da classe trabalhadora.

Os educacionistas como Bakunin deixa entrever são acima de tudo idealistas já que não partem das condições materiais de existência do proletariado já que a classe trabalhadora sequer encontra tempo e condições para usufruir do conhecimento livresco, assim sendo a própria condição de formação intelectual/científica dos trabalhadores é justamente a luta por diminuição de sua jornada de trabalho e mais consequente da dominação dos meios de produção.

O pensador russo, defensor da emancipação do trabalho e da construção do socialismo, entende a relação com a educação de maneira contraditória. Sabendo diferenciar o papel de uma educação em uma sociedade de classes do papel da educação

para além do mundo da exploração, procura salientar que a educação escolar na sociedade de classes garante o poder da burguesia e não é uma saída para a emancipação do povo. O conhecimento e a ciência concentrados nas mãos de poucos, no caso a burguesia, serve como instrumento de manutenção da divisão de classes e escravização do proletariado. Sendo assim, para Bakunin, não se poderia defender o desenvolvimento da ciência sem saber a que fim esta se destina.

Aquele que sabe mais dominará naturalmente aquele que sabe menos; e se existir entre duas classes apenas esta diferença de educação e de instrução, esta diferença produzirá em pouco tempo todas as outras, o mundo humano voltará ao seu estado atual, isto é, será dividido de novo numa massa de escravos e num pequeno número de dominadores, os primeiros trabalhando, como hoje, para os segundos. (BAKUNIN Apud SADDI, 2009 , p. 13).

O monopólio do conhecimento, das ciências e da educação é, para o pensador russo, instrumento de coerção da burguesia sobre o proletariado. Ao passo que a burguesia se instrui, ao proletariado é restrito o acesso ao conhecimento, assim, maior ainda será a dominação de classe e o fosso entre os que pensam e os que trabalham.

Em debate com seus conterrâneos populistas¹³, Bakunin irá negar o papel da educação enquanto mecanismo de emancipação social. Para ele, ao contrário do que os populistas pregavam, a educação dentro do capitalismo funciona como mecanismo de perpetuação das classes instruídas sobre as massas trabalhadoras.

A educação não estaria, portanto, distanciada de outras questões sociais, à parte dos problemas sociológicos que as rodeiam. Não bastava apenas, como acreditavam os populistas russos, que fosse dada ao povo uma educação escolar para que este se libertasse, pois o problema educacional estava inserido em uma totalidade social e era preciso resolver as demandas econômicas. Assim: “É evidente que a questão tão importante da instrução e da educação populares depende da solução desta outra questão

13 Os Populistas russos foram uma corrente socialista que defendia a revolução socialista a partir do modo de produção camponesa. Várias correntes distintas reivindicaram o populismo, a crítica de Bakunin destina-se a Lavrov que formulou a campanha “Ir ao Povo” para instruir as massas camponesas em sua maioria analfabetas na Rússia czarista. Para mais ver: Fernandes, Rubens Cesar. *Os Dilemas do Socialismo*, 1982

bem mais difícil, que é uma reforma radical nas condições econômicas atuais das classes operárias” (BAKUNIN, 1988, p.17).

Dentre os populistas russos de sua época, uma parte defendia a educação escolar no campo como meio de libertação e de emancipação do povo pobre e analfabeto rumo ao socialismo no interior da Rússia, Bakunin foi bem claro e taxativo em crítica a esse segmento:

É verdade, se a instrução do povo fosse a condição prévia de sua emancipação, todos os povos, sem exceção, estariam então condenados a uma servidão sem saída e sem fim: permaneceriam na ignorância, em razão de sua servidão, e nessa servidão, em razão dessa ignorância (BAKUNIN, 2009, p.71).

Para Bakunin, o conhecimento formal não era condição prévia para a emancipação popular, pois se o fosse o povo nunca estaria em condições subjetivas de se elevar contra o capital, mesmo sendo superexplorado, pois não teria sequer tempo para ter acesso à ciência/educação.

Bakunin não nega a importância do conhecimento sistematizado, mas o ambiente escolar e o conhecimento formal que por si só não poderão criar as condições para emancipação do proletariado, posto que a própria escola encontra limites na divisão social do trabalho e representa uma estrutura ideológica burguesa.

Assim, sua crítica à política burguesa também é uma crítica à vinculação entre o saber (conhecimento) e o poder político de classe. A crítica à política de Bakunin é uma crítica eminentemente pedagógica, por ser também uma crítica à relação saber-poder que fundamenta a sociedade capitalista e a base do discurso moderno em apelo a relação democracia-razão.

As universidades modernas da Europa, formando uma espécie de república científica, prestam atualmente a classe burguesa os mesmos serviços que a igreja católica havia prestado, outrora, à aristocracia nobiliária, assim como o catolicismo havia sancionado em seu tempo todas as violências da nobreza contra o povo, assim também a universidade, essa igreja da ciência burguesa, hoje explica e legitima a exploração desse mesmo povo pelo capital burguês. (BAKUNIN, p.15, 2008)

A universidade moderna é igreja da ciência burguesa, legitima os dogmas da

sociedade moderna, como a manutenção da propriedade privada e da manutenção do Estado despótico por meio da retórica filosófica e cientificista.

A modernidade nasce assim como processo de defesa da razão e da ciência, que assume a posição outrora ocupada exclusivamente pela igreja e pelo dogma religioso. O controle da política não ocorreria mais através de uma lei divina, mas através de cientistas jurídicos e por cidadãos eleitos pela consciência da sociedade através de suas melhores propostas. Mas a retórica moderna encontrou suas contradições na sociedade de classes.

A ascensão da educação representava o empoderamento enquanto cidadão, do portador de direitos políticos, e é desse processo histórico específico que surge a escola enquanto instituição pública e laica. É a escola, enquanto espaço de transmissão da razão, que, por sua vez, é a nova condição de participação na política, que metamorfoseia o homem comum em cidadão.

Ao criticar o positivismo Bakunin tinha em mente a política por trás da suposta neutralidade que a ciência burguesa se fantasiava, não se tratava então de uma defesa de um irracionalismo, posto não apenas a defesa, mas aplicação na análise da realidade de Bakunin sobre a ciência experimentalista de Comte.

Não há no pensamento de Bakunin uma negação da importância da ciência enquanto método de compreensão do real, o que há, como vimos, é uma crítica rigorosa a sua instrumentalização enquanto elemento da política burguesa, pois nada escapa a ideologia de classe para Bakunin, a ciência tampouco.

3.3 Crítica Às Concepções Inatistas E Idealistas De Cognição E Consciência

3.3.1 Concepção materialista x concepção metafísica de cognição

Bakunin travou o embate com diversas correntes do pensamento de seu tempo e teve como método a exposição de sua teoria na crítica e superação de outras correntes, nesse subponto apresentaremos como Bakunin concebia o desenvolvimento cognitivo como processo de construção coletiva multideterminado em crítica aos inatistas.

Neste tópico analisaremos a importância da sociedade na construção do conhecimento, de que todo o conhecimento é fruto do trabalho de gerações e gerações de coletividades e que nenhum conhecimento é fruto de um homem isolado, esse

elemento é fundamental posto que veremos que no debate da construção da resistência epistemológica que a Pedagogia Sociopolítica se propõe a fazer compreenderemos o papel do conhecimento acumulado ou seja, do caráter coletivo do conhecimento.

Para Bakunin, o pressuposto idealista condicionava a formulações desses autores sobre outros temas, tais como relação indivíduo-Estado e saber/poder. A relação destes com a ciência conduzia a elaboração de teorias igualmente equivocadas acerca do desenvolvimento cognitivo e, sobre esse tema, destaca-se a teoria empirista do conhecimento inatista que influenciou diversos outros autores posteriormente.

O debate de Bakunin com a tradição filosófica é, como explicitamos na introdução, pressuposto na maior parte de sua obra e também em nosso trabalho, mas percebe-se uma crítica sistemática de Bakunin à tradição inatista, como veremos:

Falei até aqui apenas da faculdade formal de conceber pensamentos. Quanto aos pensamentos propriamente, que constituem o fundo de nosso mundo intelectual e que os metafísicos consideram como criações espontâneas e puras de nosso espírito, não foram, em sua origem, nada mais que simples constatações, naturalmente muito imperfeitas primeiro, de fatos naturais e sociais, e conclusões, ainda menos ajuizadas, tiradas destes fatos. Este foi o começo de todas as representações, imaginações, alucinações e ideias humanas, de onde se observa que o conteúdo de nosso pensamento, nossos pensamentos propriamente ditos, nossas ideias, longe de terem sido criados por uma ação espontânea do espírito, ou de serem inatos, como propõem até hoje os metafísicos, foram dados a nós desde o princípio pelo mundo das coisas e dos fatos reais, tanto exteriores quanto interiores. (BAKUNIN, 1988, p

Se, grosso modo, o inatismo compreendia que os seres humanos ao nascer já possuíam capacidades inatas, ou seja, aptidões predeterminadas pelo ambiente e/ou linhagem consanguínea da qual provinham, Bakunin irá justamente afirmar que a subjetividade humana tem por origem não uma faculdade predeterminada, mas é uma consequência da relação entre as capacidades biológicas de determinado homem com o meio social na qual ele se criou.

Devemos, portanto, reconhecer a teoria do desenvolvimento cognitivo em Bakunin como parte de uma teoria sistemática da realidade, ainda que não seja um sistema fechado, mas que se relaciona com sua teoria materialista e dialética do desenvolvimento multifocal da sociedade¹⁴. Posto que não existe, na teoria do pensador russo, um centro-criador, seja do desenvolvimento da sociedade (em uma crítica à

14 Para compreender a teoria materialista multifocal de Bakunin ver (ABRUNHOSA, 2013) e (FERREIRA, 2007).

teologia) seja no desenvolvimento cognitivo da criança (em uma crítica à teoria inatistas), estabelece-se que desenvolvimento da humanidade (sociedade) e da capacidade cognitiva de um indivíduo é sempre o resultado da ação simultânea de diferentes elementos da realidade material-concreta.

O conhecimento é assim nunca produzido pelo indivíduo isolado, posto que esse indivíduo sempre será também fruto da coletividade. O conhecimento dessa forma será consequência do desenvolvimento da ação, do conhecimento/herança das gerações passadas, o conhecimento sempre será portanto coletivo, consequência da tradição, dos costumes, da oralidade etc.

Para a compreensão das faculdades cognitivas na teoria de Bakunin devemos, de início, verificar como Bakunin vê a ciência psicológica e seu objeto de estudo primeiro, a subjetividade:

O maior e o mais decisivo triunfo por ela obtido em nossos dias foi, como já observamos, ter incorporado a psicologia à biologia; ter estabelecido que todos os atos intelectuais e morais que distinguem o homem de todas as outras espécies de animais, tais como o pensamento, o ato da inteligência humana e as manifestações da vontade refletida¹⁵, têm sua única fonte na organização, sem dúvida mais realizada, mas, entretanto, totalmente material do homem, sem sombra de uma intervenção espiritual ou extramaterial qualquer; que eles são, numa palavra, produtos saídos da combinação de diversas funções fisiológicas do cérebro (BAKUNIN, 2014, p.70)

Bakunin aponta o triunfo do desenvolvimento da ciência, em especial da psicologia, ao apontar que o desenvolvimento cognitivo não está subordinado a nenhum dom ou providência divina, mas sim que é determinado pelas condições materiais, de tal forma que o pensamento vinculado ao trabalho determina a condição humana, e de que corpo e pensamento são indivisíveis.

A noção de subjetividade em Bakunin, como verificamos, despreza a metafísica e relaciona os fatores psicológicos com os biológicos, ou seja, as determinações subjetivas são determinadas pelas condições sociais e fisiológicas. A subjetividade, portanto, em última instância, é determinada pela materialidade. Essa materialidade, por sua vez, não é uma materialidade vulgar da individualidade, pois como já vimos, a sociedade é ontológica e não existe homem dissociado do seu meio. O homem, e sua subjetividade são sempre determinados socialmente, o pensamento individual é também sempre determinado pela coletividade.

15 Sobre o conceito de vontade em Bakunin ver (ABRUNHOSA, 2013).

Assim como o mundo humano, sendo também a continuação imediata do mundo orgânico, distingue-se dele essencialmente por um novo elemento: o pensamento, produzido pela atividade totalmente fisiológica do cérebro e produzindo ao mesmo tempo, no meio deste mundo material e nas condições orgânicas e inorgânicas, do qual ela é, por assim dizer, o último resumo, tudo o que chamamos de desenvolvimento intelectual e moral, político e social do homem — a história da humanidade. (1988, Apud)

O pensamento, tal como o concebemos na modernidade, é parte do desenvolvimento da humanidade, condicionado pelas condições materiais dessa existência - condições orgânicas/biológicas/fisiológicas e as condições morais, sociais e políticas de uma determinada sociedade.

Fica patente como em sua teoria não existe ruptura entre uma compreensão do pensamento (e de seu desenvolvimento) e as condições biológicas da humanidade e as condições sociais desse desenvolvimento.¹⁶ O desenvolvimento cognitivo é, numa perspectiva bakunista, determinado sinteticamente pelas relações biológicas e sociológicas de cada indivíduo particular, sendo o particular sempre determinado pelo coletivo.

Bakunin, ao falar do desenvolvimento cognitivo da criança, realiza dois movimentos fundamentais: 1) refuta de início as tendências inatistas que concebiam pré-inclinações sociais e religiosas a partir da origem do nascimento e de laços consanguíneos e 2) estabelece uma relação interdependente entre os fatores sociais – ou seja, o contato com meio como tradições e ritos de uma determinada comunidade em um determinado período histórico – e os fatores naturais do próprio desenvolvimento do corpo e do cérebro humano como elemento norteador da capacidade de apreensão cognitiva da criança.

Toda geração nova encontra em seu berço um mundo de ideias, de imaginações e de sentimentos que lhe é transmitido sob a forma de herança comum pelo trabalho intelectual e moral de todas as gerações passadas. Esse mundo não se apresenta desde o começo ao homem recém nascido, em sua forma ideal, como sistema de representações e de ideias, como religião, como doutrina; a criança seria incapaz de recebe-lo desta forma; ele se impõe a ela como um mundo de fatos, encarnado e realizado nas pessoas e nas coisas que a rodeiam, falando a seus sentidos através de tudo o que ouve e o que vê desde os primeiros dias de

16 Essa posição que agrega o biológico e o histórico no processo cognitivo contribui com o debate contemporâneo entre a dicotomia clássica das teorias cognitivas de Piaget e Vygostky e as divergências entre a predominância do fator biológico ou social, respectivamente, no desenvolvimento cognitivo da criança e do adolescente.

seu nascimento. Porque as ideias e as representações humanas, que no princípio não foram nada mais que os produtos de fato naturais e sociais – no sentido em que não foram nada mais que a repercussão ou a reflexão no cérebro do homem, e a reprodução, por assim dizer, ideal e mais ou menos racional por esse órgão absolutamente material do pensamento humano (BAKUNIN, p430, 2014).

O conhecimento é cumulativo, consequência do trabalho coletivo de diversas gerações que se manifestam no mundo concreto através do mundo social, a criança sempre apreende o mundo desenvolvido por seus antecessores, de tal forma, que a criança só desenvolve seu pensamento subordinada ao mundo no qual ela nasceu.

A criança desenvolve-se inicialmente apenas como reflexo do mundo exterior e é a partir do contato com seu meio social que ela se desenvolve enquanto individualidade. Assim, toda individualidade e subjetividade só existem em determinadas condições histórico-sociais e não a priori. Todo indivíduo, ainda que não se perceba enquanto tal, é consequência direta do meio no qual se desenvolve, de tal forma que a subjetividade íntima de um indivíduo é pré-determinada pela eticidade de uma determinada realidade social.

O adolescente encontra, na sociedade em meio a qual se desenvolve, e, como consequência da influencia exercida por essa mesma sociedade sobre sua infância, encontra em si mesmo uma quantidade de ideias muito mais determinadas sobre a natureza e sobre a sociedade, ideias que tocam mais de perto a vida real do homem, a sua existência cotidiana. Tais são as ideias sobre justiça, sobre os deveres, sobre os direitos de cada um, sobre a família, sobre a propriedade, sobre o Estado, e muitas outras mais particulares ainda, que regulam as relações dos homens entre eles. Todas essas ideias que o homem encontra encarnadas nos homens e nas coisas, ao nascer, e mais tarde em seu próprio espírito, pela educação que, independentemente de toda ação espontânea de seu espírito, ele sofreu em sua infância, e que, depois de ter atingido a consciência de si, se apresentam a ele como ideias geralmente aceitas e consagradas pela consciência coletiva da sociedade em que vive, todas essas ideias foram produzidas, como eu disse, pela trabalho intelectual e moral coletivo das gerações passadas. Como foram produzidas? *Pela constatação e por uma espécie de consagração dos fatos realizados*, porque nos desenvolvimentos práticos da humanidade, assim como na ciência propriamente dita, *os fatos realizados precedem sempre as ideias*, o que prova uma vez mais que o próprio conteúdo do pensamento humano, seu fundo real, não é uma criação espontânea do espírito (BAKUNIN, p431, 2014).

Na teoria do cognitivista de Bakunin o conhecimento sempre é um processo coletivo, é um processo cumulativo, passado de geração em geração, um processo em cada indivíduo é determinado pelos costumes sociais. As ideias então nunca surgem do

acaso ou da extraordinariedade de um indivíduo, mas de um processo de aprendizagem social.

O conhecimento individual e os valores morais que cada indivíduo de uma sociedade possui são sempre determinados pelo desenvolvimento das tradições e costumes de cada grupo social em particular que, sem necessariamente instituir um código escrito, através de sua própria tradição organizativa determina esses valores morais, pois como Bakunin sintetizou, os fatos (sociais) sempre precedem as ideias.

O conhecimento, por sua vez, não é apenas oriundo das determinações sociais (posto que essas determinações sociais obedecem a leis que lhe são externas e intrínsecas, como as leis naturais¹⁷), bem como se relacionam à capacidade do desenvolvimento físico e adaptação ao meio. Mas, ainda assim, toda forma de invenção/criação/inação que, aparentemente, foi elaborada pela singularidade de um determinado ser nada mais é do que fruto do desenvolvimento de ideias coletivas, das distintas tradições de transmissão de conhecimento. Ou seja, todo pensamento individual é fruto da experiência histórica da coletividade.

3.3.2 Unidade Consciência – Existência - Experiência

Se como vimos o desenvolvimento da cognição na formação de crianças e adolescentes na teoria de Bakunin é determinada pela sociedade em que ele nasceu e cresceu de tal forma que a subjetividade nunca é puramente particular, mas sempre determinada socialmente de modo semelhante a consciência de classe é também determinada pelo desenvolvimento da organização coletiva, como veremos.

Compreendermos como Bakunin, muito influenciado por Proudhon entendia o desenvolvimento da consciência dos oprimidos é fundamental para a construção de uma teoria sociopedagógica que nos propomos, posto que para Bakunin a consciência se relaciona diretamente tanto as condições de existência quanto a experiência prática-política da classe, ou seja, a consciência se desenvolve no próprio processo de resistência/revolta dos oprimidos e assim nos possibilita compreender que não é a

17 Essa ultradeterminação da natureza sobre a realidade social é um pressuposto do presente trabalho, já analisado por nós na monografia (ABRUNHOSA, 2013).

consciência isolada que expõe no seio da classe trabalhadora, mas é justamente o contrário a consciência de classe é subordinada a pedagogia da luta de classes, como veremos.

Para Mikhail Bakunin, a escola na sociedade capitalista apenas reproduz a estrutura de classes, reforçando a separação entre os segmentos que executarão operações laborais e aqueles que executarão funções de controle e direção da sociedade. Por essa compreensão do papel da escola, Bakunin rejeitou as teses educacionistas, que legavam à escola o papel de desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores. Apesar de refutar a atribuição do papel de portador da consciência à escola e ao conhecimento livresco, o filósofo russo desenvolve uma teoria do sujeito-consciência a partir dos elementos de 1) existência e 2) experiência.

Inicialmente analisaremos a existência, ou seja, as condições materiais de existência, condições de classe – mundo do trabalho, opressão – que pré-determinariam a consciência do indivíduo.

Tomai um burguês satisfeito com sua sorte; tendes a esperança de fazê-lo, um dia, admitir que o proletário tem o direito de desenvolver de forma plena sua humanidade e participar, em pé de igualdade, de todos os gozos, de todas as satisfações, de todas as vantagens da vida social, ou de demonstrar-lhes a legitimidade e a salutar necessidade da revolução social? É evidente que não, se não perdeste a razão, sequer o tentareis; e por que não o tentareis? Porque estareis certo de que (mesmo admitindo que este burguês seja bom por natureza, inteligente que tenha nobreza de caráter, grandeza de alma, dedicado a justiça – observai que as concessões que eu faço; burgueses deste gênero não existem muitos – que ele seja muito culto e até mesmo sábio) ele não vos compreenderá e nunca será um revolucionário socialista. E por que não o será? Pela simples razão de que a vida não criou nele as aspirações naturais que correspondem a vossa ideia revolucionária socialista. Ao contrário, tomai um indivíduo, o menos instruído ou o mais simplório, por pouco que descobris, nele, sentimentos instintivos, e, inclusive, obscuros, aspirações desinteressadas das ideias revolucionárias, por mais primitiva que sejam suas verdadeiras noções não vos espantarei, ao contrário, ocupar-vos-eis dele com seriedade, com amor e vereis que com que amplitude e paixão ele compreenderá, assimilará vossa ideia (BAKUNIN, 2003, p.244)

O desenvolvimento da consciência de classe do indivíduo, no processo de si mesmo para si, está primeiro pré-determinado pelas condições materiais de existência, ou seja, ele só pode se reconhecer enquanto parte da classe trabalhadora se ele for, antes de tudo, parte constitutiva dessa mesma classe. Assim, para Bakunin, dois elementos determinam a consciência de classe: 1) as condições materiais de existência, ou ainda, as relações de sobrevivência, trabalho, renda e sustento, de modo global e 2) o processo de resistência e desenvolvimento das forças coletivas explícitas, tal como greves, atos,

piquetes ou atividades de resistência cotidiana, que propiciem a relação identitária de grupo ou o para-si mesmo.

A teoria da consciência-experiência (consequência da existência) de Bakunin, sistematizada aqui por nós, divide-se em duas, mas o princípio é o mesmo, de que a partir da experiência organizada, ou seja, das forças coletivas do povo/trabalhadores em resistência ou luta organizada em associações de classe, desenvolve-se um processo da consciência em si, do povo/trabalhador que é em si mesmo, para si mesmo, ou seja, quando este povo/classe se reconhece como tal através da organização político-social, como subgrupo social com identidade própria, ele está ao mesmo tempo desenvolvendo sua consciência.

A consciência, dessa forma, na teoria de Bakunin, não é um instrumento e/ou figura modelável que se apresenta ou se insere externamente no seio da classe trabalhadora, ela é na verdade o desenvolvimento da capacidade organizativa da própria classe, a partir de sua capacidade organizativa, que por sua vez também deriva da tradição de luta de determinada categoria e a memória desenvolvida em torno dessas lutas.

Se este ideal não existisse, se não se tivesse se formado na consciência do povo, pelo menos em seus traços essenciais, seria preciso abandonar toda esperança de uma revolução na Rússia, porque este vem das provações pelas quais este passou no decorrer da História, de suas aspirações, de seus sofrimentos, de seus protestos, de sua luta, tudo sendo a expressão, por assim dizer, figurada, inteligível a todos, e sempre muito simples em suas verdadeiras necessidades e esperanças. (BAKUNIN, 2003, p.243)

Bakunin desenvolve mais claramente sua teoria da consciência ao analisar o campesinato da Rússia czarista e semifeudal do século XIX que, em sua maioria, eram iletrados. Para ele, esse campesinato, mesmo sem acesso ao conhecimento formal, poderia possuir o conhecimento objetivo sobre sua própria condição de explorado e oprimido, cujas bases se assentam na tradição organizativa do campesinato de origem eslava. Esse conhecimento é oriundo da condição material de existência, das tradições e hábitos de uma comunidade. No caso eslavo, trabalhado por Bakunin, a solidariedade na coletivização das terras produz um processo de solidariedade humana fruto da experiência e, assim, cria-se uma identidade que tem como base o trabalho coletivo.

A consciência então seria um processo desenvolvido mediante ao processo de auto-organização da classe pois seria o exercício de ação/defesa comuns práticos de

forma coletiva que propiciaria a auto-consciência social, a consciência de classe, que apenas seria para si na ação dos sujeitos concretos.

Essa interpretação é fundamental posto que na modernidade que acabara de criar a nova classe trabalhadora por meio da migração campo-cidade e da revolução industrial era comum aos contemporâneos de Bakunin, como Engels (Anti-During) defenderem que a consciência é determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas(relação homem-indústria).

O espírito do homem, quer dizer, o trabalho ou o próprio funcionamento de seu cérebro, provocados pelas impressões que lhe transmitem seus nervos, não lhes adiciona nada mais que uma ação completamente formal, que consiste em comparar e em combinar essas coisas e esses fatos em sistemas verdadeiros ou falsos: verdadeiros, se são conforme a ordem realmente inerente as coisas e aos fatos; falsos, se lhe são contrários. Através da palavra, as ideias elaboradas se fixam no espírito do homem e se transmitem de uns a outros, de modo que as noções individuais sobre as coisas, as ideias individuais de cada um, ao se encontrarem, ao se controlarem e ao se modificarem mutuamente, e confundindo-se, harmonizando-se em um só sistema, acabam por formar a consciência comum ou o pensamento coletivo de uma sociedade de homens mais ou menos extensa, pensamento sempre modificável e sempre impulsionado para frente pelos trabalhos novos de cada indivíduo; e transmitido pela tradição de uma geração a outra, esse conjunto de imaginações e de pensamentos, enriquecendo-se e estendendo-se mais e mais pelo trabalho coletivo dos séculos, forma em cada época da história, em um meio social mais ou menos extenso, o patrimônio coletivo de todos os indivíduos que compõem esse meio. (BAKUNIN, 2014, p.76)

Essa solidariedade poderia dar início a empreitada por sua libertação, como nos adverte Bakunin: “Há no povo bastante força espontânea; esta é incomparavelmente maior que a força do governo, todavia uma força espontânea não é uma força real” (BAKUNIN, 2009, p.67). Como podemos observar, para Bakunin, o povo não necessita de instrução científica para se emancipar, pois há no povo uma força espontânea, força essa ligada a solidariedade na esfera do mundo trabalho e dos laços sociais construídos por vínculos comunitários. Essa solidariedade/força é um conhecimento adquirido pelos costumes em comum, pelas tradições dos povos e por relações culturais.

Do ponto de vista dos conhecimentos livrescos, o homem do povo mais inteligente aparentará um simplório comparado ao primeiro jovem inexperiente e pretensioso recém-saído da universidade, comparado a qualquer imbecil diplomado. Por esse motivo, aqueles que tomam por critério da capacidade política do povo seu grau de instrução, devem acabar por se convencer que nenhum povo no mundo ainda está em condição de dirigir-se a

si mesmo e que cabe as classes instruídas governa-lo (BAKUNIN, 2009, p. 69).

A instrução e a educação do povo estariam submetidas, dentre outros elementos, como o fim da divisão social do trabalho, a um problema muito mais geral, como a necessidade de uma revolução social e/ou uma reforma econômica organizadas pelas massas populares. Dessa forma, mesmo Bakunin sendo um estudioso dos métodos científicos, este confere ao povo um conhecimento, ou sabedoria, que lhe é próprio e defende que o grau de instrução acadêmica não é um fator determinante para a libertação desse povo.

A vida, a evolução, o progresso do povo, pertencem, de forma exclusiva, ao próprio povo. Este progresso não se realiza, é evidente, por meio de estudos livrescos, mas sim por um aumento natural da experiência e do pensamento; transmitido de geração a geração, o progresso evolui por necessidade, desenvolve sua própria substância. (BAKUNIN, 2003, p.245)

O homem do povo possui, para Bakunin, um conhecimento que lhe é inerente, oriundo de sua condição de vida, de suas condições materiais de existência. Uma espécie de sabedoria popular, fruto de suas relações e experiências comunitárias e/ou das relações de trabalho. E o conhecimento livresco, por sua parte, distanciado de quaisquer necessidades que o povo tenha, não é apenas desnecessário para que esse povo se emancipe, bem como lhe é nocivo quando o intuito lhes é governar. A emancipação do povo sob o jugo do capital não passa, portanto, pelo conhecimento acadêmico formal, pois o próprio povo, pela sua experiência e saber coletivo, desenvolve aptidão para negar o capital. Ainda que para a libertação/emancipação completa do povo seja necessário o domínio da ciência, essa não lhe é necessária para sua emancipação econômica.

Cada povo possui características próprias referentes aos seus traços fisiológicos, étnicos, político-sociais e culturais. Cada grupo, por suas características e costumes em comum e por sua consciência histórica coletiva, é mais do que a soma de individualidades, constitui-se como um povo que, por esta mesma consciência, a vontade popular, possui saberes específicos distintos, nem inferiores nem superiores aos da ciência moderna, mas sim saberes específicos próprios que atrelados a determinadas consciências históricas de resistência podem desencadear a negação do Estado/Capital.

Cada povo é um ser coletivo, possuindo sem dúvida propriedades tanto fisiológico-psicológicas, quanto políticas-sociais, particulares que, distinguindo-o de todos os outros povos, o individualizam de uma certa maneira; mas não é jamais um indivíduo, um ser indivíduo, um ser único e indivisível, no sentido real desta palavra. Por mais desenvolvida que seja sua consciência coletiva e por mais concentrada que possa se achar, no momento de uma grande crise nacional, a paixão, ou o que se chama de vontade popular na direção de um único objetivo, nunca esta concentração alcançaria a de um indivíduo real (BAKUNIN, 1988, p.50).

A *vontade popular* seria a objetivação da consciência coletiva de um determinado grupo, a objetivação da subjetividade de uma comunidade específica a fim de conquistar uma demanda comum. A vontade popular, enquanto consciência histórica objetivada, é a síntese dos saberes populares adquiridos pela tradição ou costumes em comum a fim de alcançar um objetivo específico.

Poderíamos pensar a partir desse conceito de *vontade popular* que representa a partir da ação coletiva os costumes de resistência de um determinado grupo a ideia de que esse processo coletivo gera um conhecimento que pode ser repassado a outras gerações, podemos pensar que a esse processo de *vontade popular* engendra uma *ação pedagógica*.

Bakunin faz uma analogia emblemática ao falar sobre a criação artística, que não esperou a ciência criar as leis da criação poética para existir, com o poder criativo do povo: “Mais os povos que criam sua história não são, provavelmente, menos ricos de instinto, nem menos poderosos criadores, nem mais dependentes dos Srs. Cientistas que os artistas!” (BAKUNIN, 1988), pois há no povo um poder criador que não precisa da certificação da ciência para poder existir.

A emancipação do povo sob o jugo do capital não passa, portanto, pelo conhecimento acadêmico ou pela escola, enquanto transmissora da ciência oficial, pois o próprio povo, pela sua experiência e saber coletivo, pode desenvolver sua vontade para a negação do capital. A consciência, como fruto da experiência, pode, para Bakunin, ser desenvolvida dentro de um processo reivindicativo, das greves e mobilizações organizadas pelas entidades de classe. A consciência de classe se dá não no momento do ato produtivo industrial em si, pois não é o fato de a produção ser coletiva que condiciona uma consciência coletiva. Para o socialista russo, é o processo de experiência reivindicativa que propicia essa reflexão pedagógica, na qual o trabalhador se reconhece como tal, como parte de uma classe de despossuídos, que

possuem apenas sua força de trabalho.

Assim, para Bakunin existe uma relação orgânica entre existência, ou seja, condições materiais de sobrevivência e consciência, uma relação de reflexão identitária de pertencimento a uma comunidade (um universal) como classe trabalhadora ou segmento desta.

A greve é o começo da guerra social do proletariado contra a burguesia, ainda nos limites da legalidade. As greves são uma via preciosa sob esse duplo aspecto: de início, eletrizam as massas, fortalecem sua energia mental, e despertam em seu seio o sentimento do antagonismo profundo que existe entre seus interesses e os da burguesia, mostrando-lhes cada vez mais o abismo que doravante os separa irrevogavelmente desta classe; em seguida, contribuem imensamente para provocar e constituir entre os trabalhadores de todos os ofícios, todas as localidades e todos os países, a consciência e o próprio fato da solidariedade: 'dupla ação, uma negativa, a outra positiva, que tende a constituir diretamente o novo mundo do proletariado, opondo-o de modo quase absoluto ao mundo burguês. (BAKUNIN apud Leval, p.54, 2007, grifos nossos)

Aqui retornamos o debate sobre sindicalismo revolucionário e greve geral do capítulo 1, mas como já explicitamos que existe uma interdependência dos elementos na teoria de Bakunin, aqui tratamos da natureza do desenvolvimento da consciência durante os processo de resistência da classe, a classe trabalhadora, para Bakunin se reconhece enquanto classe durante sua ação de resistência, durante a solidariedade entre as diferentes frações da classe.

O exercício da resistência coletiva, da solidariedade de classe na ação em defesa/reivindicação de direitos econômicos constroi a classe que já em si mesma, por si, é, dessa forma, a própria ação organizada que desenvolve a consciência de classe, a greve geral por sua vez é o exercício de solidariedade máximo da classe.

A consciência de classe assim na teoria de Bakunin não pode se submeter ao conhecimento formal/propedêutico das ciências modernas, mas ao contrário é o conhecimento sistematizado desenvolvido na escola que deve se subordinar a Pedagogia/conhecimento que é desenvolvido no processo de tradição e luta dos povos oprimidos para que assim se desenvolva o homem integral.

É o desenvolvimento da luta de classes e sua conseqüente organização do proletariado a partir dos esforços coletivos de resistência/revolta que desenvolve a consciência coletiva, de classe em si para si. A luta de classes é o motor do desenvolvimento da consciência do proletariado e esse elemento da consciência é fundamental para estabelecer os elementos da Pedagogia Sociopolítica.

4 FUNDAMENTOS DA INSTRUÇÃO INTEGRAL

4.1 Reflexões Pedagógicas De Mikhail Bakunin

4.1.1 A instrução integral: formação intelectual e trabalho manual integrado

A proposta educativa desenvolvida por Bakunin, denominada por ele de Instrução Integral, visa unir na formação escolar a preparação para o mundo do trabalho e a educação propedêutica/formal, pois, para o pensador russo, a escola deve abarcar a esfera das ciências e o contato com trabalho laboral. Só por meio dessa instrução integral a sociedade conseguirá formar homens integrais, que possam desenvolver tanto a ciência como trabalhos braçais/industriais.

A instrução deve ser igual em todos os graus para todos; por conseguinte, deve ser integral, quer dizer, deve preparar as crianças de ambos os sexos tanto para a vida intelectual como a vida do trabalho, visando a que todos possam chegar a ser pessoas completas. (BAKUNIN, 2003, p. 78)

A instrução integral desenvolvida por Bakunin como suporte teórico para uma educação que desenvolva as bases totais da integridade humana expõe antes de tudo uma concepção de Homem integral, o qual deveria desenvolver as capacidades teórico-reflexivas, laborais-desportivas em sua máxima potencialidade.

A concepção da instrução integral é portanto uma concepção de homem ideal, e sobretudo de uma sociedade capaz de desenvolver essas capacidades humanas. Como já observamos no primeiro capítulo.

A instrução integral é o conceito central de Bakunin no que se refere à educação. Neste, o autor vai defender que a igualdade entre os homens só pode existir de fato quando todos tiverem acesso à mesma instrução. A instrução integral se constitui pela junção diária entre formação manual e formação intelectual. Assim, para Bakunin, o trabalho é um princípio educativo e a escola deve tê-lo como guia curricular. O trabalho como elemento criador/ontológico deve ser a base dessa educação, em consonância com as bases propedêuticas, ou seja, a base científica e o conhecimento

historicamente sistematizado pela humanidade.

Bakunin, coerente com sua proposta, propõe os princípios de uma educação escolar na edificação da sociedade socialista. Com a instrução integral sendo o alicerce desse modelo educativo, e por sua vez a escola como um dos pilares da nova sociedade, ela cumpriria o papel de efetivar a sociedade socialista, na negação da ciência enquanto instrumento da política e da instrução integral como elemento anti-estatista.

A instrução gratuita e obrigatória (para todos), depois as escolas primárias até as mais altas instituições de aperfeiçoamento, teórico e prático, nas ciências, nas letras, nas artes e nas indústrias – Sem outra reserva que a incapacidade absoluta quaisquer estudante, e sem que a necessidade (e o direito) para cada um de escolher, depois do ensinamento geral, uma especialidade qualquer. (BAKUNIN, p143, 2014).

Para Bakunin, a escola integral, na construção da sociedade socialista, deve comportar as bases propedêuticas, com o ensino das letras, ciências e artes, e também o saber prático, com o conhecimento industrial, essa parte prática configurando ainda como parte do ensino e não como parte do trabalho para que só atingindo a maioria o jovem possa escolher e dedicar-se a uma profissão específica.

A instrução integral seria, desta forma, a possibilidade proposta por Bakunin de uma formação que abarcasse a instrução intelectual e manual, um modelo educacional que não aumentasse o fosso entre os que pensam e os que trabalham na humanidade. Um modelo educacional que possibilitasse a todos, desde sua tenra infância, o contato equitativo com o saber teórico e o trabalho manual, que seria, para o autor, também um saber prático.

Como já observamos, Bakunin defendia um modelo educacional para todo o povo, que pudesse integrar o trabalho intelectual e o trabalho manual, conhecimento teórico e trabalhos prático-manuais e/ou fabris. O homem, enquanto ser genérico, só exerceria sua humanidade se tivesse uma formação integral que abarcasse essas duas áreas complementares da formação humana.

Quando o homem de ciência trabalhar e o homem de trabalho pensar, o trabalho inteligente e livre será considerado como o mais belo título da glória para o homem, como a base de sua dignidade, de seu direito, como a manifestação de seu poder humano sobre a terra; - e a humanidade será constituída. (BAKUNIN, 2009, p.53) .

Dessa forma, para Bakunin, o caminho da humanização passa pela construção do trabalho livre e inteligente, fruto da instrução integral. A instrução integral do homem, com todos desenvolvendo trabalhos teóricos e práticos, seria a construção da humanidade e o fim da escravidão, o que pressupõe a humanidade ter superado a divisão entre classes, um trabalho futuro a se realizar após a emancipação econômica das massas trabalhadoras e fim da divisão social do trabalho capitalista

Para Bakunin, além do problema colocado nos capítulos anteriores, nos quais se afirmava que a ciência e a educação escolar estão ligadas, na sociedade de classes, a manutenção do domínio burguês sobre o proletariado, outro problema se apresenta centralmente ao analisar a questão da educação escolar, que é a divisão social do trabalho, que no capitalismo impede a universalização escolar, pois a divisão social do trabalho no regime do capital impõe aos trabalhadores longas e cansativas jornadas de trabalho que os impedem de ter o mesmo acesso/permanência a educação do que os setores burgueses. Ao criticar os socialistas burgueses que defendiam a instrução das massas como condição previa para sua emancipação, Bakunin afirmava:

Vocês deixam que o povo se esgote com o seu trabalho cotidiano e em sua pobreza e então dizem: “Instruam-se!” Gostaríamos de ver como vocês instruem o povo e seus filhos depois de 13, 14 ou 16 horas de trabalho embrutecedor, com a miséria e a incerteza do amanhã como única recompensa. Não, senhores. Apesar de nosso grande respeito pela importante questão da educação integral, declaramos que não é isso o mais importante para os povos. Em primeiro lugar está a sua emancipação política que engendra necessariamente sua emancipação econômica e mais tarde, sua emancipação intelectual e moral ” (BAKUNIN, 2003, p.93)

A subordinação da formação humana à emancipação econômica não está vinculada a uma subordinação da esfera cultural à esfera econômica, mas são as próprias condições materiais de existência que determinariam a capacidade de estudo e a cognição das massas trabalhadoras que possuem longas jornadas de trabalho. Até porque, como já vimos, para Bakunin as massas possuem uma sabedoria própria fruto da existência e da solidariedade dos seus laços comunitários e/ou das suas relações de trabalho.

As condições materiais de existência dos trabalhadores, por conta da extensão da jornada de trabalho e da condição de miséria, seriam um elemento fundamental na análise de Bakunin para se compreender a impossibilidade da universalização da educação na sociedade do capital. Dessa forma, a emancipação econômica seria um elemento que deveria anteceder à emancipação intelectual e moral.

Sim, não há dúvida de que os operários farão todo o possível para obterem tanta instrução quanto possam nas condições materiais em que atualmente se encontram. Mas, sem se deixarem dissuadir pelos cantos de sereia de burgueses e socialistas burgueses, concentrarão seus esforços, antes de mais nada, nesta importante questão de sua emancipação econômica, que deve ser matriz de todas as demais emancipações (BAKUNIN, 2003, p94).

Como a citação explicita, é justa a reivindicação dos trabalhadores por obter mais instrução nas condições materiais em que se encontram, de longas jornadas de trabalho e pobreza extrema, mas para conseguirem aplicar a instrução integral necessitam aprioristicamente conseguir se emancipar economicamente. A emancipação econômica é assim a base da emancipação intelectual.

A instrução integral seria, portanto, um vir a ser da educação, uma meta a ser defendida dentro do capitalismo, uma bandeira a ser empunhada, ainda que não possa ser aplicada nessa sociedade e só construída efetivamente na sociedade que já realizou sua emancipação econômica. Um modelo não apenas complementar a emancipação das massas, mas necessário para a emancipação completa de todo o povo, na garantia da equidade de condições materiais e de aprendizado a todos, após o processo revolucionário.

Os instrutores, os professores, os pais, todos são membros desta sociedade e estão mais ou menos embrutecidos e desmoralizados por ela. Como é que iriam dar aos alunos aquilo que a eles mesmo falta?! Só se prega bem a moral com o exemplo, e sendo a moral socialista, completamente contrária à moral atual, os mestres, necessariamente dominados mais ou menos pela última, fariam diante de seus alunos o contrário do que pregariam. Portanto, a educação socialista é impossível nas atuais escolas e nas atuais famílias. Mas a educação integral nesta sociedade é igualmente impossível: os burgueses não compreendem que seus filhos se tornem trabalhadores, e os trabalhadores estão privados de todos os meios para dar a seus filhos uma instrução científica (BAKUNIN, 2003, p.92).

Às longas jornadas de trabalho, fruto da divisão social do trabalho capitalista, concatena-se outra divisão decorrida e decorrente desta, que seria a divisão entre o trabalho intelectual e trabalhado manual. Essa divisão se inicia no acesso ou não à educação, no qual a burguesia, estudando, assume posições de comando na sociedade e o conjunto do proletariado, desprovido de uma educação de qualidade, vende sua força de trabalho a preço baixo. As extensas jornadas de trabalho impedem o trabalhador de ter a condição plena de estudos. O burguês por sua parte, não quer se sujeitar a ação laboral. Há de se obrigar por tanto que o homem das ciências trabalhe e possibilitar que

o trabalhador laboral estude. Essa dupla ação resultaria na própria dissolução do burguês enquanto sujeito ou conceito como tal, ao passo que sua condição de burguês resulta no comando das atividades laborais e não em sua execução prática.

A superação da atual divisão social do trabalho capitalista, no qual uns poucos exercem apenas funções de comando intelectual e uma grande massa exerce funções laborais/braçais só irá ser possível quando os trabalhadores braçais puderem ter acesso ao saber elaborado e os intelectuais realizarem atividades braçais, de modo tal que permita o fim desse grande fosso entre os que comandam e os que trabalham. O proletariado se dissolveria enquanto tal, posto que trabalharia para ter consciência do trabalho que executa e dos frutos que obtivera em sua produção, superando o trabalho que atualmente é indiferente, ou alienado, obtendo assim consciência de todo o processo de produção, da elaboração, da execução e do resultado de seu produto, refletindo sobre esse. Seria o fim do trabalho alienado e do estranhamento social. O encontro entre produto e produtor.

A condição de existência dessa educação, que pressupõe o fim da divisão social do trabalho tal como se entende hoje, é ser, simultaneamente, resultado e resultante da superação da divisão entre as classes. A emancipação econômica seria sua condição primeira de existência. Mas para oferecer as oportunidades equitativas, mesmo que mantendo o princípio da alteridade, para superar definitivamente o abismo entre as capacidades de acesso ao conhecimento que separa hoje a humanidade, faz-se necessário a instrução integral como resultado e resultante, fruto e árvore do socialismo e da liberdade entre os povos.

Com tal educação, igual para todos, com o culto do trabalho como única fonte de direitos e dignidade pessoal, e com a ajuda da potência da opinião pública esclarecida e purificada, os crimes serão uma rara exceção, uma doença, e você não precisará mais de prisões, nem de policiais, nem de carrascos (BAKUNIN, 2014, p.112)

A emancipação econômica aliada à emancipação intelectual decorrente do processo da instrução integral seria a base da construção de uma nova sociedade, o fim da divisão entre os que apenas comandam e pensam e aqueles que apenas executam e trabalham, do fim dessa divisão e o início da instrução das massas decorre, para Bakunin, uma série de questões como a diminuição do crime, a construção criativa da

humanidade, etc.

O socialismo, que tem como condição prévia a revolução social, e a emancipação econômica que essa provocaria, necessitaria - para permanecer, se desenvolver e se efetivar de fato - acabar com a separação não apenas material que divide as classes, mas também moral e cultural, para construir e consolidar a instrução integral como condição da sociedade socialista futura.

No capitalismo, a partir da divisão social trabalho imposta pela apropriação da força de trabalho do proletariado pela burguesia, ocorre uma fissura entre o trabalho e o pensamento, entre educação e trabalho. Decorre daí a divisão entre a minoria burguesa que estuda e executa as funções de controle e poder sobre a grande massa proletária que executa apenas as funções laborais. Para que a instrução integral vigore, entretanto, seria necessária primeiramente, a emancipação econômica das massas trabalhadoras, pois, dentre outros motivos, a atual divisão social do trabalho impede a instrução integral, já que os trabalhadores tem uma longa jornada de trabalho que impede o contato pleno destes com universo científico, da mesma forma que desinteressa a burguesia que seus filhos executem funções laborativas devidas a atual condição de exploração do trabalho laboral.

Por isso, dentre outros motivos já expostos, a condição de aplicabilidade da instrução integral é a emancipação econômica que, nas palavras de Bakunin, é a emancipação primeira da qual derivam todas as outras. Assim, uma educação equitativa, a instrução integral, decorre em primeira instância da equidade das condições materiais de existência via emancipação econômica. Como a condição da instrução integral é a emancipação econômica da massa de trabalhadores laborais, significa dizer que para que a instrução possa existir a sociedade tem que estar ou em processo de transição para o socialismo ou ser socialista.

Isso não implica dizer que não se deva, na sociedade de classes, lutar por mais acesso a educação aos trabalhadores e lutar por uma educação de melhor qualidade, como Bakunin reivindicava no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores, mas é preciso considerar que, na acepção bakuninista, a condição prévia da instrução integral, liberdade humana no trabalho e na educação é a emancipação econômica das massas trabalhadoras.

4.1.2 Fundamentos da Pedagogia Sociopolítica

A construção do processo de desenvolvimento do conhecimento da cognição e da consciência de classe analisados nos pontos anteriores possibilita compreender que no pensamento de Bakunin que todo o conhecimento é fruto do trabalho coletivo de várias e várias gerações, a consciência de classe partindo desse pressuposto desenvolve-se, como vimos, por meio da tradição de resistência/revolta política e da organização por elas engendradas, sendo a própria luta de classes um elemento gnosiológico em sua teoria posto que é fundamento da consciência.

O desenvolvimento da luta de classes desenvolve a organização da classe trabalhadora e assim é parte importante do processo formativo da sociedade, então na para essa proposta, para além de compreender que não existe uma educação a-política, posto que a sociedade, toda ela, é permeada pela disputa ideológica, esta compreende que o desenvolvimento da organização política da classe é uma ação pedagógica, a luta de classes é uma ação pedagógica.

Tendo em vista que a consciência em Bakunin é fruto no processo de organização e luta reivindicativa da classe, no processo/ação de resistência, então não o conhecimento formal curricular, por mais avançado que seja, que possibilitará o desenvolvimento da consciência política-organizativa da classe.

Denominamos de *Pedagogia sociopolítica* o complexo teórico-educativo construído a partir da análise de Bakunin sobre a educação em seus variados aspectos (curricular, estrutural, teórico, emancipatório) que vincula, necessariamente, a construção de uma proposta de sociedade socialista. É sociológica porque como vimos no pensamento de Bakunin o conhecimento é sempre construída socialmente e política porque a educação sempre terá ideologia, socialista ou burguesa, não existindo meio termo, a Pedagogia tem que sempre se posicionar sob o risco permanente de ser subjugada.

Essa proposta pedagógica tem uma perspectiva emancipatória, mas, seguindo o modo como compreendemos a teoria de Bakunin, a educação pode ter uma função emancipadora apenas quando os elementos que a encandeiam são articulados em uma totalidade orgânica, do contrário são apenas partes da engrenagem da reprodução do capital na educação, pois o desenvolvimento da consciência não é um projeto estrangeiro ou inato, mas fruto da capacidade organizativa de uma determinada comunidade de base territorial.

Os elementos críticos abordados por Bakunin acerca da sua crítica a política burguesa e a formulação de uma política de intervenção centrada na sua concepção internacionalista de sindicalismo revolucionário elaborado nos dois primeiros capítulos foram guias nessa construção teórica, pois articulam elementos particulares, como concepção de ensino, com uma perspectiva geral de ruptura socialista.

Dessa forma a Pedagogia sociopolítica vincula a luta pela integralidade da educação como parte da luta de classes geral e a luta de classes como parte do desenvolvimento da consciência educativa da massa trabalhadora, educação (escolar ou não) vincula-se a luta global dos povos por melhores condições materiais de existência e ao mesmo tempo condiciona qualitativamente essa emancipação. Pois se a educação não pode por si mesmo ser um instrumento de emancipação quando concatenada a lutas e quando se relaciona as lutas particulares com o universal (socialismo) está pode entrar em rota de ruptura.

Portanto nossa proposta engloba a luta por uma educação integral (trabalho como princípio educativo e formação propedêutica geral) com a luta pelo desenvolvimento da consciência do proletariado via organização política (através da escola ou não), bem como do desenvolvimento da luta de classes como condição da emancipação instrutiva das massas.

Essa proposta consiste então na ideia de educação integral (total) que por sua vez articula o conceito pedagógico de instrução integral, pensamento científico moderno, atividades físicas e preparação para o mundo do trabalho em conjunto com um projeto de desenvolvimento da *vontade coletiva*, ou seja, de um projeto portador de consciência, que como vimos não reside na individualidade, mas na capacidade política organizativa, em um projeto político-comum e comunitário.

Para ser perfeita, a educação deveria ser muito mais individualizada do que o é hoje, individualizada no sentido da liberdade e unicamente pelo respeito à liberdade, mesmo nas crianças. Ela deveria ter por objeto não o adestramento do caráter, do espírito e do coração, mas seu despertar para uma atividade independente e livre, e não perseguir outro objetivo senão a criação da liberdade, nem de outro culto, ou melhor, de outra moral, de outro objeto de respeito que não seja a liberdade de cada um e de todos, que a simples justiça, não jurídica mas humana, a simples razão, não teológica nem metafísica, mas científica, e o trabalho, tanto muscular quanto nervoso, como base primeira e obrigatória para todos, de toda dignidade, de toda liberdade e do direito. Uma tal educação, difundida amplamente para todos, às mulheres assim como aos homens, em condições econômicas e sociais fundadas sobre a estrita justiça, faria desvanecer muitas, por assim dizer, diferenças naturais. (BAKUNIN, 1988, p130).

A crítica à política burguesa e a formulação de uma possibilidade de intervenção do proletariado guiado pelo sindicalismo revolucionário descrito no primeiro capítulo bem como a resistência epistemológica do proletariado a intervenção ideológica imperialista abordados no segundo capítulo nos possibilitou a partir dos elementos descritos formular uma teoria pedagógica, a partir do pensamento de Mikhail Bakunin, que denominamos de Pedagogia sociopolítica.¹⁸

Proposta esta desenvolvida pelo Núcleo de Estudos do Poder (NEP) e que aqui procuramos elucidar sua origem a partir da contribuição pedagógica de Bakunin e dessa forma desenvolvermos esse conceito ainda precoce.

Essa construção é derivada de uma construção que Bakunin faz do processo de desenvolvimento do sistema interestatal capitalista correlato com um processo de resistência dos povos oprimidos cujo esse elemento de contradição oportuniza uma intervenção Pedagógica.

O processo educativo que envolve a resistência e a possibilidade de superação/ruptura por parte dos oprimidos pode inicialmente ser sintetizada nestas variáveis 1) o conhecimento possui um papel importante na estrutura de dominação política, 2) vinculado a estrutura de saber-poder que lhe subjacente, que segmenta a sociedade entre aqueles que possuem um tipo de conhecimento útil ao Estado-Capital e renega outras formas de conhecimento que não estejam ligados a reprodução das estruturas sistêmicas e que 3) o conhecimento é elemento central na conformação da ideologia cientificista do Estado moderno e na ideologia imperialista do progresso e que 4) o conhecimento é sempre desenvolvido pela capacidade política organizativa da sociedade de forma cumulativa e geracional, é nunca realizada por gênios isolados, mas pelo desenvolvimento integral de uma determinada sociedade.

Constatamos também que o saber, por sua vez possui relação com a 1) emancipação, pois, como vimos a instrução integral é condição da efetivação do socialismo e por sua vez, este conceito é nada mais do que a formação teórica e prática 2) e por meio da consciência de classe que na tradição e sabedoria de origem popular.

18 FERREIRA, C Andrey e ABRUNHOSA, Rafael. **Texto para Debate - Educação e Autonomia** - Núcleo de Estudos do Poder, UFRRJ, Rio de Janeiro, Março -2015,

Como modo de contrapor a estrutura expansionista do imperialismo que, como vimos, é também um exportador de modelo político-organizativo-ideológico Bakunin se utiliza da memória popular das lutas travadas pelos povos (no caso eslavo) contra o expansionista imperialista (que não começou com a Modernidade) para tanto ele retoma as lutas populares como parte da tradição organizativa, como elemento pedagógico da tradição dos povos oprimidos.

Sem falar da luta feroz, sustentada, no século XVI, por Novgorod, a Grande, Pskov e outras províncias contra os czares moscovitas, nem do apoio da milícia aliada da Assembleia da terra russa contra o rei da polônia, os jesuítas, os boiardos moscovitas e, de maneira geral, contra a predominância de moscou no início do século XVII, lembramos a célebre revolta das populações da Pequena-Rússia e da Lituânia contra a nobreza polonesa, e depois dela, a revolta ainda mais violenta dos camponeses do Volga sob a liderança de Stenka Razin; enfim, cem anos mais tarde, a sedição não menos célebre de Pugatchev. Em todos esses movimentos, insurreições e revoltas, essencialmente populares, encontramos o mesmo ódio contra o Estado, a mesma aspiração a uma sociedade camponesa, livre e comunitária. (BAKUNIN, 2003, p64).

Existe, dessa forma, na teoria de Bakunin, uma relação global do conhecimento com a luta política, seja como mecanismo de opressão ou como parte integrada do processo de emancipação do proletariado.

A formulação de um tipo de Pedagogia que se integre a luta geral contra o sistema interestatal capitalista parte de uma concepção de início epistemológica-política, posto que, conforme observamos no primeiro tópico do capítulo II o sistema interestatal capitalista se expande por meio de uma forma de conhecimento que ele tende a se universalizar, o conhecimento adquire, assim, um *status* político e é parte da dominação imperialista, dialeticamente a negativa de um tipo de conhecimento atrelado ao império e a positiva de defesa de um tipo de conhecimento baseado na cultura de resistência dos povos oprimidos adquire status de anti-sistêmica se interligado a um projeto universal de emancipação.

A vida, a evolução, o progresso do povo, pertencem, de forma exclusiva, ao próprio povo. Este progresso não se realiza, é evidente, por meio de estudos livrescos, mas sim por um aumento natural da experiência e do pensamento, transmitido de geração a geração, o progresso evolui por necessidade, desenvolve sua própria substância, aperfeiçoa-se e toma forma, é claro, com uma extrema lentidão; um número infinito de pesadas e amargas provações históricas fizeram com que, em nossos dias, enfim, as massas populares de todos os países, pelo menos os países da Europa, compreendessem que nada devem esperar das classes privilegiadas e dos Estados atuais, e, até mesmo, de maneira geral, das revoluções políticas, e que só poderão se emancipar por seu próprio esforço, por

meio da revolução social. Isto ainda define o ideal universal, que, hoje, anima as massas populares desses países e as faz agir (BAKUNIN, 2003, p245).

A construção de um processo Pedagógico que se atrele a um processo de resistência parte da concepção de Bakunin de que a tradição, o progresso organizativo do povo ao longo das gerações constrói uma forma de conhecimento, cremos que esse conhecimento a qual se refere Bakunin, quando atrelado a uma concepção universal de emancipação por meio do que denominamos de Pedagogia sociopolítica.

A luta contra ideologia cientificista do Estado moderno e contra a ideologia do progresso ligada ao imperialismo e ao mesmo a luta em defesa do homem e do conhecimento/instrução integral perfazem uma totalidade sistêmica. Denominamos de *Ação Pedagógica* o processo de resistência da classe trabalhadora que possibilita o desenvolvimento do conhecimento por meio da consciência de classe, esse conceito elaboramos a partir do estudo da obra de Bakunin e esperamos desenvolvê-lo em estudos futuros.

A educação, nessa perspectiva, só pode ser transformadora se concatena o conhecimento (em suas múltiplas dimensões: trabalho como princípio educativo, científico-propedêutico, base oral fruto das tradições de resistência comunitária) com um projeto-político concreto que fomentado pelas necessidades específicas locais mas articulado com demandas de caráter universal – que seja portadora – da mesma forma que o sindicatos na concepção de Bakunin – de um projeto político de sociedade.

Se o conhecimento tem origem em diferentes dimensões da vida social é um erro, na analítica sóciopolítica, orientar um currículo escolar para trabalhar apenas de modo unidimensional, pois a transmissão e a construção do conhecimento devem agregar distintos procedimentos, como o desenvolvimento do corpo, do trabalho, da memória e da tradição oral e, ao mesmo tempo, um projeto político comunitário como base de um projeto político de sociedade.

De forma semelhante ao sindicalismo revolucionário desenvolvido por Bakunin no interior da AIT, já explicitado no Capítulo I, em que os sindicatos de ofício seriam portadores de um projeto histórico, a Pedagogia sócio-política de base bakuninista compreende que o papel da escola é construir os fundamentos políticos pedagógicos de uma nova sociedade, ainda no sistema capitalista, pois, contraditoriamente, ela é parte da engrenagem da reprodução do capital e assim, portanto, um aparelho do Estado

capitalista, mas também é, em potência, um embrião de uma nova sociedade.

De forma semelhante ao sindicalismo revolucionário desenvolvido por Bakunin no interior da AIT, já explicitado no Capítulo I, no qual os sindicatos de ofício seriam portadores de um projeto histórico, a Pedagogia sociopolítica de base bakuninista compreende que o papel da escola é construir os fundamentos políticos pedagógicos de uma nova sociedade ainda que no sistema capitalista, pois contraditoriamente ela é parte da engrenagem da reprodução do capital e assim portanto um aparelho do Estado capitalista, mas também é em germe um embrião da construção da nova sociedade.

A ideia central do sindicalismo revolucionário, como vimos, é a negação da tutela do Estado e o protagonismo da classe trabalhadora na gestão de uma nova sociedade. Na escola, e portanto na Pedagogia sociopolítica o princípio é o mesmo, no sentido de que os educadores/professores/estudantes devem ser os sujeitos da educação formal e devem, segundo o pressuposto bakuninista, construir em cada escola um projeto de educação e, assim, ao mesmo tempo um projeto de sociedade.

A proposta de sindicalismo revolucionário de Bakunin estabelece uma nova relação política entre as resistências de cada seção de ofício particular com uma proposta de ruptura política geral, prospecta, portanto, uma nova interface política entre particular e universal e assim funda uma nova teoria do internacionalismo dos oprimidos.

Portanto a escola ao abordar os problemas do ensino e das condições curriculares e estruturais da educação não podem de fato, isoladamente, resolver os problemas gerais da educação, mas, contudo, ao articular sua missão educativa e estabelecer um nexo entre as suas lutas particulares com um programa geral ela de modo totalizante, como dissemos, pode se tornar um embrião de um sindicalismo revolucionário.

A concepção dialética da Pedagogia sociopolítica rompe com o engessamento esquemático da escola apenas como instrumento de dominação ou como transformadora da sociedade de classes, pois o projeto político emancipatório da escola deve se articular necessariamente ao próprio desenvolvimento da luta de classes sendo a própria escola como parte de um todo na construção de uma nova sociedade que supere a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual e entre estatutos de saber .

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessas considerações é ao mesmo tempo fazer uma apanhado geral dessa dissertação bem como compreender a importância, ainda que de modo embrionário, do debate levantado por Bakunin para a contemporaneidade.

Nossa dissertação demonstra que a polaridade entre concepção de progresso, papel da burguesia, do desenvolvimento das forças produtivas não foi um consenso no seio do movimento socialista, ao contrário, as polêmicas travadas por Bakunin no interior da AIT demonstram que essas polêmicas não é apenas mérito do contemporaneidade, mas permearam as estratégias políticas do século dezenove.

Nosso objetivo evidente foi explicitar de forma articulada como a crítica da política e da crítica ideológico-educativa de Bakunin se engendra a uma teoria educativa que procura compreender a sociedade de forma total e a construção de um homem de modo integral.

Acreditamos que mesmo com todas as modificações do sistema interestatal capitalista e o desenvolvimento de teorias críticas que aprofundaram muitas das particularidades do sistema, ainda assim, a articulação e interdependência dos elementos que conformam esse sistema, e a crítica subjacente e explícita a esse, demonstram, em nossa opinião, a atualidade do pensamento de Bakunin.

Constatamos, dentre outros aspectos, de que polêmicas internas das teorias socialistas (como o debate sobre o caráter revolucionário, ou não, da burguesia, ainda que por curto período histórico) ou externas as teorias socialistas, como a teoria decolonial a respeito sobre o caráter da ciência, sobre a própria modernidade, industrialismo que foram travadas no decorrer do século XX já encontravam em Bakunin uma proposição a respeito desses temas.

O mérito teórico de Bakunin, em nossa perspectiva, não está relacionado ao ter iniciado essas críticas acima apontadas antes dessas polêmicas terem se desenvolvido no século XX, mas ao fato de ter apontado esses elementos críticos de forma articulada com uma teoria geral de sociedade concatenada um projeto político-organizativo socialista.

O fato de muitas críticas a certos aspectos da sociedade capitalista, que Bakunin já apontava no século XIX, terem sido expostas a posteriori por autores externos ao anarquismo, como a dialética Estado-Capital, terem sido travadas na intelectualidade

socialista do século XX, apenas nos demonstra a necessidade de trazer seu pensamento a tona nesse atual período de crise epistemológica das ciências humanas estimuladas pelos setores pós-modernistas.

Contudo, como já afirmamos, não nos limitamos a apresentar a teoria de Bakunin, mas aproveitamos o presente trabalho para pensar junto com o autor e propor elementos analíticos para pensarmos a construção de uma educação crítica.

Dessa forma o presente trabalho serve como introdução/prerrogativa para o desenvolvimento do complexo teórico educativo que denominamos de Pedagogia Sociopolítica, da ideia-conceito de *ação pedagógica*, e da proposta do sindicalismo revolucionário aplicado a educação.

Esperamos assim, que essa sintética dissertação, possa ser parte do movimento de apresentação teórica do pensamento de Bakunin e de que esses elementos teóricos pedagógicos formulados por nós, possa ser desenvolvida, pois está ainda em germe, e utilizada por demais pesquisadores da área educacional.

Quando construímos um trabalho de um autor quase inexplorado no Brasil como é o caso, temos como objetivo primeiro, evidente, expor os principais elementos do pensamento de Bakunin de forma clara e articulada, mas sempre procurando explicitar os elementos teóricos que se encontram vivos na contemporaneidade.

O mero trabalho historiográfico-exegetico tem seu valor em si principalmente aos historiadores de filosofia política, contudo cremos que não seja o caso, na presente dissertação podemos encontrar como o debate entre progresso x tradição, desenvolvimento x atavismo, ciência x saber popular, configuram elementos fundamentais para se compreender a estrutura política contemporânea.

O escopo dessa obra foi a compreensão de totalidade em que os elementos foram divididos conforme as partes servissem para se compreender o todo, e essa totalidade presente na obra de Bakunin relaciona-se não apenas a uma compreensão de socialismo ou de sociedade, mas de um caminho a ser guiado pela modernidade.

Apesar de Bakunin se opor ao processo civilizatório que os impérios impunham aos territórios conquistados, ele não propunha um mero retorno a tradição, a um passado quimérico-romântico de uma sociedade sem Estado. Bakunin soube compreender, na medida da crítica, que a modernidade possibilitava a unidade internacional dos explorados/oprimidos, e seria dessa união que se forjaria uma nova sociedade.

Não o fizemos um Bakunin crítico da filosofia contemporânea não apenas pelo anacronismo que significaria mas também porque compreendemos que poderíamos trazer Bakunin como filósofo político para os impasses contemporâneos de outra forma, de modo a melhor expor sua obra e aprofundando a pesquisa em sua obra e percebendo que as polêmicas que o pensador russo tinha com seus contemporâneos não eram residuais, mas sobretudo guardavam uma interpretação distinta ao que concerne ao rumo que a humanidade trilhava no pós-1889, nas diferenças substanciais com os demais acerca das rupturas e permanências entre o período feudal e a modernidade ascendente.

Passado o século XX no qual mergulhamos em diversas situações revolucionárias e contradições do progresso tecnológico em contraste com a imensa pauperização que a periferia do capitalismo atualmente se encontra podemos com maior lucidez de humanos do século XXI elaborarmos um balanço do seus reais problemas e percebermos que muitos das polêmicas suscitadas no decorrer de processos revolucionários, como a questão do dia seguinte da revolução, e qual o papel que a ciência e a indústria cumprem numa sociedade socialista e defender ou não a burguesia como classe revolucionária já haviam sido travadas por grandes nomes marginalizados pelo pensamento crítico contemporâneo, como Bakunin e Proudhon.

A marginalização da obra de Bakunin não foi casual ou por incompetência teórica-filosófica do pensador russo deve-se sobretudo a teses políticas que perderam no conflito de forças de ideias que a luta de classes suscitou. A opção com o passar do tempo não foi mais a crítica as ideias de Proudhon e de Bakunin senão a omissão e o ocultamento das teses que fundamentaram a teoria política de ambos.

Impreterivelmente os debates sobre o papel do Estado como agente no processo de transição da sociedade capitalista para a socialista retomaram ainda que marginalmente e com sentido jocoso a teoria de Bakunin.¹⁹

Os desenlaces das diversas experiências de socialismo com suas múltiplas polêmicas e contradições permearam o século XX. Muitos foram os temas de debates como sujeito revolucionário, campo-cidade, política-economia, mas certamente uma das polêmicas centrais foi a transição da sociedade capitalista para a socialista.

19 Não à toa a produção de um livro como Estado e Revolução de Lênin ser destinado em sua maior parte a crítica ao anarquismo.

Assim a importância da obra de Bakunin ressurgiu na imersão de uma conjuntura marcada pela barbárie social e pela possibilidade imperativa de auto-destruição da espécie humana e do planeta pelo progresso das forças produtivas e da produção bélica ficamos tentados a utilizar Bakunin como instrumento de análise da atual conjuntura, porém não o fizemos.

As questões sobre o papel da educação da sociedade de classes, o papel do Estado enquanto organização política, a discussão acerca da ciência enquanto novo estatuto da verdade em contraponto a igreja, o debate sobre o operário das cidades e o campesinato (que nem iremos entrar aqui), entre período de transição socialista ou não e entre o distinto papel que as forças produtivas poderiam desempenhar nesse processo, todos eles localizam num problema de concepção mais geral que marcava as continuidades e descontinuidades do século XIX.

A questão que permeia toda a obra de Bakunin em diferentes estágios foi como a modernidade hegemônica em sua diversidade de elementos marcou uma ruptura com o feudalismo/medieval e até onde a Modernidade foi mais uma permanência do que uma ruptura. Bakunin se posiciona de forma crítica a esse processo e não se deixa deslumbrar pelos avanços da burguesia, ao contrário das demais correntes do socialismo no mesmo período.

Importante notar como muitos relativistas pós-modernos irão tentar suas posições liberais acerca da liberdade no Anarquismo, o que é totalmente anacrônico e deturpado. A Liberdade para Bakunin, inclusive a individual, só é possível com o fim do sistema de classes.

Por isso não ser a casual o anarquismo e a teoria de Bakunin ser associado a ideia de pré-moderno ou idealista por se contrapor a um tipo de modernidade hegemônica que defendia a supressão de tudo aquilo que estava preso a tradição e correspondesse ao passado.

Apesar de nos opormos cabalmente compreendemos, apesar de ser totalmente equivocado e anacrônico, a associação que usualmente fazem do anarquismo e a teoria da pós-modernidade, isso está relacionado ao fato de Bakunin criticar aspectos do desenvolvimento da modernidade que os pós-modernos ainda que de forma confusa e relativa irão retornar/retomar.

Mas baseados em uma discussão que não inventamos ou fazemos isolados, mas retomamos de que um conjunto de autores como Marshall Berman e Daniel Aarão Reis

filho que irão questionar se a modernidade foi homogênea ou um palco de disputas e interpretações. Assim compreendemos que seria igualmente equivocado associar Bakunin com uma teoria pré-moderna ou com ou que seria um anacronismo e o relativismo ainda maior, associar a ideia de pós-modernidade.

Os autores supracitados na verdade explicitam é que na ânsia dos séculos XVIII e XIX pela destruição do passado que era interpretado como “a era das trevas” do conhecimento projetos distintos surgiram como proposta.

A relação com a tradição com os países de origem também foi um importante elemento para distinguir o que por exemplo a Europa ocidental pretendia ao destruir a aristocracia e o que a Europa oriental de Bakunin pretendia ao pretender fazer o mesmo.

No campo educacional o debate sobre instrução integral desenvolvida por Bakunin fornece elementos críticos para as atuais propostas de educação em tempo integral, o pensador russo desconstrói a proposta de uma da educação em tempo integral na sociedade capitalista fundamentado na ideia de que a classe trabalhadora por ter longas jornadas de trabalho não consegue nessa sociedade ter uma educação plena, ou seja a educação não pode ser universalizada enquanto esse modo de produção se manter.

Esse trabalho assim nos ajuda a pensar não apenas uma outra forma de compreender a educação indissociada não apenas do mundo produtivo como também de uma matriz política. Não apenas a ressuscitar um debate sobre o socialismo que questione a manutenção do Estado pois ele sendo um elemento de concentração política este ajuda, para que possa se manter, a reestabelecer o monopólio econômico, o capital, na dualidade econômica-política que marca a modernidade.

Bakunin, e nosso trabalho que é apenas uma aproximação de sua ampla teoria que abarca outros elementos do real, quis a partir da análise de sua obra, suscitar elementos para debates vindouros e contribuir com o conhecimento de modo geral. Acreditamos ser fundamental compreender que Bakunin não realiza apenas uma crítica da interdependência entre Estado e Capital no processo de universalização da modernidade, mas questiona, sob o ponto de vista ideológico a ideia de progresso técnico científico, questiona o caráter predatório do desenvolvimento das forças produtivas.

Se a assim chamada escola pós-moderna, por vezes até mesmo se denominando de anarquista (GALLO, 2007), retomou parte dos fundamentos de Bakunin como a crítica a ideia/teoria de progresso e a ciência enquanto instrumento de poder ou até

mesmo a concepção de instrução integral, o fez, de modo desarticulada/recortada, descaracterizando o autor. O fundamento, de Bakunin e por consequência, por do Bakunin é a ideia de totalidade e interdependência dos elementos, qualquer uso do autor fora dessa perspectiva representa mero revisionismo. E sendo pois a própria pós-modernidade a negação da ideia de totalidade nada mais absurdo comparar tal anti-teoria com o pensamento de Bakunin, um pensador moderno.

Não cremos que Bakunin traga as respostas a todas as angustias teóricas da modernidade, mas é de se espantar de como muitos dos pontos levantados por ele, já enumerados, foram retomados em debates recentes, mas infelizmente nunca de modo articulado e refletido, cabe as novas gerações pensar a partir dos problemas de hoje a luz da contribuição teórica do passado e questionar fundamentos que já estavam cristalizados na teoria critica socialista, como o suposto caráter revolucionário da burguesia e o suposto papel progressista do desenvolvimento das forças produtivas.

Por fim o objetivo do trabalho foi trazer Bakunin a evidência, mas cremos que tenha sido importante pensar *a partir* deste e não apenas *com* Bakunin, cremos que os conceitos desenvolvidos em nosso trabalho de *Ação Pedagógica* que compreende a luta de classes como ato formativo e Sindicalismo revolucionário com relação a escola, possibilita pensar outra forma de educação e de conhecimento a partir das contribuições de Bakunin, é uma forma de trazê-lo ao presente, de demonstrar como seu pensamento permanece vivo.

REFERÊNCIAS

ABRUNHOSA, Rafael David; UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Da vontade à liberdade : trabalho, ciência e educação em Mikhail Bakunin**. Fortaleza 2013. TCC (graduação em) - Instituição, Local, AnoTCC (graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Fortaleza, 2013. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000016/0000166c.pdf>

_____, Rafael. O conflito entre projetos de modernidade de marx/engels e os narodnik`s russos. ENCONTRO DO EIXO MARXISMO, TEORIA CRÍTICA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO; COLÓQUIO NACIONAL MARX, MARXISMO E A PÓS-MODERNIDADE. 2013., Fortaleza, 2013. **Anais...** Fortaleza, 2013. v. 1. p. 1.

BAKUNIN, Mikhail. **A ciência e a questão vital da revolução**. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Imaginário. 2009

_____. **A reação na alemanha**. Portugal: Ed. Assírio & Alvin, 1976. p. 105-127.(Cadernos Peninsulares, Nova Série, Ensaio 17).

BAKUNIN, Mikhail. **A instrução integral**. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Imaginário. 2003.

_____. **De baixo para cima e da periferia ao centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin**. Niterói - RJ : Ed. Alternativa. 2014.

_____. **Estatismo e anarquia**. Rio de Janeiro – RJ: Editora Imaginário. 2003

_____. **O catecismo revolucionario**. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Imaginário. 2009.

_____. **Oeuvres complètes**. Amsterdam, Netherlands: International Institute of Social History; Netherlands Institute for Scientific Information Services; Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM).

_____ e Leval, George. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário e a dupla greve de genebra**. Rio de Janeiro – RJ: Ed. Imaginário E Faísca. 2007.

_____. **Socialismo, federalismo e anti-teologismo**. São Paulo: Ed. Cortez. 1988.

_____. **O socialismo libertário**. São Paulo, Global, 1979.

BERTHIER, René. **Bakunin fazia política?**. Disponível em:< www.arquivobakunin.blogspot.acessado>. Acesso em 22/07/2015

BRITO, Luciana Ribeiro de. Da reconciliação com a realidade à instrução integral: contribuições filosóficas de Mikhail Bakunin às questões educacionais. **Revista Filogênese**, Marília, v. 7, n. 1, p.39-53, 2014.

FERNANDES. Rubem Cesar. **Os dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Ordem e anarquia na Sociologia: percepções da mudança social e luta política. _____. **Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN-PPGAS, 2007 .

_____. C Andrey e ABRUNHOSA, Rafael. Texto para debate: educação e autonomia **Núcleo de Estudos do Poder, UFRRJ**, Rio de Janeiro, mar. 2015.

_____. Trabalho e ação: debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E SOCIABILIDADE. 24 a 28 de maio de 2010., Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: UNESP, 2010.

_____. **Teoria do poder, da reciprocidade e a abordagem coletivista: proudhon e os fundamentos da ciência social no anarquismo**. OTAL, Rio de Janeiro, 2015.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

GALLO, Sílvio. **Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação**. Manaus – AM: Ed. Imaginário, 2007.

GUILLAUME, James. **L'internationale, documents et souvenirs (1864-1878)**. Paris: stock, 1905-1910. v.4.

_____, James. **A internacional: documentos e recordações**. São Paulo-SP: Editora Imaginário, 2009. v. 1.

LEIER, Mark. **Bakunin the creative passion: a biography**. New York: Seven Stories Press, 2009.

MCLAUGHIN, Paul. **Mikhail Bakunin: the philosophical basis of anarchism**. Algora Publishing, 2002.

MUSTO, Marcelo org. **Trabalhadores uni-vos! antologia política da I internacional**. São Paulo: Ed. Boitempo. 2014.

NASCIMENTO, Selmo. **O Bakuninismo: ideologia, teoria, estratégia e programa revolucionário anarquista.** Rio de Janeiro: OTAL, 2015.

NETTLAU, Max. **História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo.** São Paulo: Ed. Hedra, 2008.

PROUDHON, Pierre Joseph. **La capacidad política de la clase obrera.** Disponível em: < <http://metalmadrid.cnt.es/cultura/libros/pierre-proudhon-la-capacidad-politica-de-la-clase-obrera.pdf>>. Acessado em 15/07/2015.

SADDI, Rafael. MATEUS, João. WANDERSON, Sousa. A Educação Libertária: A instrução integral em Mikhail Bakunin. **Revista Enfrentamento**, Goiania, n. 07, Jul./Dez. 2009.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA:

BERMAN, Marshal. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade.** São Paulo: Companhia Das Letras. 1986.

BORBA, João Almeida. **Relativismo e ceticismo na dialética serial de proudhon.** Tese Doutorado. PUC-SP. 2008.

CARR. Eric H. **Los exilados románticos: bakunin, herzen, ogarev.** Barcelona: Ed. Anagrama. 1969.

CHAGAS, Eduardo. A natureza dúplice do trabalho em marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. **Trabalho, educação, estado e a crítica marxista.** Fortaleza: Edições UFC, 2009, p.25-36

_____, E.F. Diferença entre Alienação e Estranhamento nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844), de Karl Marx. **Revista Educação e Filosofia.** Uberlândia, v.8, n. 16 – jul./dez. 1994, p.23-33.

_____. **Homem e natureza em Ludwig Feuerbach.** Fortaleza: Editora UFC, 2009.

_____. REDYSON, Deyve. *In: Ludwig Feuerbach: filosofia, religião e natureza.* Editora Nova Harmonia, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções.** Rio De Janeiro: Paz e Terra.1977.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Os intelectuais russos e a formulação de modernidades relativas: um caso paradigmático?** Rio de Janeiro, Brasil : UNESCO, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp16.pdf> acessado em 12/02/14.

VENTURI, Franco. **Les intellectuels, le peuple et la révolution: histoire du populisme russe au XIX siècle.** Gallimard. Traduit De L Italien Par Viviana Paques.

VENTURI, Franco. **Il populismo russo II**: dalla liberazione dei servi al nihilismo. Torino: Piccola Biblioteca Einaudi. 1972.

WALICKI, Andrej In: HOBBSAWN, Eric (org). **História do marxismo**: socialismo russo e populismo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1986.